

# política industrial

## acompanhamento e análise

| AGOSTO 2002 |

17

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

**Governo Federal**

**Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Guilherme Gomes Dias

**Secretário-Executivo** – Simão Cirineu Dias

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Roberto Borges Martins

**Chefe de Gabinete**

Luis Fernando de Lara Resende

**Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Eustáquio José Reis

**Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Gustavo Maia Gomes

**Diretor de Administração e Finanças**

Hubimaier Cantuária Santiago

**Diretor de Estudos Setoriais**

Luis Fernando Tironi

**Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Murilo Lôbo

**Diretor de Estudos Sociais**

Ricardo Paes de Barros

# Boletim de Política Industrial

## Diset - Diretoria de Estudos Setoriais

O **Boletim de Política Industrial** é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Acompanhamento de Política Industrial (Gapi) da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea, atualmente coordenado por Luiz Dias Bahia.

### Colaboradores

Luiz Dias Bahia

Carlos Alvares da Silva Campos Neto

João Alberto De Negri

Sérvulo Vicente Moreira

Helmut Schwarzer

Luciana Acioly da Silva

### Estagiários

Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar

Igor Vinicius de Souza Geracy

Mariana Nogueira da Gama

As opiniões emitidas, nesta publicação, são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR.....	5
CONJUNTURA DA INDÚSTRIA.....	7
MEDIDAS DE POLÍTICA.....	12
FATOS RELEVANTES.....	16
ANEXO ESTATÍSTICO.....	42



## NOTA DO EDITOR

Prezado leitor do Boletim de Política Industrial, em razão das contingências impostas pela movimentação na equipe responsável pela elaboração do Boletim, o número 16 não foi publicado na data usual e optou-se por compô-lo apenas com os artigos de praxe, transferindo então para o número 17 o acompanhamento da conjuntura, das medidas de política e dos fatos relevantes que se verificaram ao longo do período coberto pelos dois números.



## 1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA

O desempenho industrial no primeiro semestre de 2002 foi marcado pela redução da atividade industrial, redução essa que já vinha sendo observada durante praticamente todo o ano de 2001. O indicador de produção industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, no período de janeiro a junho de 2002, o índice de produção física da indústria geral foi 0,1% menor do que o verificado no primeiro semestre de 2001. Tal índice mostrou recuperação no mês de julho de 2002 e cresceu 3,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Nos últimos doze meses a queda acumulada no índice de produção física industrial foi de 0,8%. Deve-se ressaltar que o fraco desempenho da indústria em 2002 torna-se ainda mais relevante quando se observa que em 2001, ano que serve como base de comparação dos indicadores, a atividade industrial já apresentava níveis de produção industrial relativamente baixos.

Apesar de o índice de atividade industrial em julho de 2002 ter tido uma elevação se comparado ao do mesmo mês do ano anterior, esse crescimento não foi uniforme se comparados os diversos segmentos da indústria. O índice foi especialmente impulsionado pelo crescimento da indústria extrativa mineral (10,4 %), seguida pelas indústrias mecânica (7,9%), alimentar (5,1%) e química (4,3%). Alguns segmentos da indústria de transformação apresentaram desempenho negativo no mesmo período. Entre eles destacam-se o setor de material elétrico e de comunicações, em que a atividade industrial caiu 9,3%, e o segmento de matérias plásticas com queda de 6,4%. Quando se observa o indicador de atividade por categorias de uso da indústria, verifica-se que a maior expansão ocorreu no setor de produção de bens de consumo duráveis (9,0%) e a menor no setor de bens de capital (0,5%). Os bens semiduráveis e não duráveis e os bens intermediários também apresentaram expansão de 1,2% e de 3,4%, respectivamente.

Parece haver duas características nesses indicadores que apontam uma redução da atividade industrial nos próximos períodos. A primeira delas é o fato de o aumento da atividade industrial não ter sido generalizado em todos os segmentos da indústria e a segunda delas está relacionada à lenta recuperação do setor de bens de capital, o que parece indicar uma redução nos investimentos do setor industrial. Deve-se ressaltar que, no segundo trimestre do ano, as quedas mais significativas no segmento de bens de capital foram observadas no setor de produção de bens de capital para fins industriais (-3,0%) e no de bens de capital para transporte (-5,1%).

Apesar do aumento do indicador de produção física industrial, o indicador de pessoal ocupado assalariado da indústria do IBGE registrou um recuo de 1,2% em julho de 2002 se comparado com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, esse indicador registra uma queda de 1,6%. Seguindo a tendência observada anteriormente, verifica-se que o indicador de pessoal ocupado tem apresentado uma tendência de queda. A folha de pagamento mostrou em julho de 2002 queda de 2,2% em relação a julho de 2001 e neste ano já acumula uma redução de 2,4%. O indicador de número de horas pagas na produção apresentou, em março de 2002, uma tendência descendente se comparado com o do mesmo período de 2001 (1,4%). No primeiro semestre de 2002, o número de horas pagas reduziu-se 2,2% se comparado com o primeiro semestre do ano anterior.

A crise no setor de fornecimento de energia elétrica do país ocorrida no passado recente não tem sido um fator que influencia o desempenho do setor produtivo industrial. O fator especialmente relevante que tem afetado o desempenho da indústria tem origem na conjuntura internacional. Apesar dos sinais de melhora no desempenho da economia mundial, a crise da economia argentina tem influenciado negativamente o desempenho da indústria brasileira por duas vias. Por um lado, a instabilidade na região tem afetado negativamente a entrada de capitais estrangeiros e com isso tem impedido uma política de taxas de juros mais flexível. Associado à pressão inflacionária o comportamento da autoridade monetária tem sido manter os juros em patamar relativamente elevado. Por outro lado, as dificuldades econômicas do país vizinho têm limitado as exportações das firmas brasileiras para a região e, conseqüentemente, afetado de forma negativa o nível de atividade industrial doméstica.

A pressão inflacionária e o cenário de instabilidade econômica no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e no mundo parecem apontar para a continuidade, a curto prazo, de uma política monetária mais apertada de forma que seja assegurada a convergência da inflação para índices menos distantes da meta estabelecida. Obviamente, com a manutenção das taxas de juros elevadas, a oferta de crédito às famílias e às firmas reduziu os níveis de investimento e de consumo, acompanhando, assim, a dinâmica do mercado de crédito.

Ainda quanto ao cenário internacional, o setor exportador da indústria nacional não obteve bons resultados. As exportações brasileiras acumuladas entre janeiro e setembro de 2002 caíram 1,7%. O saldo da balança comercial tem atingido superávit por conta da queda ainda mais acentuada das importações que, por sua vez, registraram no acumulado do mesmo período redução de 17,3%. O fraco desempenho das exportações é mais um elemento que sinaliza a manutenção dos níveis relativamente baixos de produção nos próximos períodos.

## 1.1 Emprego Industrial

**Conjuntura do Emprego.** O emprego industrial teve um desempenho fraco ao longo do primeiro semestre de 2002 de acordo com todas as pesquisas disponíveis. Houve, na verdade, a continuidade de uma tendência de deterioração do emprego industrial que vem se prolongando desde o fim do primeiro semestre de 2001, momento em que as expectativas do setor produtivo passaram a ser fortemente afetadas pela conjuntura instável nos EUA e pelo aprofundamento gradativo da crise da Argentina.

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (Pimes) do IBGE, que substituiu a antiga Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais (PIM-DG), o nível geral de ocupação na indústria de transformação havia caído 1,5% no segundo trimestre de 2002 se comparado ao do mesmo período de 2001 (ver tabela V.1 do Anexo Estatístico). A indústria extrativa foi um pouco menos atingida: queda de 0,5% do pessoal ocupado assalariado. Também as pesquisas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sobre a indústria paulista, bem como a da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) relativa ao território nacional, apontaram um recuo significativo do pessoal ocupado no primeiro semestre de 2002.

Ainda segundo a Pimes, praticamente todos os gêneros da indústria de transformação, que é a responsável pela maior parte dos empregos na indústria brasileira, experimentaram reduções do seu estoque de empregados no fim do primeiro semestre de 2002 se comparados ao mesmo momento do ano anterior. Poucos são os gêneros industriais que divergem dessa tendência de queda da ocupação, estando entre eles os seguintes:



alimentos e bebidas, fumo. Entre os que apresentam indicadores negativos, destacam-se o gênero têxtil e o de vestuário, calçados e couro, que são grandes empregadores, bem como o eletroeletrônico e o de material de comunicações, esse último afetado pelo esgotamento do ciclo de expansão das empresas de telefonia pós-privatização, e o de meios de transporte que, por sua vez, sofreu o impacto da retração no consumo de automóveis em razão da instabilidade macroeconômica e da tendência de queda da renda real.

**Folha de Pagamento e Horas Pagas.** A folha de pagamento real por trabalhador, apurada pela Pimes, apresentou uma leve queda de 0,4% no segundo trimestre de 2002 se comparada com a do mesmo período do ano anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2002, a queda foi de 1,5%, apesar de terem sido fechados diversos acordos salariais nesse período. Esse movimento, associado à redução no emprego industrial, tem acarretado a significativa redução da folha de pagamento industrial de 2,1% entre os trimestres II/2001 e II/2002 (ver tabela V.2 do Anexo Estatístico).

Setorialmente, destaca-se a queda de quatro pontos percentuais no gênero têxtil, no de vestuário, bem como no de papel e gráfica. Um ajuste dramático da dimensão da Folha de Pagamento está sendo processado pelas empresas do gênero eletroeletrônico e material de comunicação: menos 13,7% em um período de doze meses. No entanto, apesar da tendência geral declinante, há alguns setores cujas folhas de pagamento tiveram altas expressivas em relação ao ano anterior, tais como fumo (+10,1% por motivos sazonais), alimentos e bebidas (+7,3%) e combustíveis (+9,8%).

Uma força que atua em sentido contrário à queda na ocupação e pode ser considerada sinal da cautela do empresariado diante da conjuntura adversa é o crescimento das horas pagas totais (+3,6%) e por trabalhador (+2,6%) na indústria de transformação no trimestre II/2002 em comparação ao trimestre I/2002. Tal crescimento foi motivado por uma leve retomada da produção física, medida pela PIM-PF, sobretudo no segundo trimestre de 2002. Do ponto de vista do empregador, o aumento do número de horas trabalhadas é uma forma de evitar os custos de empregar e desempregar sob incerteza. No entanto, o número de horas trabalhadas continua inferior aos valores praticados no fim do primeiro semestre de 2001. Os indicadores industriais da CNI também sinalizam um aumento do número de horas trabalhadas no primeiro semestre de 2002.

**Tendência geral do ano.** No gráfico V.1 (ver Anexo Estatístico) fica caracterizada a conjuntura desfavorável tanto em termos de ocupação quanto de pagamento ao longo dos anos 2001 e 2002. Mesmo numa perspectiva que supere o curto prazo, inserida no gráfico com o uso de médias móveis de doze meses, a redução do pessoal ocupado e das horas pagas deslocaram a massa salarial para baixo no último ano. A remuneração por trabalhador somente não cai com a mesma intensidade da massa salarial porque o número de horas pagas por pessoa ocupada tem permanecido comparativamente estável, numa comparação ano a ano a partir de abril de 2002.

Nesse quadro, é difícil para a indústria, mesmo com algum aquecimento da atividade que geralmente ocorre no fim do ano, compensar as perdas sofridas em termos de emprego e salário na sua trajetória atual até fins de 2002. Uma continuidade da queda da remuneração real até o fim de 2002 também é provável em razão das fortes desvalorizações cambiais de meados de 2002 e de seu impacto, ainda que parcial, sobre o nível de preços da economia brasileira. A diminuição da massa salarial real pouco contribui para um cenário mais favorável em termos de produção física, a qual normalmente é seguida,

com um certo período de defasagem, de uma retomada do emprego. Uma superação da estagnação do emprego industrial possivelmente não viria a ser capitaneada pela demanda doméstica, mas, em um primeiro momento, pelo setor exportador que possa, em fins de 2002 e ao longo de 2003, aproveitar a circunstância cambial favorável.

**Resultados da Pnad de 2001.** Recentemente foram divulgados pelo IBGE os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referentes a 2001. Há alguns dados interessantes sob a perspectiva da indústria que valem ser mencionados.

Em primeiro lugar, a comparação entre as Pnad de 1999 e de 2001 aponta um crescimento da participação do emprego industrial no total da ocupação no Brasil, fato esse que reverteu a tendência que imperou ao longo de toda a década de 1990. Enquanto em 1999 havia 8,47 milhões de pessoas (11,6% do total de ocupados) que trabalhavam na indústria, em 2001 esse número subiu para 9,30 milhões (12,3% da população ocupada). Esse resultado capta o momento mais favorável para o emprego industrial dos anos recentes, na medida em que o mês de referência das Pnad é setembro e, portanto, esses dados comparam setembro de 1999, quando a desvalorização cambial de janeiro de 1999 começava a surtir efeitos sobre a atividade e o emprego industrial, com o mês de setembro de 2001, cujo dia 11 significou o aprofundamento da crise estadunidense e a deterioração da conjuntura internacional.

Entre as más notícias da Pnad 2001, está o fato de a renda real média do trabalhador vir caindo desde 1996, acumulando, em cinco anos, uma depreciação superior a 10% em termos reais. Por outro lado, também continua muito concentrada a distribuição de renda, sem avanços significativos em relação aos índices históricos da década de 1990, com um Índice de Gini de 0,572. Essas duas tendências – a queda da renda real do trabalhador e a elevada concentração de renda no Brasil – representam fortes entraves ao crescimento do mercado doméstico.

Mesmo assim, provavelmente em razão da manutenção da estabilidade de preços, o consumo de bens duráveis nos domicílios brasileiros aumentou entre 1996 e 2001, em especial o de geladeiras, TVs e máquinas de lavar roupa. Quase três quintos dos domicílios (58,6%) possuíam acesso ao telefone fixo em 2001, o que representa um avanço significativo que pode, ao menos em parte, ser creditado à revolução do modelo do setor de telecomunicações no Brasil. Por fim, como notícia positiva, tem-se a redução de um terço da taxa de trabalho infantil, a qual passou de 18,7%, em 1995, para 12,7% em 2001.

**Nova Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).** O IBGE prossegue com o programa de modernização das estatísticas econômicas brasileiras e está preparando a reformulação da Pesquisa Mensal de Emprego. A PME atual está restrita em termos de cobertura a seis Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). A proposta de reformulação prevê a extensão da cobertura geográfica para todo o território nacional, e com isso vai ser possível falar de um mercado de trabalho nacional. Essa expansão de cobertura é importante, na medida em que outra pesquisa, de caráter nacional, como a Pnad do próprio IBGE, tem apresentado divergências em termos de taxas de desemprego mensuradas e/ou tendências da remuneração média. Além da extensão geográfica, a nova PME vai incorporar um período de referência maior de procura pelo emprego (de sete dias para os últimos trinta dias). Propõe-se também a ampliação do questionário e a inclusão do conceito de desemprego oculto pelo desalento, o qual é apurado no Brasil atualmente apenas pela Pesquisa de Emprego e

Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O planejamento original prevê que a nova PED vá a campo em 2003.

## 1.2 Balança Comercial

A balança comercial brasileira deverá acumular em 2002 resultado positivo próximo de US\$ 10 bilhões. Entre janeiro e setembro de 2002, o superávit acumulado alcançou US\$ 7,8 bilhões, resultado esse muito expressivo, uma vez que, no mesmo período do ano anterior, a balança comercial tinha atingido um resultado positivo de US\$ 1,3 bilhão. Apesar do bom desempenho da balança comercial, as exportações caíram 1,9% no acumulado até setembro de 2002 se comparadas às do mesmo período de 2001. O fraco desempenho das exportações tem sido mais do que compensado pela queda de 17,3% nas importações para o mesmo período. Dessa forma, o resultado positivo da balança comercial pode ser atribuído mais à queda das importações do que ao desempenho das exportações brasileiras.

O setor que apresentou melhor desempenho comercial nos nove primeiros meses de 2002 foi o de produtos básicos: crescimento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os produtos básicos cujas exportações apresentaram crescimento, destacam-se carnes bovinas, suínas e aves, minério de ferro, farelo de soja e petróleo bruto. As exportações de semimanufaturados cresceram 2,6% no período, com destaque especial para óleo de soja, alumínio bruto e semimanufaturados de ferro/aço. Do ponto de vista do mercado de destino, as exportações brasileiras para o Mercosul caíram 53,0%. O resultado negativo do desempenho comercial do Brasil pode ser atribuído, por um lado, à redução das exportações para o Mercosul e, por outro, ao fraco desempenho das exportações do Brasil para a União Européia (queda de 5,6% no mesmo período). As exportações para os países asiáticos cresceram 20% e para o mercado dos Estados Unidos cresceram 4,8%.

Quanto às importações, houve queda no total importado em todos os setores se comparado o valor acumulado no período de janeiro a setembro de 2002 com o mesmo período do ano anterior. No setor de bens de consumo, a queda foi de 19,8%. Já no de bens de capital chegou a 19,2% e no de matérias-primas e bens intermediários foi de 18,4%.

O desempenho comercial do Brasil continua a ser afetado negativamente por dois fatores externos, quais sejam: os problemas macroeconômicos da Argentina e a redução no ritmo de crescimento do comércio internacional. Cabe destacar que, em 2001, o comércio mundial, em valores, sofreu uma redução de 4,5% se comparado ao de 2000. Esse número é significativo se comparado com o crescimento médio de 6,5% obtido na década de 1990. A Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê que em 2002 o comércio internacional cresça em torno de 1%. A desvalorização do câmbio e o baixo dinamismo da economia doméstica têm afetado as importações.

## 2 MEDIDAS DE POLÍTICA

### 2.1 Infra-Estrutura e Regulação

**ANP vende 21 blocos de exploração.** Dos 54 blocos oferecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) no quarto leilão de áreas de exploração e de produção de petróleo ocorrido em 20 de junho de 2002, 21 foram arrematados, sendo oito pela Petrobras, sozinha ou associada em consórcio a outras empresas. Dos 54 blocos, 15 eram em terra e 39 localizados no mar. A arrecadação com bônus de assinatura foi de R\$ 92,4 milhões. Destacou-se a BHP Billiton, que ofertou cerca de US\$ 6,8 milhões pelo bloco BM-C-24, localizado na Bacia de Campos (RJ), com ágio de mais de 4.000% sobre o preço mínimo de US\$ 150 mil. Desde o primeiro leilão de áreas para exploração e produção de petróleo, foram vendidos 67 blocos, totalizando mais de US\$ 500 milhões. A indústria brasileira absorverá US\$ 188 milhões em investimentos na exploração das áreas leiloadas. O valor equivale a 40% do total dos recursos destinados pelas empresas na fase exploratória dos blocos. O comprometimento das companhias em adquirir bens e serviços do país durante a fase de desenvolvimento das áreas – depois da confirmação das descobertas – é de 55% do total de investimentos. A média de 47,5% entre os indicadores é a maior já obtida em leilões anteriores. A ANP estima investimentos totais de US\$ 470 milhões na fase de exploração. Os blocos leiloados exigirão que, em até quatro anos, sejam realizados estudos sísmicos nessas áreas. O prazo total para a exploração varia de sete a nove anos conforme o bloco.

**Mais álcool na gasolina.** A Portaria nº 266 do Ministério da Agricultura, publicada no dia 21 de junho de 2002, alterou de 24% para 25% o percentual de álcool anidro adicionado à gasolina. A medida passou a valer a partir do dia 1º de julho. A nova regra foi aprovada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e vai permitir acréscimo anual de 300 milhões de litros de álcool anidro na produção. Esse volume corresponde à redução da gasolina usada no mercado interno, que poderá ser desviada para exportação. A medida também objetiva reduzir a produção de açúcar e, com isso, melhorar os preços do produto no mercado internacional, que custa atualmente US\$ 123 a tonelada, valor considerado excessivamente baixo pelo governo e pelos exportadores.

**MME cria grupo para gás natural.** O Ministério de Minas e Energia (MME) instituiu, em 18 de julho de 2002, por meio de portaria publicada no Diário Oficial, o Grupo de Trabalho de Vitalização do Gás Natural. A medida visa a incentivar a entrada de novos agentes no setor e a ampliar a oferta, o transporte dutoviário e o uso do combustível no país. O grupo será formado por doze profissionais, sendo dois de cada instituição: Ministérios de Energia, Fazenda, Desenvolvimento e Planejamento; Agência Nacional de Petróleo (ANP); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**Petrobras tem mais quatro sócias no gás.** A Petrobras fechou parcerias com os Estados de Maranhão, Piauí e Goiás e com o Distrito Federal para a constituição de quatro distribuidoras regionais de gás natural. A empresa aposta nas parcerias como encerramento de um ciclo considerado estratégico para a construção, no futuro, de um gasoduto que transporte gás natural por todo o país. O investimento a ser feito em 2002 permitirá a chegada diária de cerca de 100 mil metros cúbicos diários de gás natural veicular (GNV) aos estados e ao Distrito Federal. Serão fornecidos 30 mil metros cúbicos em Brasília e

em Goiás e 20 mil metros cúbicos no Maranhão e no Piauí. A Petrobras investirá, em 2002, cerca de US\$ 75 milhões nos quatro projetos-piloto desenvolvidos para essas regiões. Segundo a estatal, existe um projeto que prevê o transporte de gás ao longo de todo o litoral brasileiro para aproveitar o potencial da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, integrando-o ao interior por meio do Gasoduto Bolívia Brasil (Gasbol), por onde o gás boliviano é importado. Para a Petrobras, a iniciativa abre caminho para a diversificação das fontes de energia do país, como foi definido pelo governo, que deseja 10% da matriz a partir do gás natural. Essa meta exigiria investimentos de US\$ 600 milhões em redes de distribuição nos próximos cinco a seis anos.

**Oito hidrelétricas foram arrematadas.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) leiloou na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 2002 oito hidrelétricas que serão construídas nos próximos seis anos no país. No total, essas usinas devem gerar para a União uma arrecadação de cerca de US\$ 160 milhões durante o período das concessões (35 anos). As usinas, quando concluídas, acrescentarão 1.584 MW ao sistema elétrico brasileiro entre os anos de 2006 e 2008. Dos sete grupos leiloados, seis foram concedidos pelo preço mínimo estabelecido pela Aneel. Não houve nenhum lote sem interessados. A Hidrelétrica de Traíra 2, em Minas Gerais, foi a que provocou maior interesse por parte dos investidores. A usina foi arrematada pela Alcan Alumínio, que pagou cerca de US\$ 2,3 milhões – ágio de 1.991% sobre o preço mínimo de US\$ 110 mil.

**Novas linhas foram leiloadas.** A Aneel licitou as onze concessões de linhas de transmissão ofertadas em leilão realizado no dia 15 de agosto, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O investimento previsto com as obras é de cerca de US\$ 456,1 milhões. As concessões arrematadas destinam-se à construção, à operação e à manutenção de 1.865,3 quilômetros de linhas de transmissão em sete estados das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. Venceram as concessões as empresas e os consórcios que ofereceram o menor valor pela receita anual permitida para cada uma das linhas, as quais deverão entrar em funcionamento a partir de 2004. Por meio de autorizações e de leilões, a agência já outorgou 7,2 mil quilômetros em linhas de transmissão, com investimentos estimados em US\$ 1,8 bilhão.

**Eletrobrás vai investir US\$ 2,5 bilhões em 2002.** A Eletrobrás planeja investir aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em 2002, volume 24% superior aos cerca de US\$ 2 bilhões gastos em 2001. Metade dos recursos será destinada à área de geração e a outra metade à área de transmissão. A empresa prepara uma captação de US\$ 220 milhões no mercado externo e aguarda liberação de um crédito de cerca de US\$ 425 milhões por parte do BNDES. A verba do BNDES será utilizada na duplicação da Hidrelétrica de Tucuruí.

**Saem as normas para o novo MAE.** O governo editou a Medida Provisória que reformula o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE). Assim, o MAE passa a ser uma empresa de direito privado, mas continuará sob a fiscalização da Aneel. De acordo com a medida, a instituição do novo MAE deverá observar os seguintes atos: instituição da Convenção de Mercado, estabelecimento das regras e dos procedimentos do mercado, definição de regras de funcionamento do mercado e mecanismos de proteção aos consumidores. O novo MAE terá uma Assembléia Geral, um Conselho de Administração e uma Superintendência. Os recursos para custeio do novo MAE, que até agosto de 2001 eram repassados às tarifas, deverão provir agora de contribuição dos agentes e de percentual sobre as transações de compra e venda de energia no mercado.

**Energia excedente de Itaipu será utilizada para aumentar oferta.** Por decisão da Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE), a energia excedente que está sendo gerada pela hidrelétrica de Itaipu – cerca de 300 MW médios – será distribuída para todo o sistema nacional, contribuindo para evitar o desperdício e para aumentar a oferta de eletricidade no país. Esse excedente de Itaipu é a energia gerada em quantidade superior à prevista nos contratos da usina. Segundo a GCE, o reservatório da usina estava vertendo água, o que significa que a hidrelétrica perdia energia. Itaipu gera, em média, 10.400 MW, mas as chuvas que caíram em São Paulo aumentaram o nível do reservatório e a geração de energia. Com a decisão da GCE, essa energia entrará logo no sistema, antes mesmo de o Ministério de Minas e Energia e a Aneel decidirem as regras de venda.

**Aneel: outorgas em 2002 representam mais de 3 mil MW.** A Aneel expediu, até agosto de 2002, 128 outorgas para usinas de energia elétrica. O número de empreendimentos autorizados durante esse período acrescenta 3.036 MW à capacidade instalada do país. Esse total pode beneficiar uma população estimada de até 30,9 milhões de habitantes. As outorgas estão divididas em 26 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 93 termelétricas e 9 usinas eólicas.

**BNDES confirma US\$ 2 bilhões para energia.** O BNDES deverá liberar em 2002 até US\$ 2 bilhões em financiamento para projetos de geração de energia. Em 2001, o banco liberou cerca de US\$ 800 milhões a esse segmento. A instituição acumula no momento estoque de 113 projetos de geração, que somam cerca de 21 mil MW de capacidade instalada.

**Governo federal reformula área de transportes.** O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em fevereiro de 2002, três decretos que mudaram toda a estrutura do governo federal na área de transportes. Foram criadas a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq – Decreto nº 4.122) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT – Decreto nº 4.130). Também foi criado o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Denit – Decreto nº 4.129), cuja tarefa é desenvolver a infra-estrutura rodoviária, ferroviária, aquaviária e portuária. O Denit substitui oficialmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), mas com funções mais amplas e uma estrutura totalmente desvinculada da autarquia. Para amparar o novo modelo, haverá recursos vinculados a investimentos no setor oriundos da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre importações de combustíveis. A Cide deverá disponibilizar ao Ministério dos Transportes em 2002 um reforço de cerca de US\$ 2,3 bilhões, quase US\$ 500 milhões a mais que o total aplicado pelo Ministério em rodovias em 2000. Os recursos serão destinados ao programa “Nossa Estrada”.

**Transporte terá US\$ 197,3 milhões a mais.** O Ministério dos Transportes obteve crédito suplementar de US\$ 197,3 milhões em julho de 2002. Os recursos serão destinados à construção e à adequação de trechos rodoviários, implantação e expansão de sistemas de trens e metrô, além de hidrovias. O Rodoanel de São Paulo receberá o equivalente a US\$ 40 milhões. A obra, financiada pelos governos estadual e federal, interligará as principais rodovias que fazem conexão com a capital paulista. Outros US\$ 40 milhões serão destinados à duplicação da BR-381 (Fernão Dias) no trecho entre Belo Horizonte e a divisa entre Minas Gerais e São Paulo. No trecho paulista da rodovia serão aplicados US\$ 15 milhões. Para a Rodovia do Mercosul (BR-116), estão previstos investimentos da ordem de US\$ 21 milhões. Os recursos serão aplicados no trecho entre São Paulo e a divisa com o Paraná. Outros US\$ 3,5 milhões serão usados para adequação de trechos da

BR-116 no Paraná. No Norte, US\$ 12,5 milhões serão aplicados no trecho Brasília/Assis Brasil da BR-317, no Acre. A rodovia BR-232, no trecho Recife/Caruaru (PE), terá US\$ 7,5 milhões. A hidrovía do São Francisco receberá US\$ 1 milhão. Os sistemas de transporte público, como os trens urbanos de Fortaleza, Recife e Belo Horizonte, também receberão recursos. O crédito total aprovado para esses projetos é de US\$ 41,3 milhões. No Ceará, serão destinados US\$ 18,5 milhões para a construção da linha 1 do Metrô (Caucaia/Vila das Flores) e, em Pernambuco, US\$ 16,8 milhões para o trecho Recife/Cajueiro Seco, na linha sul. Em Minas Gerais, o projeto prevê US\$ 6 milhões para a implantação do trecho São Gabriel/Via Norte.

**Programa Telecomunicações terá US\$ 226,5 milhões.** O Ministério das Comunicações anuncia que em 2002 os recursos para o Programa Telecomunicações somam US\$ 226,5 milhões. Os recursos virão do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações. O programa permitirá, segundo o Ministério, que os serviços de telefonia cheguem a localidades com menos de cem habitantes, a propriedades isoladas, a famílias com baixo poder aquisitivo e a pessoas portadoras de necessidades especiais.

**BNDES mantém financiamento para telecomunicações.** O BNDES deve emprestar em 2002 cerca de US\$ 3 bilhões para telecomunicações, descartando, assim, uma posterior crise financeira no setor. O banco também pretende manter os critérios de financiar até 50% dos novos projetos de investimentos aprovados. O orçamento para o setor de infra-estrutura do BNDES está previsto em US\$ 4,4 bilhões para 2002, mas não há repasse específico para as telecomunicações. Segundo o banco, os desembolsos vão acontecer à medida que os projetos forem sendo aprovados. Na carteira de 2002, seis empresas entraram com carta-consulta e todas estão com os seus projetos em fase de enquadramento. Eles somam investimentos totais de US\$ 6 bilhões, o que significa que, se aprovados, o banco disponibilizará até US\$ 3 bilhões. O orçamento geral do BNDES para 2002 está previsto em US\$ 14 bilhões, valor 7% maior que os US\$ 13 bilhões orçados em 2001. No ano passado, só para o setor de telecomunicações, o banco desembolsou US\$ 1,55 bilhão; em 2000, o montante foi de US\$ 1,6 bilhão e, em 1999, de US\$ 1,35 bilhão.

**Áreas de telefonia local podem ser ampliadas.** Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as áreas locais do Plano Geral de Outorgas (PGO) poderão ser ampliadas, absorvendo as regiões conurbadas. A estimativa é de que essa alteração ocorra em cerca de 500 municípios. A agência resolveu prorrogar a regra segundo a qual as ligações para áreas conurbadas das regiões metropolitanas permanecem como chamadas de longa distância, mas com a utilização do pulso, como se fossem locais. Isso, segundo a Anatel, reduzirá o valor das tarifas, pois atualmente, apesar de essas tarifas serem em pulsos, elas têm valor maior do que as locais. Na prática, um pulso nesse tipo de chamada equivale a um minuto, enquanto nas ligações locais chega a quatro minutos. O prazo de solicitação foi prorrogado para o dia 30 de junho de 2003.

**CEF disponibilizará US\$ 500 milhões, por meio do FGTS, ao setor de saneamento.** A Caixa Econômica Federal, mediante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), vai aplicar durante 2002 cerca de US\$ 500 milhões em empréstimos ao setor de saneamento, o que equivale a 35% do que foi aplicado nos últimos sete anos. Para viabilizar tal montante, a Caixa contará com a participação de agentes financeiros privados nas operações. Até então, cumulativamente à função de agente operador, a Caixa vinha atu-

ando sozinha como agente financeiro do FGTS para o setor. Segundo a Caixa, a adesão de bancos privados permitirá retomar de forma expressiva o fluxo de investimentos no setor. Segundo a instituição, não foi por falta de recursos do FGTS que as aplicações foram de apenas US\$ 1,4 bilhão desde 1995. O fundo disponibilizou, nos últimos sete anos, o quádruplo desse valor. O fluxo estava obstruído principalmente pelo fato de a Caixa limitar a concessão de crédito a companhias estatais que dominam o mercado de concessões para abastecimento de água e tratamento de esgoto. Como qualquer outro banco, em razão das regras impostas pelo Banco Central, a Caixa pode comprometer no máximo o equivalente a 45% de seu patrimônio líquido em operações de crédito de qualquer modalidade ao setor público. A busca de parceiros privados foi motivada também pelo interesse da Caixa em dividir com o resto do sistema financeiro os riscos de emprestar ao setor de saneamento.

### 3 FATOS RELEVANTES

#### 3.1 Ciência e Tecnologia

**Incentivos à inovação da Fapesp.** A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) deverá contar, em 2002, com mais de R\$ 230 milhões para apoiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Desse total, R\$ 230 milhões são oriundos de repasse de verbas e o restante de rendimentos de seu fundo de aplicação financeira, hoje em torno de R\$ 150 milhões. Além disso, a Fapesp tem incentivado, em consórcio com as indústrias farmacêuticas nacionais, a geração de patentes, o desenvolvimento de derivados químicos com propriedades farmacocinéticas e as pesquisas pré-clínicas e clínicas. Objetiva-se, assim, evitar o vazamento de tecnologia e de material biológico para o exterior.

**Brasil busca evitar fuga de pesquisadores argentinos.** O Brasil, por meio de ações de cooperação com a Argentina, busca evitar fuga dos pesquisadores desse país (responsáveis por 15% da produção científica da América Latina) em razão da crise econômica. A ajuda deverá basear-se em três pontos. Primeiro, um empréstimo de cerca de US\$ 200 milhões, via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por um período de cinco anos. Segundo, investimento de R\$ 3 milhões do Brasil em bolsas de pesquisa e em programas de visitas de curta duração para brasileiros e argentinos que desenvolvam projetos conjuntos. Terceiro, US\$ 500 mil para reativar a cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Conicet) argentino.

**Investimento da Finep em Fundos de Pesquisa.** Em 2002, ano em que todos os Fundos de Pesquisa criados em 1999 estarão em operação, espera-se que seja investido em pesquisa cerca de R\$ 1 bilhão. Além dos Fundos, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) espera aumentar ainda mais os projetos para captação de recursos junto ao setor privado e ainda junto ao mercado financeiro. Os desembolsos da Finep em 2000 foram de R\$ 180 milhões e, em 2001, de R\$ 340 milhões.

**Votorantim investe em biotecnologia.** Em 2000, o Grupo Votorantim criou a Votorantim Ventures, administradora de um fundo de investimento de capital de risco de US\$ 300 milhões. A prioridade do fundo até agora era a tecnologia de informação. Atualmente, entretanto, reorientou sua estratégia e voltou a maior parte de suas atenções para a pesquisa genômica, de biodiversidade e de fármacos.



**Trinta e cinco anos da Finep.** A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) comemora 35 anos de existência. Atualmente, a ela não cabe apenas administrar o tradicional Fundos Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), mas aplicar os recursos dos Fundos Setoriais criados em 2000 e atrair capital de risco. Além disso, conta com uma cesta de instrumentos para financiar pesquisa em empresas emergentes de base tecnológica e o P&D de grandes empresas. Atualmente, o órgão está capitalizado e é auto-sustentável. A partir de 1999, a Finep passou a funcionar de forma colegiada, com um presidente, três diretores e doze superintendentes, os quais operam como uma instância intermediária. Foi instituído também um Comitê de Orientação de Crédito e Operações, que tem representantes do setor privado, de instituições de pesquisa e de órgãos governamentais e funciona como um filtro qualitativo das operações em relação às políticas da agência e do risco financeiro da Finep. Cada fundo setorial tem um comitê gestor. Oito deles já estão em funcionamento e seis encontram-se em fase de implantação.

**Aumento de produtividade na Embraer.** Antes de 1994, a Embraer produzia aviões com nível de competitividade considerado muito baixo no âmbito da indústria aeronáutica mundial: levava quatorze meses para fabricar um avião com produtividade por empregado de apenas US\$ 40 mil. Hoje o ciclo de produção é de quatro meses e meio e a produtividade por empregado saltou para US\$ 300 mil. O segredo dessa mudança está no investimento pesado em aquisição de tecnologias estratégicas para auxiliar no desenvolvimento de seus produtos, otimizar as linhas de produção e aumentar os níveis de qualidade e de produtividade de processos. Até 2007 será investido pela empresa US\$ 1,3 bilhão em desenvolvimento tecnológico, tendo sido investido, entre 1995 e 2001, US\$ 1,2 bilhão.

**Dificuldades de proteção à propriedade intelectual no Brasil.** Ainda há no Brasil muitas dificuldades no desenvolvimento de um sistema forte, que garanta segurança total a quem investiu em tecnologia e quer ter direitos assegurados sobre suas inovações. O órgão responsável por esse processo, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), apesar de se aproximar cada vez mais dos escritórios europeus de patentes, vive hoje o dilema de corte de verbas e a necessidade de investir em sua modernização e em novos projetos. Além disso, o índice de concessão de patentes, se comparado ao número de pedidos, é muito baixo no Brasil (em 2001 foram 7.850 concessões contra 22.821 pedidos). E é ainda mais baixo o índice de sucesso comercial em território brasileiro, o que indica que a concessão de patentes não garante resultados práticos no Brasil.

**Metas de desenvolvimento tecnológico da Petrobras.** Até 2005 a Petrobras quer tornar comercialmente viável a produção de um óleo ultraviscoso, encontrado nas bacias de Campos e no Estado de Espírito Santo e, ao mesmo tempo, atuar em lâminas d'água cada vez mais profundas, superiores a dois mil metros. Objetiva, com isso, adaptar a tecnologia hoje utilizada nos poços e criar equipamentos de acordo com as características das áreas arrematadas nos últimos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

**Biofábrica no Pará.** Foi encontrada, na Amazônia, uma planta da família das bromélias com fibra tão resistente que despertou o interesse da indústria automobilística mundial para fabricação de pára-choques, forros internos de portas, teto e porta-malas de veículos. O projeto de clonagem da planta (curauá) custará R\$ 500 mil e foi aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Finep, em parceria com a

Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema). A meta é produzir anualmente três milhões de mudas clonadas.

**Fapesp financia pesquisa na Embraer.** A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) aprovou quatro projetos para desenvolvimento de *softwares* e de equipamentos que facilitem a criação de aviões na Embraer. O primeiro projeto refere-se à construção de um túnel de vento no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), além da modernização de outro, existente no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). O segundo projeto busca utilizar a mecânica dos fluidos computacional para fazer simulações numéricas dos escoamentos em torno do avião. O terceiro projeto desenvolverá uma tecnologia que otimizará os ensaios em vôos para certificação dos aviões da Embraer. E o quarto projeto buscará reduzir, por meio de uma simulação numérica, todos os parâmetros relacionados ao funcionamento do avião durante o vôo.

**Difusão da clonagem terapêutica.** Foi divulgado na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2002 que a clonagem para fins terapêuticos será um dos grandes filões da indústria nos próximos anos. No Brasil, os trabalhos ainda estão restritos às universidades, mas o processo deve começar a ser popularizado em dez anos. Um dos enfoques atualmente mais promissores é o de utilizar células-tronco de adultos para a reconstituição de fígado, cérebro, músculos ou coração. Essas novidades prometem revolucionar a medicina.

**Inovação em fármacos.** Segundo debate promovido na SBPC de 2002, a transformação do Brasil de mercado consumidor para inovador é fundamental para garantir o acesso da população a novos medicamentos e, principalmente, para promover o avanço nas pesquisas sobre as chamadas “doenças de pobre”, pois o mercado tende a ser escasso quanto a doenças mais comuns em países menos desenvolvidos.

**Utilização da levedura.** A Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) estuda o uso de subprodutos de levedura, desenvolvidos pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) da Universidade de Campinas (Unicamp), para o beneficiamento dela. Os subprodutos podem ser utilizados tanto na composição de alimentos quanto no enriquecimento da ração animal. O estudo abre inclusive o uso dessa biomassa pela indústria farmacêutica.

**Investimentos do Basa em P&D.** O Banco da Amazônia (Basa) investiu R\$ 12 milhões em pesquisas aplicadas em diversos setores produtivos da Amazônia Legal nos últimos três anos. Os setores mais atendidos foram agricultura, biotecnologia, ecoturismo, fármacos, fitoterápicos, recuperação de áreas degradadas, *design* de móveis e outros. A maioria das pesquisas destina-se ao suporte tecnológico dos empreendimentos financiados pelo banco. Além disso, o Basa também custeia estudos para a melhoria da qualidade de vida da população, como o combate à malária com o uso de plantas da região. Do total de 258 projetos, 70 já estão concluídos.

**Pressão estadunidense por concessão de patentes.** Desde 1995, quando entrou em vigor o Acordo de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – Trips) da OMC, o Brasil recebeu cerca de 8.038 pedidos para concessão de patentes farmacêuticas, das quais apenas 5% foram examinadas. O exame só começou em 1997, quando a legislação brasileira entrou em vigor. Em 1999, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também passou a ser acionada sobre as patentes farmacêuticas, tendo liberado cerca de 70 dos 176 pedidos feitos pelo

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Em virtude desse quadro, os EUA têm feito pressão pela aceleração do exame de patentes de fármacos.

**Alto custo para registrar marcas no exterior.** Em 1996 entrou em vigor o Protocolo de Madri, que atualmente reúne 70 países e busca agilizar e baratear o registro de marcas de produtos no exterior, facilitando seu comércio internacional. Os pedidos são processados pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), uma agência das Nações Unidas. O Brasil ainda não aderiu ao Protocolo, o que encarece, retarda e dificulta o comércio de produtos brasileiros no exterior. Se o Brasil fosse signatário do Protocolo de Madri, os gastos de registro de marcas brasileiras nos trinta países europeus cairiam da faixa de US\$ 26 mil para US\$ 5 mil ou US\$ 6 mil.

**Investimento em P&D da Fapesp.** Segundo dados da Fapesp, o Brasil é o país que mais investe em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na América Latina: US\$ 6,5 bilhões aplicados em 1999. Esse volume representa 0,87% do PIB nacional, índice semelhante ao de Itália (1%), Espanha (0,9%) e Hungria (0,7%), mas inferior ao de Japão (3,1%), EUA (2,7%) e Alemanha (2,3%). Entre 1989 e 1999, as exportações de produtos tecnológicos elevaram-se a uma taxa de 3,4% ao ano, enquanto as importações elevaram-se a uma taxa de 10,4% ao ano.

**Estreitamento da cooperação tecnológica com a Espanha.** A Finep e o Centro para el Desarrollo Tecnológico Industrial (CDTI) firmaram compromisso para estreitar o relacionamento entre os dois órgãos que, por sua vez, já mantêm acordo bilateral de cooperação. O CDTI conta com recursos anuais da ordem de 400 milhões de euros e, desse valor, 200 milhões são recursos próprios. O CDTI financia basicamente projetos de empresas, principalmente médias, além de contar com linhas de financiamento internacionais.

**A incidência do novo Código Civil sobre os direitos de propriedade intelectual.** Conforme conclusão de especialistas presentes ao XXI Seminário Nacional de Propriedade Intelectual, realizado nos dias 18 e 19 de agosto no Rio de Janeiro, as cláusulas gerais de função social dos contratos e de boa-fé objetiva trazidas pelo novo Código Civil, que entrará em vigor em 11 de janeiro de 2003, regerão também contratos que têm como objeto os direitos de propriedade intelectual. O novo Código Civil unificará o direito privado brasileiro, dividido hoje em leis e códigos esparsos. As novas cláusulas gerais influenciarão a interpretação dos contratos de propriedade intelectual.

Em relação à responsabilidade civil, o novo código trará o conceito de responsabilidade civil objetiva, que agirá diretamente nos contratos de transferência de tecnologia que versam sobre proteção de segredo de negócio. De acordo com esse novo conceito, quando houver quebra de sigilo, a parte que adquirir uma transferência tecnológica só será responsabilizada se comprovado onexo causal e se houver algum tipo de negligência ou falta de vigilância.

**Plano Diretor para o Inpi.** Com o objetivo de mostrar estratégias referentes ao registro de patentes para os próximos oito anos, pretende-se apresentar ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) um Plano Diretor para o Inpi. Esse documento deverá ser entregue até o fim do segundo semestre de 2002 e estará baseado em três diretrizes estratégicas: o apoio do Inpi a iniciativas que visam a aumentar a competitividade da indústria brasileira, o fortalecimento do sistema nacional de propriedade intelectual e a busca da excelência técnico-operacional do Inpi.

**Lançamento da Lei da Inovação e do Livro Branco da Ciência.** O governo federal anunciou, em 15 de agosto de 2002, duas iniciativas para incentivar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia: Livro Branco da Ciência e o projeto da “Lei da Inovação”. O lançamento do “Livro Branco da Ciência” propõe como desafio aumentar os investimentos brasileiros em pesquisa e em desenvolvimento a um nível equivalente a 2% do PIB no prazo de dez anos.

O projeto da “Lei da Inovação” objetiva flexibilizar as relações entre pesquisadores, institutos de pesquisa e empresas privadas no desenvolvimento de novas tecnologias para produtos, processos e serviços. Segundo o projeto, o Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social atuará prioritariamente nas cinco seguintes áreas: questão urbana; desenvolvimento regional e geração de emprego e renda; saúde e qualidade de vida; tecnologia e segurança; e educação para sociedade do conhecimento.

### 3.2 Comércio Exterior

**Entraves às exportações brasileiras.** De acordo com os exportadores brasileiros, as principais barreiras às vendas externas continuam sendo: burocracia alfandegária; custos portuários; custo do frete internacional; ausência de financiamento às exportações; canais de comercialização; burocracia tributária; ausência de financiamento à produção; ressarcimento de tributos; serviços de promoção às exportações; custo do transporte interno; seguro de crédito; manuseio, embalagem e armazenagem dos produtos; e padrões externos. Cabe lembrar que, por meio de pesquisa com os exportadores realizada pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) em 1997, a maioria desses itens foi apontada como barreira ao comércio externo brasileiro.

**As empresas CVRD, Petrobras e Embraer aumentam suas exportações para a China.** A China assumiu a liderança das importações de ferro e de pelotas da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no primeiro trimestre de 2002 e superou o Japão. Entre janeiro e março de 2002, a Vale exportou 4,4 milhões de toneladas para a China e 3,1 milhões de toneladas para o Japão. A expectativa da Vale é de que as vendas para a China cresçam 10% até 2005, acompanhando, portanto, o aumento das exportações totais brasileiras de minérios de ferro previsto para os próximos três anos. A CVRD conquistou, no ano passado, a liderança no *ranking* dos maiores exportadores líquidos brasileiros. As vendas externas consolidadas da Vale somaram US\$ 3,927 bilhões, o que representa uma alta de 10% em relação aos US\$ 3,016 bilhões de 2000. Como tem importações modestas, a mineradora passou a apresentar o maior saldo comercial do Brasil (US\$ 2,883 bilhões). A Petrobras e a Embraer exportam valores superiores, mas têm resultado líquido (vendas menos importações) inferior ao da Vale por conta de compras externas em valores elevados. A Embraer firmou acordo com a empresa chinesa Avic 2 para a formação de uma *joint-venture* destinada à montagem, na China, de jatos do modelo 145. A próxima etapa será a aprovação do projeto pelas autoridades do governo chinês. Pelo contrato firmado com a Avic 2, a Embraer terá 51% de participação no novo negócio.

**Subsídios dos Estados Unidos à agricultura.** A polêmica causada pela aprovação da lei agrícola dos Estados Unidos – “Farm Bill” –, que prevê a liberação de US\$ 180 bilhões em subsídios nos próximos dez anos para os produtores estadunidenses, parece que não terá um desfecho positivo para o Brasil. O volume de recursos previsto na nova lei não atinge o teto de subsídios que foi acordado na OMC. Os Estados Unidos ameaçam denunciar o Brasil por pirataria na OMC se o governo brasileiro levar adiante seu plano

de questionar os subsídios dados pelo governo estadunidense para seus produtores de soja. Washington estima dispor de argumentos suficientes para acusar o Brasil de violar o Acordo de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio por desrespeito ao direito de autor (pirataria de CD, DVD, etc.) e demora na liberação de patentes farmacêuticas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

**Restrições dos Estados Unidos à importação de aço.** Os fabricantes brasileiros de ferro-gusa, que exportam anualmente US\$ 400 milhões e têm os Estados Unidos como principal destino, saíram ganhando com as restrições à importação de aço adotadas pelo governo estadunidense na proteção de suas siderúrgicas. De abril até início de junho de 2002, os guseiros independentes ganharam no preço e na quantidade vendida. A tonelada subiu de US\$ 105, no início do ano, para US\$ 120, preço FOB para os EUA. A OMC confirmou que os Estados Unidos violam as regras internacionais ao imporem direitos compensatórios (sobretaxa anti-subsídio) sobre o aço importado de companhias siderúrgicas que recebem subsídios obtidos antes de suas privatizações – como é o caso das companhias brasileiras. Negociadores em Genebra estimam que a decisão em favor da União Européia, que levou o caso à OMC, e por tabela, em favor de Brasil, Índia e México, países que participaram como terceira parte, deve obrigar o Congresso estadunidense a emendar sua legislação sobre essa questão. Com a intensificação do protecionismo dos Estados Unidos – expressa pelas salvaguardas ao aço, pelos aumentos dos subsídios à agricultura e pelas restrições impostas pelo Senado estadunidense a Trade Promotion Authority (TPA) –, a União Européia passou a ser encarada por empresários no Brasil como uma possível e melhor opção para futuros acordos de livre comércio.

As exportações brasileiras de semimanufaturados de ferro e de aço apresentaram redução expressiva em maio de 2002, reflexo das salvaguardas adotadas pelo governo dos Estados Unidos e das medidas de defesa comercial aplicadas por países europeus. Além dessas dificuldades enfrentadas pelo comércio exterior do Brasil, a outra diz respeito ao comércio com a Argentina: em maio, em relação ao mesmo mês de 2001, as exportações brasileiras para esse país recuaram 60,8% e as importações caíram 23,1%.

**Relações com o Mercosul.** O Mercosul foi responsável pela grande queda das exportações brasileiras de produtos manufaturados ocorrida em 2002. Pesquisa da Funcex mostra que o total das vendas externas para o bloco passou de US\$ 10,779 bilhões no primeiro quadrimestre de 2001, para US\$ 9,442 bilhões no primeiro quadrimestre de 2002, um recuo de 12,4%. Antes da crise econômica, o bloco respondia por 28% das vendas externas de manufaturados do país.

**Exportações brasileiras de frango para a Rússia.** A saída momentânea dos Estados Unidos do mercado russo de carne de frango deu oportunidade de as empresas exportadoras brasileiras ampliarem sua participação naquele país a partir de abril de 2002. A tendência é de que esse mercado seja mantido e as exportações continuem no mesmo ritmo, mesmo que os EUA retomem suas exportações para a Rússia. Segundo representantes do setor, o principal motivo que leva as empresas exportadoras do Brasil a acreditar na manutenção das exportações para os próximos meses é a aceitação do produto brasileiro. Os consumidores russos ainda estão em dúvida sobre a qualidade do frango dos EUA, o que os leva a procurar outras origens.

**Financiamentos às exportações.** Os financiamentos de crédito à exportação liberados pelo Banco do Brasil (BB) para os negócios agrícolas cresceram 50% no primeiro

trimestre de 2002. As operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) realizadas pelo BB atingiram US\$ 103 milhões entre janeiro e março de 2002, valor 50% superior se comparado ao do mesmo período de 2001. Já nos bancos privados, como Unibanco e Sudameris, os volumes de negócios caíram diante da maior preferência das agroindústrias e *tradings* pelas operações de pré-pagamento. Com maior tradição na área agrícola, o BB financiou exportações de culturas como soja, açúcar, fumo, milho e café. As taxas de juros para as linhas de ACC não se alteraram nos últimos meses e continuam referenciadas pela taxa Libor mais *spread*, que varia de 0,8% a 2% de acordo com o risco da empresa (o prazo varia de 180 dias a 360 dias). Deve-se mencionar também que as grandes empresas exportadoras anteciparam o fechamento de contratos de câmbio para vendas no exterior. Os principais bancos que operam no segmento viram aumentar a procura por ACC e por Adiantamento de Contratos de Exportação (ACE) depois do aumento do dólar comercial. As companhias exportadoras, principalmente as agrícolas cujo embarque da safra de soja vai de abril a julho, aproveitaram para realizar negócios com taxa de câmbio com o preço do dólar mais alto porque vão receber mais em reais na operação. A ameaça dos EUA de processar o Brasil por pirataria não vai fazer o Itamaraty recuar da iniciativa de mover uma ação contra esse país na OMC por conta dos subsídios concedidos por ele aos produtores de soja.

**Alterações no Convênio de Crédito Recíproco.** Quanto ao Convênio de Crédito Recíproco (CCR), no fim de abril passado autoridades do governo brasileiro decidiram manter o mercado aberto para as exportações argentinas como forma de contribuir para o período de transição daquele país. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou negociações para aumentar o comércio bilateral, cujo saldo com a Argentina foi de US\$ 781 milhões no primeiro trimestre de 2002. O governo enviou aos argentinos propostas para flexibilizar as regras do CCR, ampliar as condições do acordo automotivo e eliminar as restrições ao comércio bilateral.

**Relações com a Alca.** A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) já definiu sua posição em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O Brasil não irá participar das negociações do bloco nas atuais condições pretendidas pelo Congresso estadunidense. A emenda aprovada pelo Senado dos Estados Unidos deixa claro que o Executivo não terá poderes para fazer qualquer negociação.

**Empréstimos consorciados.** O mercado de empréstimos consorciados em dólares, com lastro em exportações, voltou à ativa no fim de maio de 2002 com cerca de US\$ 1 bilhão para pronto desembolso. Entretanto, os bancos estrangeiros estão cada vez mais criteriosos e mudam de hábitos em função da crise de crédito mundial, que vai do calote da Argentina e passa pela crise de Enron, World Com e Fiat. Isso reflete um automático aumento de risco de preços e torna as exigências cada vez maiores, principalmente no que diz respeito ao fluxo de caixa. Além disso, o lastro em exportações passou a ser a condição *sine qua non* para que os bancos estudem com mais empenho os contratos.

**Relações entre Mercosul e União Européia.** Qual é o objetivo final das negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia (UE)? É fazer uma zona de livre comércio, como a Alca, ou não? A questão voltou à mesa de discussões em Bruxelas entre altos funcionários que negociam o comunicado que os chefes de governo e de Estado dos dois blocos discutiram em seu encontro em Madri, em maio de 2002. A Comissão Européia, o braço executivo da UE, alimenta uma persistente ambigüidade em razão de o acordo com o Mercosul não ser aceitável para certos países como a França, temerosos da concor-

rência agrícola da Argentina e do Brasil. Assim, nas negociações em Bruxelas, contorna-se o tema com uma linguagem peculiar: sugere-se falar de progressiva liberalização do comércio em base recíproca para alcançar melhor acesso a seus respectivos mercados. A UE espera deflagrar em julho de 2003 a fase final das negociações com o Mercosul para a maior liberalização possível do comércio de US\$ 45 bilhões entre os dois blocos. O governo brasileiro defende uma melhoria das propostas de acesso do Mercosul à União Européia no âmbito das negociações para uma associação inter-regional entre os dois blocos, desde que os europeus sinalizem também essa disposição.

**Comércio entre Brasil e México.** Brasil e México intensificam a aproximação econômica e comercial e agora passam a tentar uma melhor afinação política para atuar de forma conjunta em foros internacionais na perspectiva de dar mais relevância à América Latina. A força de ambos, responsáveis por 60% do PIB latino-americano, pode ajudar a região a enfrentar a crise que atinge praticamente todo o subcontinente. O México, com a crise da Argentina, é o principal parceiro do Brasil na América Latina. O setor automotivo tem sido dínamo do comércio bilateral e agora terá uma perspectiva. As margens de preferências tarifárias (desconto na tarifa de importação) do acordo de comércio Brasil-México vão de 20% a 100%, sendo esse último o percentual de maior incidência sobre os produtos acordados (total de 796). Com isso, 359 produtos (cerca de 45% da lista total) foram contemplados com 100% de margem de preferência (MP), o que equivale à tarifa zero de importação; 80 produtos tiveram MP de 80% a 60%; 102 produtos tiveram MP de 50%; e 250 produtos ficaram com MP de 45% a 20%.

**Exportação de serviços.** O governo lançou um programa de apoio à exportação de serviços que passará a contar com financiamento do BNDES. Sua estrutura operacional será semelhante ao do Programa Especial de Exportação (PEE) que, por sua vez, se refere à exportação de mercadorias. Serão criadas gerências específicas por segmentos de serviços que devem identificar os principais gargalos dessas exportações e definir formas de promoção comercial.

Pretende-se com isso reverter, em médio prazo, o déficit de US\$ 7,7 bilhões por ano registrado na balança de serviços e aumentar a participação brasileira no comércio mundial nessa área, hoje restrita a 0,6%.

No tocante ao setor de serviços, este responde por 50% do PIB e tem grande potencial de expansão e de vendas ao exterior. O novo Programa Especial de Exportações de Serviços (PEES) contará com 19 gerências setoriais, coordenadas por representantes do setor privado, e com 15 gerências temáticas, coordenadas por instituições de governo. As duas estruturas gerenciais trabalharão em conjunto na identificação de barreiras às exportações brasileiras de serviços comerciais e na formulação de propostas para o incremento de vendas externas no setor, as quais estão limitadas hoje a cerca de US\$ 9 bilhões por ano.

Com essa articulação, o governo visa a desenvolver instrumentos específicos para ampliar a competitividade das exportações de serviços – setor com amplo espectro que abrange, por exemplo, engenharia, serviços financeiros, turismo, serviços profissionais, transportes, produções culturais e audiovisuais, computação e informática.

**Relações entre Mercosul e África do Sul.** O Mercosul e a África do Sul realizaram, em julho de 2002, em Brasília, a primeira rodada de negociações visando à assinatura de

um acordo de preferências tarifárias fixas. O futuro acordo, com a desgravação gradual de diferentes setores, abre caminho para um acordo de livre comércio.

O Brasil está à procura de alternativas emergenciais para compensar as perdas crescentes no comércio com os seus sócios do Mercosul. O redirecionamento das exportações tem como alvo países cujos mercados ainda são pouco explorados por empresas brasileiras. Cabe destacar que o país negocia com a África do Sul um pacote comercial para duplicar suas exportações para aquele mercado, levando-as a US\$ 800 milhões anuais. Esse é um objetivo imediato – e considerado razoável pelo governo brasileiro –, tendo em vista que as vendas ao mercado sul-africano já cresceram 40% nos últimos doze meses em consequência do agravamento da crise do Mercosul.

O Mercosul e a África do Sul vão realizar, entre os dias 4 e 8 de novembro de 2002 nesse país, uma terceira rodada de negociações para a assinatura de um acordo de preferências tarifárias fixas, já com a discussão de produtos e setores a ser considerados para desgravação, numa estratégia para impulsionar o comércio entre as duas partes.

Esteve no Brasil um grupo de empresários e funcionários do governo sul-africano, entre eles representantes das Forças Armadas. Com isso, foram iniciadas as negociações para compra de material de transporte, de aviões e de produtos agrícolas como milho e soja.

Esse entendimento abre caminho para a criação de uma área de livre comércio entre o bloco e os sul-africanos, conforme acordo-quadro assinado em 2000.

**Relações econômicas entre Brasil e Alemanha.** Brasil e Alemanha instalaram em junho de 2002, em Hamburgo, o Grupo Especial de Contato sobre a Infra-Estrutura e Energia, que dará às empresas alemãs de energia, transporte, gerenciamento de águas e telecomunicações a oportunidade de se aprofundarem no conhecimento de projetos e de se prepararem melhor para as licitações no Brasil e na América do Sul. Os projetos de infra-estrutura em doze países do continente somam US\$ 150 bilhões, dos quais US\$ 100 bilhões são destinados ao Brasil. Boa parte deles faz parte do Programa Avança Brasil. O grupo de trabalho é composto por representantes dos governos e do empresariado dos dois países. A Alemanha espera, nos próximos anos, conquistar o primeiro lugar no *ranking* dos investidores estrangeiros no Brasil. Os alemães esperam reverter a situação em seu favor com a participação em projetos da comissão bilateral de infra-estrutura e energia e em negócios de pequenas e de médias empresas que estão se instalando no Brasil, como as associações recentes da Etscha, de autopeças, e da G&D, que se associou a Gráficos Burti. Uma pesquisa do ano passado, a partir da qual foram projetados US\$ 7 bilhões de investimentos da Alemanha no Brasil para os próximos anos, não levou em consideração o montante que deverá ser canalizado para os projetos de infra-estrutura no país, os quais estão orçados em US\$ 108 bilhões. Segundo dados do Banco Central, os investimentos diretos alemães no Brasil, em maio de 2002, somaram US\$ 145 milhões, dos quais US\$ 118 milhões foram aplicados no setor químico.

**Drawback.** A Camex aprovou resolução que amplia para a agricultura o mecanismo de *drawback*, já utilizado por setores industriais, pelo qual ficam suspensas as cobranças do Imposto de Importação, do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre compras de insumo. Os cinco itens beneficiados são algodão, frutas, camarão, carne suína e frango, cuja produção destinada à exportação será barateada.



**Programa Especial de Exportação.** Envoltos na idéia de sustentabilidade dos negócios, o Programa Especial de Exportação na Região Nordeste (PEE) – adaptado do modelo nacional e originado do Banco do Nordeste (BN) – não busca apenas novos mercados, mas procura agregar valor e incluir produtos ainda não tradicionais selecionados também entre as produções dos pequenos fabricantes do interior. O importante é ampliar a pauta das vendas externas do Nordeste, a qual nos últimos trinta anos centrou-se em *commodities* agrícolas como cacau, açúcar, castanha-de-cajú, entre outros, limitando os volumes de exportação. Esses produtos continuam importantes, embora existam atualmente setores bem mais modernos, entre os quais o têxtil, o de calçados, o automotivo e mesmo o de fruticultura.

**Relações Brasil – União Européia.** A União Européia (UE) prepara-se para atender ao pedido da indústria brasileira de aumentar antecipadamente, em três mil toneladas, a chamada cota têxtil para as exportações de tecidos de algodão tinto (denin, brim, etc.). A nova concessão européia começou em agosto, até que o acordo têxtil entre o Brasil e a UE entre em vigor provisoriamente em outubro. A partir daí, serão eliminadas as dez cotas impostas sobre a exportação de produtos como fios de algodão, tecidos, *t-shirts*, calças, felpudos, roupa de mesa e tecidos de algodão tinto.

**Linhas de crédito internacionais para bancos.** Os bancos já não conseguem renovar integralmente, no mercado internacional, as linhas de crédito destinadas ao comércio exterior. O custo praticamente dobrou em apenas um mês e o prazo diminuiu. O HSBC só conseguiu renovar 30% das linhas e com taxas mais altas. Grandes bancos pagavam a taxa Libor (juros interbancários de Londres) mais 0,75% para linhas comerciais. Em julho de 2002, o custo saltou para Libor mais 1,5% ao ano. Mesmo assim, o Unibanco só conseguiu renovar 30% das linhas e com taxas mais altas.

**Exportações de café moído.** As exportações brasileiras de café torrado e moído devem crescer cinco vezes em 2002. Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias do Café do Estado de São Paulo, a expectativa é de que as vendas atinjam 200 mil sacas de 60 quilos, aumento bastante representativo se comparado às exportações de 2001 (40 mil sacas). O crescimento das exportações de café com maior valor agregado também é meta para esse estado que, por sua vez, lançou o Programa Selo Qualidade de São Paulo, responsável pela certificação da produção de café gourmet.

**Exportação de café orgânico.** Tradicional exportador de café solúvel e em grãos, o Brasil ingressa aos poucos na disputa pelo mercado internacional de café orgânico (sem agrotóxico), no qual há demanda crescente, sobretudo na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Os embarques brasileiros devem ficar em 70 mil sacas de 60 quilos em 2002, um salto de 191% sobre as exportações de 2001, segundo a Associação de Produtores de Café Orgânico do Brasil.

**Acordo automotivo.** Menores vendas para a Argentina e atraso na renovação do acordo automotivo bilateral com o Chile e com o México são motivos invocados para justificar a queda nas vendas externas das duas principais montadoras em exportações no período de janeiro a maio de 2002. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Volkswagen do Brasil reduziu em 12% suas exportações de janeiro a maio de 2002, totalizando, assim, US\$ 471,181 milhões. No mesmo período de 2001, essa receita totalizou US\$ 535,405 milhões. Já a General Motors do Brasil, segunda do setor e nona entre as maiores empresas

exportadoras do país, diminuiu suas vendas externas para US\$ 216,5 milhões (redução de 21,81%). Nos cinco meses iniciais de 2001, essa empresa exportou US\$ 276,961 milhões.

**Brasil e Argentina fazem acordo para exportar mais.** A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e a Câmara Industrial Argentina de Confecção assinaram um acordo para estimular as exportações de produtos têxteis dos dois países.

Segundo o protocolo assinado, Brasil e Argentina irão detectar pontos fortes e fracos do setor e aliar recursos disponíveis em benefício das cadeias produtivas dos países. O acordo prevê apenas ações para ampliar o comércio fora do âmbito do Mercosul, o que visa a aumentar as exportações dos países.

**Alterações no Proex.** Em junho de 2002, o governo realizou mudanças no Programa de Financiamento às Exportações (Proex) com vistas na flexibilização das operações de equalização e de taxas de juros. Objetiva-se, com essa medida, alavancar as exportações brasileiras, as quais acumularam queda de 12% nos primeiros cinco meses de 2002.

Com as novas medidas, o Proex-equalização volta a enquadrar operações com prazos de financiamento iguais ou superiores a 360 dias (até dez anos), sendo que, no caso de pequenas e médias empresas, serão autorizadas também operações com prazos a partir de 60 dias.

Da mesma forma, voltarão a ser permitidas operações de exportações intrafirmas (entre filial e matriz) desde que representem abertura de novos mercados e de novos produtos. A aprovação, nesse último caso, ficará sujeita à análise prévia do Banco do Brasil.

As linhas do Proex, programa esse sustentado com recursos do tesouro nacional, voltaram a agonizar diante da crise cambial. A taxa de câmbio corroe o financiamento do Proex, principal modalidade de financiamento direto, cujo orçamento (R\$ 989 milhões) já está totalmente comprometido. Cabe lembrar que os recursos do Proex são em reais e as exportações são realizadas em dólares.

**Flexibilização do Trims.** O Brasil e outros países em desenvolvimento como Índia, Colômbia e Venezuela, propuseram na OMC a flexibilização do Acordo de Medidas de Investimento Ligadas ao Comércio (Trade-Related Investment Measures – Trims). Esse acordo é um dos instrumentos mais importantes de política industrial no âmbito do sistema comercial. Uma proposta específica apresentada pelo Brasil defende a inclusão no Trims de dispositivos que assegurem a necessária flexibilidade para os países implementarem políticas que ajudem a corrigir problemas sociais, regionais, econômicos e tecnológicos.

**Redução no ACC e no ACE.** A escassez sem precedentes de linhas de financiamento ao comércio exterior brasileiro revela uma desconfiança profunda de parte de matrizes de bancos no exterior: a de que empresas brasileiras venham a ter dificuldades de produção e, conseqüentemente, de que não disponham de mercadorias para a exportação. Ou seja, o receio de colapsos na cadeia de produção provocado pela crise cambial está afastando o setor financeiro do mercado de adiantamento de contrato de câmbio e de exportação (ACC e ACE).

Cautelosas, algumas instituições bancárias praticamente limitaram suas operações de financiamento a exportações nas linhas do BNDES-Exim (pré e pós-embarque), as quais são repassadas pelos bancos, que são agentes financeiros do sistema BNDES.

O governo está atuando em diversas frentes e não descarta nenhuma possibilidade para tentar solucionar o problema da escassez das linhas de crédito comercial. A Camex decidiu reforçar as linhas de financiamento às exportações brasileiras.

O governo determinou ao BNDES providências para que seja amenizada a escassez de linhas comerciais de curto prazo de financiamento às exportações. O BNDES, cujo orçamento para 2002 é de R\$ 28 bilhões, está promovendo um remanejamento interno de sua carteira de empréstimo a fim de ampliar a oferta de recursos para exportações. Haverá também um redirecionamento das linhas do BNDES-Exim com o reforço das operações de pré-embarque, as quais funcionam como capital de giro para os exportadores.

O Proex-financiamento está parado, sem condições para o enquadramento de novas operações. Enquanto isso, a demanda pelo Proex é crescente, uma vez que o exportador enfrenta dificuldades de acesso às linhas comerciais de ACC e de ACE, cujos custos aumentaram e os prazos diminuíram com a crise.

**Exportações do Distrito Federal.** Sete empresas do Distrito Federal, fabricantes de móveis que integram o consórcio Brasília Export, embarcam no fim de setembro de 2002 um carregamento de US\$ 35 mil para o emirado de Dubai, um dos sete que formam o país conhecido como Emirados Árabes Unidos, no Golfo Pérsico. A operação totalizará US\$ 110 mil com um segundo embarque no valor de US\$ 75 mil e ocorre simultaneamente ao acerto de um contrato aditivo, no valor de R\$ 1,5 milhão, ao programa setorial integrado entre as empresas da madeira e do mobiliário brasileiro e a agência de Promoção às Exportações (Apex). O aproveitamento comercial do nicho de mercado constituído pelos Emirados Árabes tem grande representatividade para um segmento que opera com uma ociosidade de 30% nas linhas de produção, consequência direta da retração do mercado interno.

### 3.3 Defesa da Concorrência

**Adiada a criação da ANC.** O governo adiou para depois das eleições presidenciais de 2002 a criação da Agência Nacional de Concorrência (ANC) com o intuito de minimizar possíveis atritos entre os ministérios que disputam o controle da ANC, a saber: o da Justiça e o da Fazenda.

**SDE investiga cartel de areia.** A Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça está investigando a possibilidade de formação de cartel em nove empresas de fornecimento de areia lavada que atuam em Curitiba. As denúncias foram apresentadas pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) no Paraná. O cartel estaria sendo organizado pela Associação dos Mineradores de Areia e Saibro do Estado do Paraná (Amas).

**Cade julgará CSN.** A SDE encaminhou ao Cade parecer que recomenda a condenação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pela adoção de práticas discriminatórias na comercialização de folha de flandres (exigência de garantias específicas para a realização de negócios, imposição de formas de pagamento e de depósito adiantado de valores, além de atraso na entrega dos produtos).

**Cartéis de gasolina.** A SDE tem analisado uma série de casos de denúncia de cartelização de venda de combustíveis por postos de gasolina, bem como os casos já encaminhados ao Cade para julgamento. Até o presente momento, já foram condenados por

cartel 19 postos de gasolina de Florianópolis e o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais daquela cidade. Trata-se da primeira condenação desse tipo de cartel no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

**Acordo na fusão entre Nestlé e Garoto.** O Cade e a Nestlé S.A. assinaram um acordo por meio do qual foram impostas à Nestlé algumas restrições até que ocorra o julgamento da fusão. A multinacional suíça está proibida de: *(i)* utilizar marcas e produtos; *(ii)* promover alterações nas estruturas logísticas e nas práticas de distribuição e de comercialização; *(iii)* dispensar mão-de-obra ou transferir pessoal entre seus estabelecimentos a fim de integrar as duas empresas; *(iv)* alterar projetos de investimento já em curso; *(v)* implementar novos planos e metas de vendas. Em caso de descumprimento do acordo, haverá para cada item desrespeitado, multa de 0,5% do faturamento bruto registrado por Nestlé e Garoto no ano passado. O acerto não invalida as alterações já feitas pela Nestlé na Garoto nem implica compromisso do Cade para uma análise favorável do mérito da operação de compra.

**SDE investiga empresas telefônicas.** A SDE iniciou, em abril de 2002, uma ofensiva contra 31 empresas de serviços de telefonia para investigar indícios de cobrança indevida do PIS e da Cofins nas contas de telefone. São três as frentes de investigação: *(i)* a ofensa ao direito de informação diante da ausência de clareza em relação ao preço dos serviços quando de sua oferta; *(ii)* a pretensão de transferir aos consumidores de forma direta a obrigação tributária que somente pode ser instituída por lei; *(iii)* a possibilidade de que a cobrança do PIS e da Cofins seja superior ao que a empresa deveria recolher aos cofres públicos.

**Cade multa Cataguazes-Leopoldina.** Apesar do pedido de reconsideração, o Cade manteve por unanimidade a aplicação da multa de R\$ 190 mil à Companhia Cataguazes-Leopoldina por atraso na apresentação da operação de compra da Empresa Energética de Sergipe (Energipe), realizada em 1997.

**Investigação de montadoras pelo SDE.** Cade solicitou à SDE pela segunda vez em menos de um ano uma investigação sobre a formação de cartel entre Fiat Automóveis S.A., Volkswagen do Brasil Ltda., General Motors do Brasil Ltda. e Ford Company do Brasil Ltda., com participação da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Há indícios de alta correlação dessas empresas na alteração de preços de venda.

**Aprovada a compra da Philips pela Sagem.** O Cade aprovou sem restrições a compra dos negócios de fac-símile da Koninklijke Philips Eletronics NV pela Sagem S.A. por considerar que a aquisição não implica em risco à livre concorrência, uma vez que a Philips deixou o ramo de fac-símile do país em 1999 e a Sagem não faturou nada com a venda do produto no Brasil em 2001. Além disso, o mercado brasileiro conta com a atuação de grandes *players*, como a Panasonic, que detém aproximadamente 80% de participação.

**Recondução ao cargo no Cade.** O presidente do Cade, João Grandino Rodas, foi reconduzido a seu cargo, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para mais dois anos de mandato. Seus planos para o novo mandato incluem a alteração da Lei nº 8.884/94 em, pelo menos, dois aspectos: primeiro, aumentar o valor de faturamento mínimo para a obrigatoriedade de comunicação sobre processos de fusão e de incorporação ao Cade; segundo, especificar melhor a data de início do cômputo do prazo de quinze dias para comunicar a realização de uma fusão. O número de julgamentos feitos pelo Cade durante seu primeiro mandato aumentou 67,4% entre 1999 e 2000 e 7,2% entre 2000 e 2001. Além disso, foram julgados até maio de 2002 cerca de 289 processos.

**Fabricantes de papel higiênico investigados pela SDE.** A SDE investiga indícios de cartelização entre as empresas Klabin Kimberly S.A., Fábrica de Papel Therezinha S.A. e Melhoramentos Papel Ltda. Teria ocorrido uma redução simultânea e uniforme de metragem do rolo de papel higiênico de 40 metros para 30 metros sem aviso ao consumidor.

**Seae pede suspensão temporária da compra da rede Sé Supermercados.** A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) solicitou ao Cade a suspensão temporária, até o julgamento final, da compra da rede Sé Supermercados pela Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), controladora do grupo Pão de Açúcar. A justificativa para o pedido consiste em indícios de que a participação do grupo Pão de Açúcar aumentaria de forma acentuada em, pelo menos, sete cidades paulistas: São Paulo, São Carlos, Araraquara, Campinas, Franca, Piracicaba e São José dos Campos.

**Aprovação da compra da Kaiser pela Molson.** A Seae indicou ao Cade a aprovação sem restrições da compra da Cervejaria Kaiser pela Molson INC. De acordo com essa secretaria, o grau de concentração do mercado de cervejas, da ordem de 95% para os maiores fabricantes de cada região, não será alterado com essa compra.

**Processo contra a Telemar.** A SDE abriu processo administrativo para verificar se há sinais de cartelização entre a Telemar e a Telelista na disputa pelo mercado de listas telefônicas. A denúncia foi feita pela Listel. Segundo a SDE, há fortes indícios de que a Telemar permite a inserção de sua logomarca apenas nas listas editadas pela Telelistas, o que garante a elas uma espécie de oficialidade.

**Licença da Pepsi à Ambev.** O Cade decidiu não suspender a licença dada pela Pepsi à Ambev para produção, comercialização e distribuição em todo o território nacional da bebida isotônica Gatorade. Segundo o Cade, a participação dela no mercado nacional de isotônicos em 2001 foi de cerca de 46%.

**Multa para a White Martins.** A White Martins foi multada pelo Cade em R\$ 24 milhões por adotar conduta anticoncorrencial e por abusar de sua posição dominante no mercado de fabricação e de comercialização de gás carbônico. Em 1994, a White Martins comprava 60% do gás carbônico líquido produzido pela indústria de fertilizantes Ultrafertil, além de distribuir 100% de sua própria produção. A White Martins teria fechado acordo de exclusividade de fornecimento por dez anos com a Ultrafertil sem ter utilizado todo o gás carbônico líquido produzido por essa empresa, o que caracteriza prática anticoncorrencial contra novos compradores.

**SDE investiga Ambev.** A SDE investiga a prática da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) na distribuição de refrigerantes e de cervejas. Busca-se, com isso, esclarecer se o comércio da empresa com supermercados e atacadistas é realizado de forma discriminatória em favor das grandes redes e se há estabelecimento de cotas a revendedores e de preços fixados às vendas.

**Inquérito contra Ambev.** O Ministério Público Federal (MP) instaurou inquérito civil para apurar se a Ambev descumpriu o Termo de Compromisso de Desempenho firmado com o Cade como condição para sua formação. A Ambev estaria restringindo a comercialização de produtos nos pontos de venda do país, obrigando-os a vender produtos de determinadas marcas em detrimento de outras em troca de equipamentos (mesas, cadeiras, etc.) e de material de propaganda.

### 3.4 Emprego

**Flexibilização de normas trabalhistas.** O Projeto de Lei de autoria do então Ministro do Trabalho – Francisco Dornelles –, que altera o Artigo nº 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi aprovado pela Câmara Federal em 4 de dezembro de 2001 por 264 votos favoráveis e 213 contrários. A tramitação do projeto prosseguirá no Senado em regime de urgência constitucional. O projeto, PLC nº 5.483/2001, propõe que as decisões acordadas entre trabalhadores e empregadores prevaleçam sobre a Lei, salvo no caso das normas de segurança e de saúde do trabalhador. Estava previsto que o projeto voltaria a tramitar depois do recesso parlamentar (março de 2002).

Além do governo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) é um dos atores favoráveis ao projeto. Por um lado, os defensores do projeto estimam que ele reduzirá o custo da mão-de-obra, tornando-a mais barata e, portanto, terá impacto favorável nos índices de emprego. A flexibilização dos direitos trabalhistas atingirá oito milhões de trabalhadores com carteira assinada das grandes empresas e dezesseis milhões das pequenas e médias empresas.

### 3.5 Financiamento e Incentivos

**Financiamentos do BNDES.** O BNDES deve destinar, em 2002, cerca de R\$ 28 bilhões a financiamentos de projetos de investimento. Essa quantia representa um acréscimo de cerca de 7,6% aos valores de 2001. Entre os financiamentos previstos ou em curso, alguns merecem destaque. Uma das linhas de financiamento destina-se à siderúrgica Açominas (Aço Minas Gerais S.A.): já foram liberados R\$ 71 milhões de um investimento total de R\$ 193 milhões para a instalação de uma laminação de perfis estruturais pesados voltados para o setor de construção civil. Uma segunda linha destina-se à mineração: de um total de R\$ 650 milhões previstos para 2002 já em janeiro de 2002 foram liberados R\$ 146 milhões para a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) com vistas na expansão da produção e da exportação de minério de ferro. Uma terceira linha importante é a destinada ao setor de papel e de celulose, pois deve ser investido nessa área cerca de R\$ 1,4 bilhão em 2002, valor aproximadamente 30% maior que o de 2001. Objetiva-se, assim, reduzir o déficit comercial nessa área, o qual concentra-se atualmente em papel de imprensa. Uma quarta linha consiste no financiamento às médias, pequenas e microempresas: trata-se da possível criação do cartão BNDES para empresas desse porte que estiverem devidamente regulamentadas. O valor máximo de financiamento por firma deverá ficar entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil. Entretanto, essa iniciativa ainda está em fase de teste em um grupo restrito de empresas. A idéia básica é a de que a firma devidamente identificada encontre em portal específico os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos cadastrados e autorizados à compra com o cartão.

**Estímulo ao investimento pela Lei de Informática.** Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a nova Lei de Informática, aprovada no início de 2001, que beneficia com descontos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as empresas que aplicarem, a partir de 2002, pelo menos cerca de 5% do faturamento em Pesquisa e Desenvolvimento, deve garantir a destinação de cerca de R\$ 670 milhões a esses projetos.

**Emissões de debêntures.** Apenas R\$ 3,865 bilhões de debêntures foram distribuídas até julho. A Associação Nacional de Instituições de Mercado Aberto (Andima) aponta que faltam ser emitidos R\$ 555,1 milhões em debêntures e que R\$ 299,2 milhões foram canceladas no

meio do caminho. As empresas, em geral, em face da instabilidade econômica, estão adiando suas colocações à espera de melhores condições de preços, de demanda e de prazos.

**BNDES financiará empresas brasileiras no exterior.** Foi aprovado pelos comitês internos do BNDES o apoio do banco a investimentos de empresas brasileiras no exterior. A futura linha, que deve basear-se em captações externas do banco, disponibilizará crédito para investimentos em comercialização, logística, infra-estrutura de serviços de apoio a exportações, instalação de unidades no exterior e formação de *joint ventures* no Brasil e no exterior. O BNDES deverá firmar parcerias com bancos de desenvolvimento estrangeiros, iniciando assim acordos de cooperação com China e Rússia.

**Rentabilidade das empresas no Brasil.** Segundo pesquisa feita pela Economática (empresa de consultoria), as empresas brasileiras ocuparam o segundo lugar em 2001 no *ranking* de rentabilidade sobre patrimônio líquido entre empresas de sete países latino-americanos e dos EUA. O primeiro lugar foi ocupado pelas empresas mexicanas. No Brasil, o setor mais rentável foi o de veículos e peças (35,7%), seguido dos setores de mineração (24,4%), de alimentos e bebidas (18,9%) e de minerais não metálicos (18,5%).

**Crédito do BNDES para infra-estrutura.** Os desembolsos destinados a projetos de infra-estrutura têm tido um crescimento bem maior do que aqueles destinados para as empresas industriais. Esse resultado reflete, provavelmente, a ênfase na geração e na transmissão de energia elétrica após o racionamento de 2001. Além disso, todos os segmentos classificados como de infra-estrutura tiveram crescimento elevado. Já financiamentos para a indústria têm apresentado em 2002 taxa de crescimento negativa.

**BNDES prorroga prazos para pedidos de financiamento.** O BNDES anunciou que vai prorrogar de 31 de dezembro de 2002 para 30 de junho de 2003 a data limite para pedidos de financiamentos de novos projetos de investimento das empresas do setor elétrico. Essa iniciativa permitirá que os novos licitados pela Aneel possam ter acesso ao Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários do Setor Elétrico, criado em 1995, mas atualizado após a crise energética de 2001.

**Entrada em operação do SPB.** No antigo sistema de pagamentos bancários, as transferências de recursos que não envolviam a utilização de papel-moeda eram feitas em horários concentrados, ou seja, uma parte na manhã e outra no fim do dia. Assim, o recebimento do pagamento pelo destinatário demorava em média um dia porque o saldo de cada conta era verificado apenas à noite pelo Banco Central, por meio de seu sistema de reservas bancárias. Caso o saldo da conta de um banco fosse negativo, o Banco Central tinha de assumir o pagamento da dívida, que na maioria das vezes era saldada pelo banco em questão no dia seguinte. Com o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a meta é que essas transferências (provavelmente acima de R\$ 5 mil) estejam disponíveis na conta do destinatário em tempo real mediante a Transferência Eletrônica Disponível (TED). Isso é possível pela existência das Câmaras de Compensação e Liquidação – *clearings* – que garantirão que as operações que por elas transitarem usem mecanismos de crédito e de controle de riscos, além de pré-depósitos que os bancos farão todos os dias no Banco Central para movimentações acima de R\$ 5 mil feitas por meio de cheques e de Documentos de Operação de Crédito (DOC). Com a introdução desse sistema, o qual, segundo o Banco Central (BC), deve ser futuramente operado por qualquer valor de transação, as empresas não bancárias terão de realizar uma adaptação significativa de seu fluxo de caixa ao tempo real, o que certamente exigirá dos

bancos maior demanda de crédito de curto prazo. Isso representa um perigo para as empresas que fazem pagamentos no atacado (automaticamente debitadas) mas recebem no varejo (não creditadas em tempo real). O SPB, entretanto, pode eliminar o risco sistêmico do sistema financeiro brasileiro, com repercussões positivas sobre taxa de juros, capacidade de captação externa e custo social da falência de algum banco.

**Evolução recente do Risco-Brasil.** O endurecimento dos critérios de classificação do Risco-Brasil, determinado pelos bancos centrais e pelas instituições bancárias dos países desenvolvidos, levou o Brasil a sofrer nos últimos meses um arrocho de crédito e de financiamento externo. O corte nas linhas de crédito e nos investimentos, associado às dificuldades de recuperação da economia estadunidense, à queima de ativos decorrente da valorização fictícia de suas grandes empresas durante o ciclo expansivo dos anos 1990 e à tensão pré-eleitoral, tem como causa o aumento da “aversão ao risco” dos bancos e investidores dos EUA. Como resultado, as empresas brasileiras experimentaram dificuldades crescentes para rolar sua dívida externa, e inclusive para obter créditos comerciais para financiar suas exportações. Diante da escassez de dólares, apenas 22% dos compromissos externos tinham sido renovados até junho de 2002. As linhas de crédito para exportação foram severamente reduzidas, de modo que mesmo as empresas consideradas de primeira linha tiveram dificuldades para obter financiamentos com prazos superiores a 180 dias. Além disso, a queda do investimento direto externo desde maio e o aumento das remessas de recursos para o exterior pelas contas CC5 têm agravado a situação externa brasileira.

### 3.6 Infra-Estrutura e Regulação

**Transmissão: ampliação da malha reduz investimento em geração.** Em execução pela Aneel desde 1999, o programa de ampliação da malha de transmissão de eletricidade reduzirá em aproximadamente 20% a necessidade de investimentos em novas usinas. Essa é a avaliação contida no relatório mensal sobre o setor elétrico elaborado pela Tendências. Segundo análise dessa consultoria, a economia ocorre porque as novas linhas ampliarão as interligações entre as regiões do país, permitindo, assim, trocas de eletricidade entre os mercados em períodos de estiagem. As linhas de transmissão licitadas totalizam 5,7 mil quilômetros e demandarão investimentos superiores a US\$ 1,75 bilhão.

**Governo prepara seguro para usinas a gás.** O governo está elaborando um sistema de seguro para as usinas térmicas movidas a gás natural que deverá obedecer ao mesmo princípio do seguro criado para as usinas emergenciais. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGE) pretende, ao instituir o novo sistema, incentivar investidores que iniciaram projetos de termelétricas no auge da crise que provocou racionamento de energia elétrica, os quais hoje encontram-se desanimados com as perspectivas para seus empreendimentos.

**Petrobras investe em exploração e produção.** A Petrobras vai investir US\$ 4,3 bilhões na área de exploração e de produção (E&P), valor equivalente a 41% do total de investimentos previstos para 2002 (US\$ 10,4 bilhões). Considerando-se apenas os investimentos voltados para o Brasil, o volume de recursos destinado à área de E&P representa 63,6% do total programado para 2002. Os principais projetos são para desenvolvimento da produção de petróleo e de gás nos campos gigantes de Marlim Sul, Roncador e Albarcora Leste, localizados na Bacia de Campos (RJ), para os quais a empresa faz planos estruturados de financiamento. A meta é alcançar até dezembro de 2002 uma produção média de 1,76 milhão de barris diários de óleo equivalente (o que inclui petróleo, gás natural e



gás natural líquido) no Brasil e no exterior. Só em petróleo, objetiva-se atingir a média diária de 1,49 milhão de barris.

**Refinaria de petróleo em Suape.** A Refinaria do Nordeste S.A., a ser instalada no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE), terá capacidade para processar 60 mil barris de petróleo por dia e demandará recursos da ordem de US\$ 312,5 milhões. A refinaria atenderá não apenas o Estado de Pernambuco mas todo o Nordeste, contribuindo, dessa forma, para a descentralização da produção de derivados de petróleo, hoje concentrada na Região Sudeste. A primeira etapa do projeto está prevista para terminar em dois anos. O grupo Vibrapar investirá, com recursos próprios, US\$ 157 milhões e o restante deverá ser captado mediante financiamento. O faturamento bruto anual previsto é de US\$ 540 milhões.

**Petrobras investe US\$ 2 bilhões em equipamentos.** A Petrobras deverá gastar em 2002 entre US\$ 1,7 bilhão e US\$ 2 bilhões na compra de equipamentos diversos. Esse montante representa cerca de 40% do total dos investimentos da empresa. Em 2001, as compras da estatal consumiram US\$ 1,7 bilhão e cerca de 75% desse total foi gasto com fornecedores instalados no território brasileiro. Tal valor direcionou-se não apenas às licitações e às alianças entre Petrobras e fornecedores, como também ao desenvolvimento de tecnologias para novos produtos. Em 2002, a Petrobras estabeleceu como estratégia a prospecção e o desenvolvimento de equipamentos voltados para o uso do gás natural.

**Petrobras faz licitação de US\$ 4 bilhões.** A Petrobras iniciou licitação de plataformas e de equipamentos de exploração e de produção de petróleo orçada em US\$ 4 bilhões. Serão contratadas duas plataformas, a P-51 e a P-52, para operar nos campos de Marlim Sul e Roncador, na Bacia de Campos (RJ), e cada uma delas terá capacidade para produzir cerca de 180 mil barris de óleo por dia. A empresa descartou a hipótese de que, nessas licitações, seja estabelecido um índice de nacionalização, o que vai depender da competitividade da indústria nacional no confronto com os estaleiros estrangeiros.

**GNV deve crescer 200% em 2002.** O mercado de Gás Natural Veicular (GNV) deve registrar crescimento de 200% em 2002 se comparado a 2001. Em 2001, esse mercado praticamente dobrou, tendo em vista o crescimento expressivo do número de veículos que estão adotando esse combustível. Segundo os analistas do setor, o mercado está em ascensão em razão de uma série de fatores. O principal deles, na opinião do Sincopetro, entidade que reúne donos de postos, é o preço, uma vez que o gás custa cerca de 60% do valor da gasolina. Atualmente, o inconveniente dos carros movidos a gás é a perda do espaço no porta-malas por conta do tamanho do cilindro em que o combustível é armazenado. Todavia, tanto a indústria desse produto quanto a de compressores começam a se adaptar para o desenvolvimento de cilindros menores, sem perda de capacidade.

**Mercado de gás natural crescerá 35% ao ano.** No segmento industrial, o consumo de gás natural deu saltos significativos na última década no Brasil. Esse mercado cresceu em média 30% ao ano. No período de 2002 a 2005, a expectativa é de que o crescimento anual seja de 35%, ou seja, o mercado previsto pela Petrobras para 2005 é de 75 milhões de metros cúbicos por dia, dos quais 45 milhões de metros cúbicos/dia serão provenientes de reservas próprias. Desse total, as maiores parcelas deverão destinar-se às termelétricas (50,9%) e às indústrias (41,2%). Já os mercados automotivo e residencial terão parcelas menores, de 5% e de 2,9%, respectivamente. Diante desse quadro, a Petrobras, detentora da grande parcela do gás comercializado no país, programa investir até 2006 cerca de

US\$ 4 bilhões. Nas áreas de exploração e de produção será aplicado US\$ 1,7 bilhão. Os programas de infra-estrutura, a instalação de novos dutos e a expansão da malha do Nordeste absorverão outros US\$ 2 bilhões. Já as companhias de distribuição, nas quais a Petrobras tem participação acionária, aplicarão US\$ 316 milhões.

**Petrobras terá 1 bilhão de barris com a compra da Pecom.** A Petrobras anunciou acordo preliminar para assumir o controle do grupo argentino Perez Companc (Pecom). A compra de 58,6% do capital total dessa companhia petrolífera envolve o pagamento de US\$ 754,6 milhões em dinheiro e de US\$ 370,5 milhões em títulos de dívida a ser emitidos pela Petrobras. Com a aquisição, a estatal terá mais 1 bilhão de barris em reservas e 181 mil barris por dia em produção. Esse volume aumentará a produção externa da Petrobras de cerca de 66 mil barris/dia para 247 mil barris/dia. Esse montante aproxima-se da meta de produção da empresa no exterior, qual seja: a de produzir 300 mil barris de petróleo diários até 2005. A estatal brasileira informa que a aquisição faz parte de sua estratégia internacional: tornar-se uma empresa integrada de energia líder na América do Sul. A Perez Companc é a maior empresa de energia independente da América Latina.

**Petrobras controla 98% do refino boliviano.** Com a aquisição da petroleira argentina Perez Companc (Pecom), a Petrobras detém o controle de 98% da capacidade de refino da Bolívia, uma vez que as duas são sócias na Empresa Boliviana de Refinación (EBR): a Pecom detém 30% do capital e a estatal brasileira possui 70% dessa empresa. A EBR possui duas refinarias, localizadas nas cidades de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, cuja capacidade de processamento é de 60 mil barris por dia. Na Argentina, a Pecom detém 28,5% do controle acionário da Refinaria del Norte (Refinor), a qual dispõe de uma refinaria, um poliduto com 1.100 quilômetros de extensão e uma distribuidora de combustíveis e Gás Líquido de Petróleo (GLP). Os outros sócios são a Pluspetrol (21,5%) e a Repsol YPF (50%). Além disso, a estatal brasileira passará a ser um competidor importante no mercado petroquímico regional, pois a Pecom lidera esse segmento na Argentina, sendo inclusive o único fabricante de monômero de estireno, de poliestireno e de elastômeros. No Brasil, a Pecom é proprietária da Innova, produtora de estireno e de poliestireno, localizada no Pólo Petroquímico de Triunfo (RS).

**Inaugurada primeira usina térmica emergencial.** Foi inaugurada em Vitória (ES) a primeira das usinas térmicas emergenciais contratadas pelo governo para funcionar como potenciais de reserva em caso de seca e conseqüente escassez de energia nos próximos três anos. Tal usina, instalada no porto de Tubarão, utiliza óleo diesel e tem potência de 40 MW. As usinas do programa emergencial, que estão contratadas até 2005, terão capacidade para gerar 2.153,6 MW para as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e só serão usadas em situações emergenciais, pois seu custo operacional é muito elevado. O custo do aluguel dos equipamentos será pago por todos os consumidores, com exceção dos de baixa renda, e se for necessário seu uso, o custo da tarifa mais elevada será distribuído entre os consumidores, e, no caso dos residenciais, só pagará quem consome mais de 350 kWh mensais. A instalação de todas as usinas custará aproximadamente US\$ 700 milhões, o que deve encarecer a conta de luz em 2%, em média.

**Térmica flutuante chega ao país.** A maior das usinas térmicas flutuantes do programa de energia emergencial do governo federal chegou à Baía de Todos os Santos (BA) vinda de Cingapura. A usina, da Keppel Fels Energy, é formada por sete balsas e ficará na baía de Urutu. Terá potência de 190 MW e entrou em operação em 13 de junho de 2002. O investimento da empresa na térmica é de US\$ 20 milhões. A Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) informou que chegou a 25 o número de usinas

emergenciais contratadas pelo governo para ser acionadas em casos de risco de crise no abastecimento de energia. Atualmente, oito das 58 usinas previstas estão em condições de uso e somam potência de 380 MW. O programa de energia emergencial prevê a contratação de 2.153 MW até dezembro de 2005.

**Expansão da oferta de energia impulsionará indústria.** O acréscimo de 22 mil MW no parque elétrico nacional nos próximos dois anos impulsionará a indústria de bens de capital, pois serão empregados nesse setor cerca de US\$ 14 bilhões do total que será investido pelo governo e pelas empresas privadas (US\$ 19,5 bilhões) até 2004. O levantamento é da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), que inclui nos cálculos equipamentos, obra civil e engenharia. Das encomendas feitas às indústrias de bens de capital, as usinas hidrelétricas movimentarão US\$ 9 bilhões, as termelétricas, US\$ 3,5 bilhões, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), US\$ 700 milhões. A Abdib prevê que, com esses projetos em andamento, sejam criados 10 mil postos de trabalho e o setor cresça, em média, 10% nos próximos dois anos. Já o faturamento, que em 2001 atingiu US\$ 51,5 bilhões, deverá aumentar 15% em 2002.

**Setor elétrico fará investimentos de US\$ 21,7 bilhões.** De acordo com previsão do governo federal, os investimentos no parque gerador brasileiro devem atingir US\$ 21,7 bilhões no período 2001/2004. A iniciativa privada será responsável por US\$ 17 bilhões desse montante. Segundo análise do governo, esses investimentos irão proporcionar acréscimo de 20 mil MW na capacidade de geração brasileira, dos quais 11,4 mil MW provêm de usinas termelétricas.

**Parque gerador de energia elétrica brasileiro terá mais 6.668 MW em 2002.** O governo federal prevê que, em 2002, sejam acrescentados 6.668 MW ao parque gerador de energia elétrica brasileiro. Esse aumento da oferta faz parte do plano de geração de 29.122 MW previsto para 2004, entre novas termelétricas, hidrelétricas e importação de energia. Entre os projetos cuja operação está prevista para 2002, estão oito termelétricas concluídas e quinze em construção das 38 incluídas no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT). Essas termelétricas devem acrescentar 2,5 mil MW em 2002 ao parque brasileiro, bem como 3,9 mil MW em 2003, e mais 3,6 mil MW em 2004. Devem ser concluídas 24 hidrelétricas até 2004, as quais ampliarão a oferta de energia elétrica em 16,6 mil MW. Somente para 2002, está prevista a entrada em operação de 3,0 mil MW provenientes dessas novas hidrelétricas. Em 2002, deverão também ser importados da Argentina 1.088 MW, segundo a GCE.

**Consumo de energia crescerá quase 5% ao ano.** A Eletrobrás estima que o consumo de energia elétrica no Brasil aumente 4,9% ao ano, em média, até 2010. As simulações da estatal apontam que a expansão será 20% a 25% superior ao crescimento da economia brasileira projetado para o período. A empresa citou que o consumo total no Brasil atingiu 332 mil gigawatts hora (GWh) em 2000. O país consumirá 338 mil GWh em 2005 e 535 mil GWh em 2010. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informa que o consumo de energia elétrica no Brasil está, atualmente, 11% abaixo do observado em igual período de 2001, índice maior do que o esperado, visto que esse órgão previa que a economia energética ficasse em apenas 7% após o término do racionamento.

**Setor de cabotagem cresce e se reorganiza.** A navegação de cabotagem cresceu 275% nos últimos três anos no Brasil, segundo a Centronave, entidade ligada aos armadores estrangeiros. Nesse período, verificou-se também uma concentração no setor. A cabotagem transportou na costa brasileira 64,3 mil contêineres em 1999, número que

praticamente quadruplicou em 2001 (240 mil contêineres). Esse crescimento foi bem maior do que a expansão de 65% registrada no mesmo período na navegação de longo curso (internacional), que transportou 1,8 milhão de contêineres em 2001. A economia de custos apresentada pelo modal de cabotagem está estimada em cerca de 30% sobre o modal rodoviário e de 15% sobre o ferroviário. Após três anos de vigência da Lei de Cabotagem, de 1998, responsável pela abertura do mercado para empresas estrangeiras, o setor passa por uma reorganização. Das cinco empresas que atuavam em cabotagem há três anos, apenas uma continua com capital 100% nacional: a Docenave, da Companhia Vale do Rio Doce.

**Logística movimentada US\$ 105 bilhões.** Estudos realizados pela Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná (ADTP) revelam que a logística movimentada US\$ 105 bilhões por ano no Brasil, o que corresponde a 18% do PIB nacional. O setor vem crescendo, em média, 20% ao ano desde 1996. Os empreendimentos na área de logística devem somar até 2020 investimentos de cerca de US\$ 34 bilhões entre recursos públicos e privados. Esses projetos incluem obras nos setores rodoviário (aproximadamente US\$ 7 bilhões), ferroviário (em torno de US\$ 1,7 bilhão) e no transporte metropolitano (cerca de US\$ 15 bilhões), entre outros.

**Brasil encerra 2001 com 29 milhões de telefones celulares.** Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), havia no Brasil, no fim de 2001, 28,7 milhões de telefones celulares em funcionamento. Desse total, 19,5 milhões de telefones eram pré-pagos e 9,2 milhões, pós-pagos. O programa da Anatel prevê que no fim de 2005 o número de telefones móveis chegue a 56 milhões. Essa agência tem também como meta instalar até 2005 um total de 56 milhões de linhas fixas nas três regiões que compõem o sistema nacional de telecomunicações. Segundo a Anatel, até o fim de 2002, o mercado atingirá 35 milhões de aparelhos. Grande parte desse aumento virá das novas operações nas bandas D e E por meio do sistema GSM de telefonia móvel.

**Número de telefones fixos dobra em três anos.** O número de telefones fixos instalados no Brasil chegou a 47,8 milhões em dezembro de 2001, um aumento de 24,8% em relação a 2000, ou seja, o universo mais que dobrou se comparado com os índices de 1998 (ano da privatização da Telebrás), quando havia 22,1 milhões de terminais. Segundo o balanço do setor de telefonia da Anatel, do total de linhas fixas instaladas no país, 46% estão na região 1 (que abrange dezesseis estados localizados na área que vai do Rio de Janeiro ao Amazonas); 23% estão na região 2 (que abrange as regiões Sul, Centro-Oeste e parte da região Norte); e 31% estão na região 3, no Estado de São Paulo. O percentual de famílias da classe D que dispõe de telefone subiu de 6% em 1997 para 61% em 2001, e o número de telefones chega a 27,8 por grupo de cem habitantes. A participação do Brasil no mercado da América Latina de telefonia fixa é de 42%. O número de telefones públicos em dezembro de 2001 chegou a 1,4 milhão, superando o total previsto pela Anatel, que era de 1,1 milhão em todo o país. Isso significa oito telefones públicos para cada grupo de 1 mil habitantes. A taxa de digitalização da rede da telefonia está em 97,2%, índice que ultrapassa a meta definida pela Anatel para as operadoras (75%).

**Mercado brasileiro de TV digital avaliado em US\$ 50 bilhões.** O mercado brasileiro de TV digital deverá valer US\$ 50 bilhões em cinco anos, conforme dados da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do MDIC. Diante desses valores, Europa, Estados Unidos e Japão tentam convencer o governo brasileiro a adotar o seu sistema de TV digital. Por isso, o Conselho de Ministros da Camex defende a negociação dos ganhos que a adoção de um dos

três sistemas de TV digital disponíveis hoje no mundo proporcionarão ao Brasil. Além da qualidade e da transferência de tecnologia, o governo quer que o país cedente da tecnologia importe produtos brasileiros de alto valor agregado e instale indústrias do setor no Brasil como forma de impulsionar a substituição competitiva de exportações e de criar empregos.

### 3.7 Meio Ambiente

**Investimentos reduzem o impacto das atividades produtivas no meio ambiente.** O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) está desenvolvendo atividades que visam à redução do impacto da produção no meio ambiente. De acordo com um relatório entregue em 6/8/2002 ao presidente Fernando Henrique Cardoso, os investimentos em projetos sociais na comunidade e em redução de impacto ambiental já representam um diferencial nos mercados brasileiro e mundial.

Conforme o Cebds, nos últimos nove anos foram investidos aproximadamente US\$ 8,5 bilhões em programas sociais ou ambientais pelas empresas brasileiras, privadas e públicas. Esses investimentos permitiram que algumas empresas reduzissem pela metade a emissão de poluentes e em até 25% o consumo de energia.

**Rio +10: renovação dos compromissos com o desenvolvimento sustentável ?** A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) realizada em Johannesburgo, África do Sul, teve como objetivo a renovação dos compromissos firmados para apoiar a sustentabilidade na busca da compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Contudo, os resultados esperados desse encontro não foram alcançados. A conferência de Johannesburgo encerrou o ciclo de grandes conferências das Nações Unidas, que se iniciou no Rio de Janeiro dez anos antes. Após a última rodada, confirmou-se a necessidade de se encontrar outras formas de participação e de tomada de decisão. Analistas afirmam que o papel das Nações Unidas deve ser revisto e reestruturado, pois não houve integração entre o que foi tratado nas conferências internacionais. Muitos acordos firmados não foram cumpridos, como no caso das contribuições para os países em desenvolvimento. Em 1992, os países desenvolvidos contribuíam com 0,38% do seu PIB e se comprometeram, na conferência Rio 92, a ampliar esse valor para 0,7%. No entanto, o que se viu foi uma redução dessas contribuições para 0,22% do PIB.

**Iniciativa brasileira para energia renovável na Rio + 10.** O governo brasileiro levou à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) um documento intitulado “Iniciativa Brasileira para Energia”, que cria metas internacionais de implantação de fontes renováveis de energia. O plano estabelece que até 2010 todas as nações do globo tenham 10% de sua geração de energia proveniente de fontes renováveis. Considera-se energia renovável, entre outras, a energia eólica, as pequenas centrais hidrelétricas e a biomassa moderna.

A proposta brasileira apóia-se na redução das emissões de carbono e por isso está incluída no Protocolo de Kyoto. De acordo com a proposta do governo, os créditos poderão ser negociados entre os países que têm dificuldades em cumprir suas metas, ou seja, um país poderá financiar um projeto de energia renovável em outra nação e contabilizar ganho de 10% em sua cota. Porém, os termos que definem transferências de créditos ainda não estão totalmente estabelecidos. A Alemanha, por exemplo, desistiu de assinar o projeto de fabricação de carros a álcool no Brasil durante a realização da Rio + 10, pois os

termos do acordo ainda não foram aprovados no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto.

**FHC discursa em favor da repartição do bem-estar.** O presidente Fernando Henrique Cardoso fez um discurso, em Johannesburgo, durante a realização da Rio + 10, destinado a Organizações Não Governamentais (ONGs), empresários, área acadêmica e representantes de empresas e de organismos estatais. Nesse discurso, FHC falou sobre as relações e as responsabilidades dos países mais ricos e mais pobres em garantir projetos multilaterais, bilaterais, regionais e nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável em seu conceito mais amplo: educação, saúde, ambiente e repartição do bem-estar. Com o mesmo objetivo estabelecido no discurso de Johannesburgo, FHC também marcou com o presidente do México, Vicente Fox, uma reunião dos quinze países com megadiversidade para o início de setembro. A maioria dos países é da América Latina, mas há também representantes da Ásia e da África.

**Acordo mais flexível entre comércio e meio ambiente.** A Comissão de Meios de Implementação conseguiu flexibilizar o texto sobre finanças e comércio em debate na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10). Originalmente, o documento previa “complementariedade” entre interesses comerciais e ambientais. A nova versão indicava um recuo na questão crucial da subordinação de temas multilaterais mundiais ao crivo da OMC. O novo texto, mais flexível, trocava subordinação por “complementariedade” entre o sistema internacional de comércio e os acordos multilaterais na área ambiental. Entretanto, os interesses das corporações multinacionais foram decididamente defendidos pelo governo dos EUA na Rio + 10, o que impõe ao resto do mundo a manutenção do *status quo* e da atual tendência hegemônica.

**Nações ricas aceitam investir 0,7% do PIB.** As negociações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) resultaram em um acordo sobre uma das partes mais polêmicas do plano de ação da conferência: a confirmação da destinação de 0,7% do PIB dos países ricos para ajuda ao desenvolvimento das nações pobres. O grupo dos países que detém a maior parte da biodiversidade planetária, ao qual pertence o Brasil, anunciou a intenção de criar um fundo para diversidade biológica a ser financiado com os recursos originados dessa fonte.

**Fast Track americano aprovado com cláusulas ambientais e trabalhistas.** Foi aprovado em dezembro de 2001, pela Câmara dos Deputados dos EUA, o projeto de lei do novo *fast track*, agora denominado *Trade Promotion Authority* (TPA), que não apenas concede poderes especiais ao presidente George W. Bush para fechar acordos comerciais, como também permite ao Congresso dos EUA ingerência nas negociações desse país com outras nações.

As conseqüências da aprovação do projeto americano já começaram a ser sentidas e a primeira dificuldade relaciona-se à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), notadamente no que diz respeito à agricultura, tema sensível para os parceiros comerciais dos EUA nas Américas. Para o Brasil especificamente, esse projeto de lei pode ter impactos negativos, pois entre as 282 posições agrícolas (cada posição corresponde a uma alíquota ou barreira) estão produtos sensíveis ao país como, por exemplo, açúcar, soja, carne, álcool, combustíveis, suco de laranja, frutas e legumes. Têxteis, lácteos e trigo também estão incluídos na lista. Além disso, novas cláusulas foram incluídas no projeto, sendo que uma delas cria um mecanismo de consulta sobre as conseqüências dos processos de desvalorização de

moeda no comércio com os EUA (setores da economia estadunidense alegam que o Brasil usa as desvalorizações de sua moeda para aumentar a competitividade das exportações).

Na semana seguinte à aprovação do projeto, foi votada também uma versão que reforça as cláusulas ambientais e trabalhistas dos acordos comerciais a ser firmados pelos EUA. De acordo com a nova versão, o governo estadunidense antes de assinar um novo acordo terá de apresentar ao Congresso o relatório dos direitos trabalhistas do país com o qual os EUA estiverem negociando. Uma outra emenda, por reforçar medidas e dificultar os recursos à justiça, torna mais difícil para uma empresa derrubar regras na área ambiental. Essa cláusula foi incluída porque, após a criação da Zona de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), algumas empresas do Canadá, dos EUA e do México acusadas de poluir o ambiente ganharam na Justiça processos movidos contra órgãos oficiais de proteção ambiental. Assim, o projeto prevê a inclusão dessas cláusulas nos acordos, mas não institui sanções para países que as desrespeitem.

As autoridades brasileiras receberam a decisão dos EUA com cautela, dado que houve alterações do acordo firmado na Reunião de Cúpula de Quebec, realizada em abril de 2001, quando os países apresentaram suas condições para aderir à Alca.

**Avanços em relação ao Protocolo de Kyoto.** A 7ª Conferência das Nações Unidas sobre as condições climáticas, ocorrida em Marrakesh, de 29 de outubro a 9 de novembro de 2001, objetivou completar a regulamentação do Protocolo de Kyoto e, assim, criar condições políticas e técnicas para a aceitação dele pela comunidade internacional. Representantes de 171 países firmaram um compromisso que permitirá a ratificação desse documento pelos governos, o que possibilitará efetivamente a entrada dele em vigor.

Nessa conferência, foi dada continuidade às discussões realizadas em conferências anteriores (Kyoto, Haia e Bonn). Três pontos importantes foram resolvidos nesse encontro. O primeiro deles se refere à natureza jurídica do protocolo. Os países e as próprias empresas envolvidas ganharam a segurança de que a efetiva implementação do protocolo será feita de forma juridicamente vinculada.

O segundo ponto consiste na regulamentação, pormenorizada, dos mecanismos de compensação das reduções de emissão. Entre eles, interessa, particularmente ao Brasil, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A correta regulamentação representa o equilíbrio entre restrições ao livre uso dos mecanismos, de forma que as reduções de emissões sejam reais e não apenas simples exercícios contábeis e, ao mesmo tempo, que seja mantida uma certa leveza dos controles para não onerar excessivamente as transações de compensação.

O terceiro ponto diz respeito ao uso da terra e à mudança de uso da terra e de florestas. Pretende-se evitar a inclusão de atividades no uso da terra que não levem à real redução de emissões. Exemplo disso é a simples presença ou envelhecimento de florestas.

O Brasil promoveu fortemente o êxito de Marrakesh. O presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou em encontros bilaterais e realçou, perante a Assembléia Nacional francesa e a Assembléia Geral das Nações Unidas, a necessidade da diplomacia multilateral no tratamento de um problema que envolve o princípio essencial da responsabilidade comum, porém diferenciada, de todos os países. Contribuiu, ainda, a participação interessada e bem organizada dos setores não governamentais brasileiros.

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou na ONU o envio do protocolo ao Congresso Nacional para sua ratificação. Prevê-se que um número suficiente de países fará o mesmo, de modo que o protocolo entre em vigor antes da realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, o que dá seqüência ao esforço iniciado há dez anos com a Conferência Rio-92.

**Reciclagem de Latas de Alumínio.** Em 2001 o Brasil reciclou aproximadamente 82% das latas de alumínio utilizadas e se credenciou para disputar o primeiro lugar no *ranking* mundial de reciclagem desse material, ultrapassando, assim, o Japão. Esse crescimento foi propiciado pela colaboração da sociedade civil e pela incorporação de vários grupos ao ciclo de coleta e de reciclagem de latas. O negócio existe no Brasil há dez anos e movimenta anualmente R\$ 750 milhões.

O investimento na consciência ambiental dos consumidores vem atraindo grandes multinacionais do setor para o Brasil. Por exemplo, a Tomra, empresa norueguesa de reciclagem, entrou no mercado brasileiro ao comprar por US\$ 28 milhões 70% da área de reciclagem da Latasa. Os intermediários – catadores de latas e centros independentes de reciclagem – têm papel fundamental na atual cadeia de reciclagem. No entanto, o propósito das grandes empresas da área é a instalação de máquinas de recolhimento automático de embalagens nos supermercados. Procura-se, assim, encurtar o caminho entre consumidores e empresas e, para tanto, estão sendo feitos vários acordos com redes de supermercados.

Contudo, outro impacto provável e menos positivo das medidas de modernização da economia de reciclagem consiste no estreitamento da principal fonte de renda de 150 mil pessoas em todo o país, os catadores de latas. A renda mensal desses trabalhadores varia entre um e quatro salários mínimos e eles, juntamente com os pequenos depósitos de latas distribuídos por todo o país, movimentam anualmente mais de R\$ 400 milhões.

**Inclusão na política de patentes da diversidade e do Protocolo de Madri.** O Inpi tem debatido nos últimos meses dois temas de grande importância para a legislação industrial brasileira: a inclusão da proteção da biodiversidade nacional entre as suas responsabilidades e a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri. Essas duas mudanças representariam relevantes medidas nacionais em face do cenário internacional.

Outro ponto de destaque é a discussão sobre a proteção da biodiversidade nacional pela Lei de Patentes. O governo brasileiro intenciona criar leis de patentes específicas para a preservação da biodiversidade nacional e para a proteção dos conhecimentos tradicionais como, por exemplo, os conhecimentos medicinais das comunidades indígenas. Atualmente, 97% dessas informações são patenteadas por laboratórios estrangeiros. Esse debate adquire ainda maior relevância se consideradas as seguintes estimativas: 25% da biodiversidade mundial encontra-se em território brasileiro e a comercialização desses produtos movimenta vinte bilhões de dólares por ano em todo o mundo.

O Protocolo de Madri é um instrumento de harmonização do sistema de requerimento de registros e de marcas entre os países signatários. De acordo com esse Protocolo, um requerente pediria proteção de sua marca em outros países via Ompi e pagaria uma única taxa. A Associação Brasileira de Propriedade Industrial (Abapi) e a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) apontam a inconstitucionalidade na adesão imediata ao Protocolo porque as marcas vindas do exterior teriam seus registros feitos em 18 meses ao passo que as marcas nacionais continuariam levando três anos para ser regis-



tradas. Para o Brasil aderir ao Protocolo de Madri, seria necessário que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apresentasse ao Congresso um projeto de lei para discussão e eventual aprovação.

**Mudanças na arrecadação e no ressarcimento de PIS/Pasep e Cofins.** Foi aprovada no Congresso Nacional (Câmara e Senado) a etapa da reforma tributária acerca do ressarcimento de PIS/Pasep e Cofins por meio de crédito no IPI para produtos de exportação. A nova lei (Lei nº 10.276 de 2001) dispõe sobre o ressarcimento das contribuições de PIS/Pasep e Cofins sobre insumos utilizados na produção destinada ao mercado externo. Essa lei propõe uma composição de insumos que agora inclui energia, combustível e serviço de industrialização. Essa mudança deverá representar maior devolução de impostos aos exportadores, pois quanto maior for o gasto com insumos no faturamento da empresa maior será o benefício. Essa nova lei é uma segunda opção para a Lei nº 9.363 de 1996 que instituiu o crédito presumido do IPI para ressarcimento do PIS/Pasep e da Cofins. A lei antiga considera insumos somente matéria-prima, produtos intermediários e material de embalagens, limitando o crédito presumido de IPI a 5,37%, e considera, em média, duas etapas da cadeia produtiva.

A nova lei era originalmente uma Medida Provisória e considera um número infinito de etapas produtivas para efeito de cálculo, o que se aproxima da realidade das indústrias cujo processo de produção é longo. Essa iniciativa, segundo analistas, desonera a cadeia produtiva de alguns setores industriais. As empresas devem optar por um ou por outro modelo e o escolhido valerá por todo o ano. De acordo com algumas análises, a inovação é positiva para a maioria dos casos, mas é passível de análise em cada caso. A CNI coloca que essa nova lei é interessante para as indústrias cujo custo com insumos seja maior que 32% do faturamento total. Já para os demais casos, depende dos custos com energia e combustível no custo total com insumos.

Está também tramitando pelas comissões o Projeto de Lei nº 3.926 de 2000 cuja ementa elimina a cumulatividade das contribuições para PIS/Pasep e Cofins. Atualmente, a Lei prevê que o tributo incida sobre todos os elos da cadeia, causando o chamado efeito cascata tributária sobre o custo de produção, prejudicando o consumidor. Pelo novo projeto, esse tributo incide sobre as operações de venda de mercadorias e serviços, cujo cálculo tem por base a receita e o faturamento das empresas. Porém, foi feito um aditamento ao Projeto de Lei que aumenta a alíquota para garantir a arrecadação. Todavia, é interessante estar atento caso haja algum tipo de diminuição na arrecadação desse tributo. Essas são fontes de financiamento de Políticas Sociais importantes e por isso devem ser buscadas novas fontes de financiamento de seus projetos.

## 4 ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA IV.1

### Brasil: Pessoal Ocupado Assalariado na Indústria de Transformação

(Índice Base: Jan. 2001=100)

Gêneros Industriais	I/2001	II/2001	III/2001	IV/2001	I/2002	II/2002
Alimentos e bebidas	98,4	97,6	99,4	101,5	99,0	100,2
Fumo	139,8	174,1	100,8	91,2	167,4	201,4
Têxtil	100,7	103,6	98,8	99,5	100,7	101,6
Vestuário	100,1	100,8	101,1	102,8	99,7	98,3
Calçados e couro	100,7	102,6	101,9	100,7	97,8	100,8
Madeira	99,0	94,0	91,0	88,7	88,2	89,0
Papel e gráfica	99,5	98,1	97,9	98,0	96,7	98,2
Combustíveis	100,1	119,5	134,7	129,9	133,5	166,9
Produtos químicos	99,4	99,3	99,3	96,6	96,6	98,0
Borracha e plástico	100,6	100,7	99,5	99,4	99,0	97,3
Minerais não metálicos	99,5	99,2	98,2	98,6	96,9	97,2
Metalurgia básica	100,4	102,0	100,8	100,0	100,5	101,0
Metal-mecânica, excl. máquinas/equip.	100,2	101,8	103,4	103,1	102,5	100,4
Máquinas/equip. não eletroeletrônicos	100,5	100,3	99,2	97,1	96,8	98,3
Eletroeletr. e mat. comunicações	101,4	103,5	100,2	95,8	90,2	88,7
Meios de transporte	100,3	101,3	100,2	98,1	97,1	97,5
Outros	99,8	100,3	100,2	99,2	96,0	95,3
Indústria de transformação	99,9	100,5	99,9	99,4	98,1	98,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários. Elab.: Ipea/Disoc.

TABELA IV.2

### Brasil: Folha de Pagamento na Indústria de Transformação

(Índice Base: Jan. 2001=100)

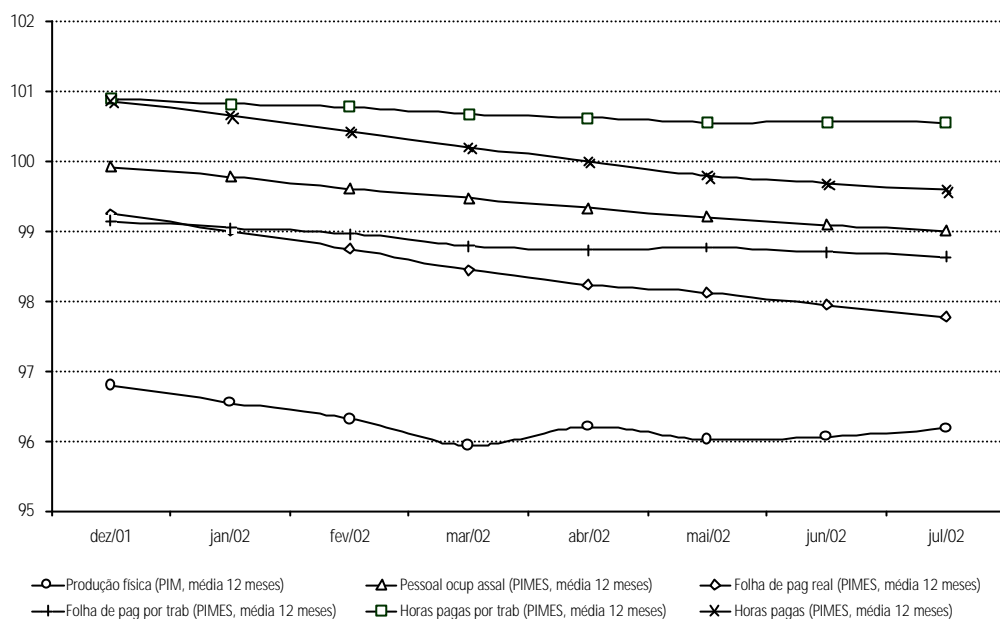
Gêneros Industriais	I/2001	II/2001	III/2001	IV/2001	I/2002	II/2002
Alimentos e bebidas	98,2	97,2	98,0	114,1	96,6	104,4
Fumo	101,8	110,7	96,3	101,0	102,7	121,9
Têxtil	97,1	97,9	94,6	108,1	94,9	94,0
Vestuário	99,5	101,4	103,7	120,8	97,7	97,4
Calçados e couro	103,7	107,7	109,6	130,8	100,9	108,7
Madeira	98,5	94,5	93,2	104,5	89,4	91,7
Papel e gráfica	95,5	91,5	88,2	100,8	89,1	87,4
Combustíveis	96,8	112,8	115,6	130,8	109,9	123,8
Produtos químicos	97,9	94,8	96,0	111,0	97,5	92,0
Borracha e plástico	96,8	96,5	93,3	106,8	100,9	95,9
Minerais não metálicos	98,2	98,1	96,3	106,3	99,9	99,1
Metalurgia básica	92,7	92,7	90,9	105,2	99,6	95,1
Metal-mecânica, excl. máquinas/equip.	98,5	98,4	98,3	114,0	98,3	96,3
Máquinas/Equip. não eletroeletrônicos	99,8	96,8	97,5	106,1	95,3	93,7
Eletroeletr. e mat. comunicações	95,7	91,2	89,2	99,9	80,1	78,7
Meios de transporte	96,2	95,5	91,4	102,9	92,9	90,2
Outros	96,4	99,9	100,1	114,7	95,8	93,5
Indústria de transformação	97,3	96,3	95,1	108,4	94,8	94,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários. Elab.: Ipea/Disoc.

GRÁFICO IV.1

**Evolução de Indicadores de Emprego**

(Base: Jan. 2001 = 100)



Fontes: IBGE-Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais e Produção Física (Pim-dg e Pim-PF) e Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (Pimes). Elab.: Ipea/Disoc.

TABELA IV.3

**Produção Física na Indústria de Transformação**

(Variação em relação ao mesmo período do ano anterior – em %)

Sectores	III/2000	IV/2000	I/2001	II/2001	III/2001	IV/2001	I/2002	II/2002
Transf. de prod. minerais não met.	3,8	-1,0	1,1	-1,7	-3,0	-3,1	-4,6	-0,9
Metalúrgica	8,1	6,2	8,9	1,6	-3,1	-3,5	-3,8	-0,8
Mecânica	23,5	19,5	15,7	8,1	3,8	-4,4	-1,0	6,0
Material elétrico e de comunicação	13,0	17,0	21,8	14,0	1,9	-7,2	-13,4	-10,7
Material de transporte	20,2	23,7	15,2	14,5	-1,6	-8,3	-4,5	-5,9
Madeira	0,8	-3,2	-3,5	-1,7	1,2	2,3	-2,2	-2,3
Mobiliário	7,2	7,4	1,3	-1,4	-3,5	-1,8	3,8	1,3
Papel e papelão	5,9	1,4	2,7	1,1	-1,0	-1,5	0,4	1,1
Borracha	14,6	2,7	0,4	-4,1	-7,4	-7,1	-6,2	0,1
Couros e peles	-11,3	-13,0	-11,4	-8,7	-11,8	-5,9	-10,9	-7,5
Química	2,7	-1,5	2,5	-1,7	0,8	-3,6	-1,8	2,6
Farmacêutica	1,7	2,0	-2,5	-2,5	-2,1	4,6	17,9	3,5
Perfumaria, sabões e velas	2,9	4,3	6,6	3,7	-1,9	-11,6	-5,2	-2,4
Produtos de matérias plásticas	5,1	-3,5	-1,2	1,0	-10,2	-8,4	-4,2	-3,1
Têxtil	6,6	1,9	-2,5	-5,0	-9,4	-5,8	-4,6	-0,2
Vest., calçados e artefatos de tecidos	9,5	4,0	-4,0	-7,1	-7,9	-8,0	-5,7	1,7
Produtos alimentares	-5,5	1,4	6,5	3,4	8,1	2,2	-1,0	7,1
Bebidas	4,2	1,5	2,4	4,1	-0,3	-3,4	-5,7	-2,8
Fumo	-2,9	10,3	25,6	0,2	-33,1	15,8	32,5	22,0
Indústria de transformação	6,8	6,0	6,8	2,9	-0,5	-3,4	-3,2	0,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal/PF.

## NOTA SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO:

Em razão da interrupção da publicação da série de Salário Contratual Médio Real pelo IBGE, deixamos de publicar o cálculo do custo unitário do trabalho.

TABELA IV.4

### Índice do Investimento Trimestral na Indústria<sup>1</sup>

(Base: I.1997 = 1)

Ano/Trim.	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.
1998	1,35	1,18	1,34	1,09
1999	1,27	1,16	1,11	0,92
2000	1,77	1,11	0,91	1,00
2001	1,59	1,29	1,21	0,96
2002	1,29	1,36	–	–

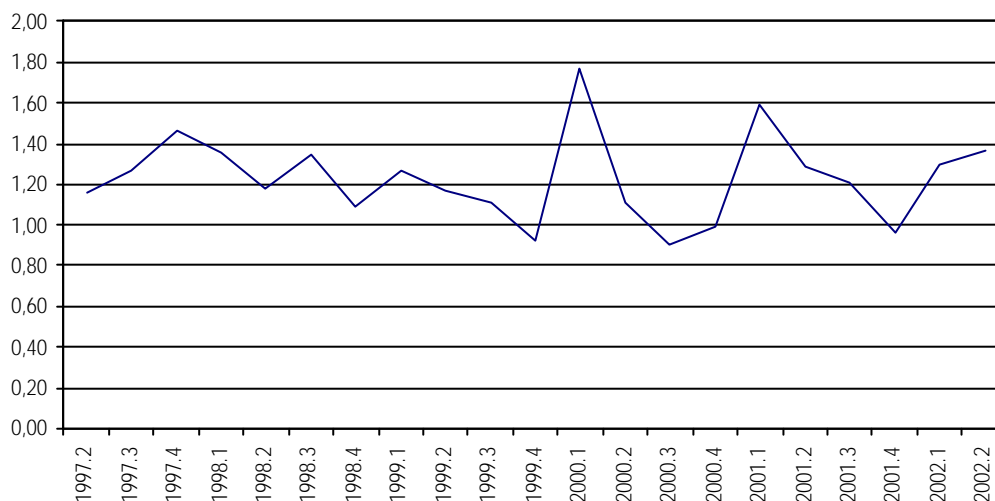
Fonte: IBGE, Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

Notas: <sup>1</sup>Consumo Aparente de Bens de Capital Tipicamente Industriais, em US\$ de 1997. Ver Nota Metodológica no BPI nº 13, p.27.

GRÁFICO IV.2

### Índice de Investimento na Indústria (Consumo Aparente de BK-TI)

(Base: I.1997 = 1)



Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA IV.5

**Distribuição Setorial do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil 1995/2000**

(Em US\$ bilhões e em%)

Setores	12/1995 <sup>1</sup>		1996		1997		1998		1999 <sup>2</sup>		2000 <sup>2</sup>		Acum. 1996/2000	
	Estoque	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	0,69	1,6	0,11	1,4	0,46	3,0	0,14	0,6	0,42	1,5	0,65	2,2	1,78	1,7
Agricult., pecuária e servs. relacs.	0,21	30,1	0,04	34,3	-	0,0	-	0,0	0,02	4,7	-	0,0	0,06	3,3
Silvicult., expl. florestal e servs.relacs.	0,03	4,4	-	0,0	0,11	23,8	0,05	34,9	-	0,0	-	0,0	0,16	8,9
Pesca, aquicultura e servs. relacs.	0,01	1,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Extração de petróleo e servs. relacs.	0,07	10,5	0,05	42,4	0,01	2,2	0,03	19,0	0,30	70,2	0,48	74,0	0,86	48,4
Extração de minerais metálicos	0,33	48,0	0,03	23,3	0,34	74,0	0,05	35,5	0,05	11,8	0,13	20,5	0,60	33,5
Extração de minerais não metálicos	0,04	5,9	-	0,0	-	0,0	0,02	10,6	0,06	13,2	0,04	5,4	0,11	6,0
Indústria	23,40	55,0	1,74	22,7	2,04	13,3	2,77	11,9	7,00	25,4	5,09	17,0	18,63	18,0
Fabr. produtos aliment. e bebidas	2,33	10,0	0,19	10,7	0,32	15,9	0,13	4,8	1,24	17,7	0,98	19,2	2,86	15,3
Fabr. de produtos do fumo	0,72	3,1	0,25	14,4	-	0,0	-	0,0	0,17	2,4	-	0,0	0,42	2,2
Fabr. de produtos têxteis	0,53	2,3	0,07	4,2	0,05	2,5	0,02	0,8	0,09	1,3	0,04	0,7	0,27	1,5
Conf. de arts. de vestuário e acessórios	0,08	0,3	-	0,0	0,01	0,5	0,02	0,9	-	0,0	0,01	0,3	0,05	0,3
Prep. couros, fabr. artefs. e calçados	0,43	1,8	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Fabr. de produtos de madeira	0,03	0,1	-	0,0	0,09	4,3	0,02	0,6	0,02	0,3	0,03	0,6	0,16	0,9
Fabr. de celul., de papel e de produtos de papel	1,40	6,0	0,02	1,3	-	0,0	-	0,0	0,01	0,2	0,01	0,2	0,04	0,2
Edição, impressão, repr. gravações	0,12	0,5	-	0,0	0,01	0,6	0,01	0,4	0,08	1,1	0,02	0,3	0,12	0,6
Fabr. de coque, petrol., combs. nucl., álcool	-	0,0	-	0,0	0,01	0,5	0,01	0,4	0,01	0,2	-	0,0	0,03	0,2
Fabr. de produtos químicos	4,75	20,3	0,22	12,7	0,37	18,1	0,35	12,8	1,27	18,2	1,12	22,0	3,33	17,9
Fabr. de artigos de borracha e plástico	1,32	5,6	0,03	1,7	0,14	6,8	0,16	5,7	0,21	3,0	0,06	1,1	0,59	3,2
Fabr. de produtos minerais não metáls.	0,82	3,5	0,19	11,2	0,21	10,2	0,08	3,1	0,29	4,1	0,07	1,3	0,84	4,5
Metalurgia básica	2,57	11,0	0,03	1,7	-	0,0	0,12	4,3	0,11	1,6	0,25	4,8	0,51	2,7
Fabr. de produtos de metal	0,57	2,4	0,06	3,7	-	0,0	0,04	1,5	0,04	0,6	0,03	0,5	0,17	0,9
Fabr. de máquinas e equipamentos	2,07	8,9	0,18	10,3	0,21	10,1	0,17	6,3	0,09	1,2	0,58	11,4	1,23	6,6
Fabr. de máquinas escrit. e de eqs. inform.	0,44	1,9	0,01	0,6	0,02	1,0	0,05	1,8	0,63	9,0	0,02	0,5	0,73	3,9
Fabr. de máquinas, apars. e mats. elétricos	1,10	4,7	0,03	1,7	0,14	6,8	0,11	4,0	0,34	4,9	0,07	1,3	0,69	3,7
Fabr. de mat. eletrôn. e de eqs. de comunic.	0,59	2,5	0,06	3,6	0,19	9,1	0,26	9,5	0,52	7,4	0,66	12,9	1,69	9,0
Fabr. de eqs. méds., ótics., automação, relóg.	0,17	0,7	0,06	3,3	0,01	0,5	-	0,0	-	0,0	0,02	0,4	0,09	0,5
Fabr. mont. de veics. automs., rebs. carros.	2,85	12,2	0,29	16,4	0,22	10,9	1,06	38,3	1,83	26,1	0,96	18,9	4,36	23,4
Fabr. de outros eqs. de transporte	0,22	1,0	-	0,0	-	0,0	0,09	3,3	0,05	0,7	0,19	3,7	0,33	1,8
Fabr. de móveis e indústrias diversas	0,29	1,3	0,04	2,5	0,04	2,1	0,04	1,6	-	0,0	-	0,0	0,13	0,7
Reciclagem	0,01	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Serviços	18,44	43,4	5,81	75,9	12,82	83,7	20,36	87,5	20,14	73,1	24,14	80,8	83,27	80,3
Eletricidade, gás e água quente	0,00	0,0	1,63	28,0	3,55	27,7	2,20	10,8	2,97	14,7	2,97	12,3	13,32	16,0
Captação, tratam. e distribuição de água	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	0,09	0,4	-	0,0	0,07	0,3	0,16	0,2
Construção	0,20	1,1	-	0,0	0,05	0,4	0,17	0,8	0,29	1,5	0,01	0,0	0,53	0,6
Comérc. e repar. veics., comérc.combusts.	0,08	0,5	0,02	0,3	0,18	1,4	-	0,0	0,26	1,3	0,09	0,4	0,54	0,7
Comérc. atacado e interms. comércio	2,10	11,4	0,21	3,6	0,69	5,4	1,09	5,3	1,55	7,7	0,89	3,7	4,42	5,3
Comérc. varej. e repar. de objetos	0,67	3,6	0,41	7,0	0,08	0,7	1,11	5,4	1,11	5,5	0,66	2,7	3,37	4,1
Alojamento e alimentação	0,36	2,0	0,04	0,6	-	0,0	0,02	0,1	0,03	0,1	-	0,0	0,08	0,1
Transporte terrestre	0,01	0,0	0,21	3,6	-	0,0	-	0,0	0,08	0,4	0,04	0,2	0,34	0,4
Transporte aquaviário	0,09	0,5	-	0,0	-	0,0	0,06	0,3	-	0,0	-	0,0	0,06	0,1
Transporte aéreo	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,01	0,1	-	0,0	0,01	0,0
Ativs. auxils. transp. e agências de viagem	0,07	0,4	-	0,0	-	0,0	0,02	0,1	0,03	0,1	0,04	0,2	0,09	0,1
Correio e telecomunicações	0,20	1,1	0,61	10,5	0,83	6,5	2,56	12,6	7,80	38,7	10,90	45,1	22,70	27,3
Intermediação financeira	1,25	6,8	0,38	6,5	1,60	12,5	5,92	29,1	1,68	8,3	6,35	26,3	15,92	19,1
Seguros e previdência privada	0,15	0,8	0,15	2,6	0,19	1,5	0,05	0,2	0,06	0,3	0,01	0,1	0,46	0,6
Ativs. auxils. da interm. financeira	0,11	0,6	0,04	0,6	0,06	0,5	0,48	2,3	0,53	2,7	0,03	0,1	1,14	1,4
Atividades imobiliárias	1,06	5,7	0,08	1,4	0,04	0,3	0,03	0,1	0,08	0,4	0,02	0,1	0,25	0,3
Aluguel veics. máqs. eqs. e objetos	0,36	2,0	0,02	0,3	0,04	0,3	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,05	0,1
Ativs. de informática e conexas	0,12	0,6	-	0,0	0,12	1,0	0,35	1,7	0,09	0,4	1,12	4,6	1,69	2,0
Pesquisa e desenvolvimento	0,01	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Serviços prestados a empresas	11,45	62,1	2,02	34,7	5,35	41,7	6,22	30,5	3,33	16,5	0,81	3,4	17,73	21,3
Educação	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Saúde e serviços sociais	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Limp. urbana e esgoto e ativs. conexas	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,03	0,1	0,03	0,0
Atividades associativas	0,05	0,3	0,01	0,2	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,02	0,1	0,04	0,0
Ativs. recreats. culturais e desportivas	0,01	0,1	-	0,0	0,03	0,2	-	0,0	0,23	1,2	0,05	0,2	0,32	0,4
Serviços pessoais	0,02	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Organismos internacionais	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Total	42,53	100	7,67	100	15,31	100	23,27	100	27,56	100	29,88	100	103,69	100
Ingressos abaixo de US\$ 10 milhões por empresa receptora/ano			1,98		2,57		3,08		3,67		3,45		14,75	
Total geral dos ingressos			9,64		17,88		26,35		31,24		33,33		118,43	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: <sup>1</sup>Dados do Censo de Capitais Estrangeiros realizado em 1996.<sup>2</sup>Inclui conversões para investimentos diretos.

Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA V.6

**Distribuição Setorial do Investimento Direto Estrangeiro<sup>1</sup> no Brasil 2001/2002**

(Em US\$ milhões e em %)

Setores	2001		2001 Jan./Jun.		2002 Jan./Jun.	
	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)	Fluxo	(%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.494	7,1	393	4,2	265	2,7
Extração de petróleo e serviços relacionados	1.360	91,0	326	83,0	210	79,2
Demais	134	9,0	67	17,0	55	20,8
Indústria	7.001	33,3	2.350	25,2	3.452	34,9
Produtos alimentícios e bebidas	563	8,0	195	8,3	1.475	42,7
Produtos químicos	1.546	22,1	858	36,5	895	25,9
Fabr. e mont. de veículos automotores <sup>2</sup>	1.550	22,1	447	19,0	413	12,0
Máquinas e equipamentos	344	4,9	159	6,8	122	3,5
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	327	4,7	134	5,7	98	2,8
Artigos de borracha e plástico	176	2,5	50	2,1	74	2,1
Metalurgia básica <sup>3</sup>	431	6,2	42	1,8	63	1,8
Produtos têxteis	56	0,8	20	0,9	55	1,6
Material eletrônico e eqs. de comunicação	1.166	16,7	51	2,2	49	1,4
Máquinas p/ escritório e equip. de informática	23	0,3	14	0,6	34	1,0
Produtos de metal	108	1,5	36	1,5	33	1,0
Produtos minerais não metálicos	130	1,9	96	4,1	27	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	140	2,0	98	4,2	11	0,3
Produtos de madeira	71	1,0	19	0,8	9	0,3
Celulose, papel e produtos do papel	150	2,1	10	0,4	3	0,1
Outras indústrias	219	3,1	120	5,1	91	2,6
Serviços	12.547	59,6	6.599	70,6	6.167	62,4
Correio e telecomunicações	4.130	32,9	2.263	34,3	2.482	40,2
Eletricidade, gás e água quente	1.442	11,5	828	12,5	1.257	20,4
Intermediação financeira	2.123	16,9	1.500	22,7	730	11,8
Comércio	1.634	13,0	523	7,9	573	9,3
Serviços prestados a empresas	697	5,6	300	4,5	413	6,7
Seguros e previdência privada	628	5,0	104	1,6	169	2,7
Atividades de informática e conexas <sup>4</sup>	720	5,7	524	7,9	167	2,7
Atividades imobiliárias	187	1,5	100	1,5	78	1,3
Construção <sup>5</sup>	264	2,1	159	2,4	76	1,2
Transporte	146	1,2	106	1,6	52	0,8
Captação, tratamento e distrib. de água	28	0,2	7	0,1	49	0,8
Alojamento e alimentação	275	2,2	36	0,5	16	0,3
Outros serviços	273	2,2	149	2,3	104	1,7
<b>Total</b>	<b>21.042</b>	<b>100,0</b>	<b>9.342</b>	<b>100,0</b>	<b>9.885</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco Central do Brasil - Nota para a imprensa (julho de 2002).

Notas: <sup>1</sup>Não inclui investimentos em bens, em imóveis e em moeda nacional. Até 2000, distribuição relativa a operações superiores a US\$10 milhões. Para 2001, refere-se ao total das operações.<sup>2</sup> Inclui indústria de peças automotivas.<sup>3</sup> Inclui siderurgia.<sup>4</sup> Inclui internet.<sup>5</sup> Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA IV.7

**Desembolsos da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)**

(Em US\$ milhares)

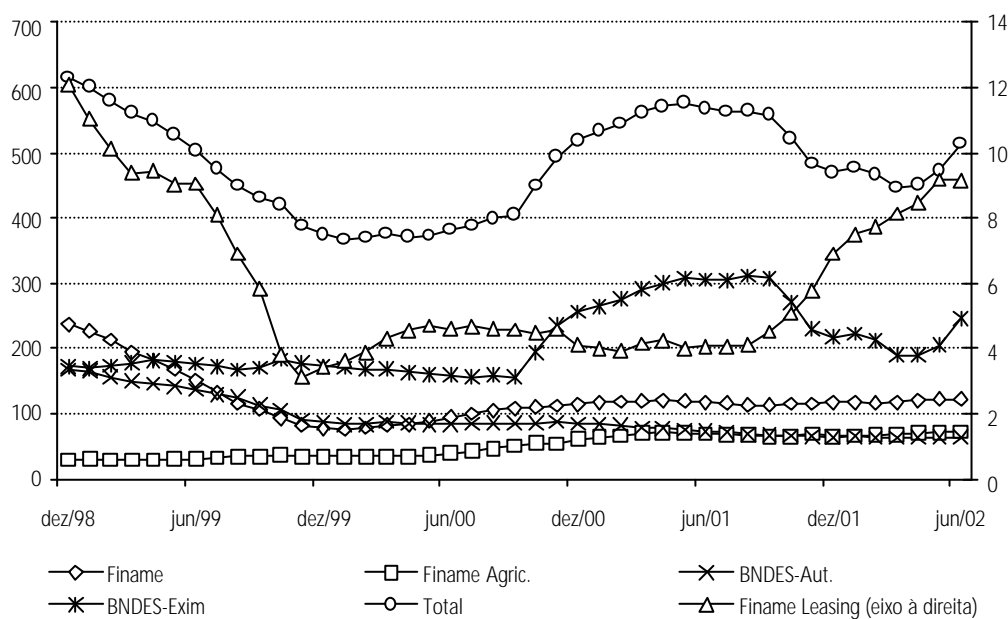
Mês	Finame	Agrícola	Leasing	BNDES-Aut.	BNDES-Exim	Total
Jul. 2001	119.043	60.702	3.931	65.487	104.192	353.355
Ago. 2001	128.938	72.188	4.014	49.544	253.063	507.747
Set. 2001	112.142	69.376	8.283	63.157	113.664	366.622
Out. 2001	131.624	77.739	10.002	53.950	255.157	528.472
Nov. 2001	96.848	77.518	13.157	73.567	149.112	410.202
Dez. 2001	168.763	84.431	16.087	92.070	280.640	641.991
Jan. 2002	120.659	72.273	9.702	66.716	271.083	540.433
Fev. 2002	78.127	72.392	5.676	49.376	141.143	346.714
Mar. 2002	132.769	87.939	14.129	63.364	131.870	430.071
Abr. 2002	119.065	71.373	9.524	67.698	207.375	475.035
Mai 2002	150.639	65.310	10.289	61.410	414.738	702.386
Jun. 2002	114.075	54.377	5.094	57.742	634.271	865.559
Total	1.472.692	865.618	109.888	764.081	2.956.308	6.168.587

Fonte: BNDES.

GRÁFICO IV.3

**Liberações do Finame**

(Média móvel de 12 meses, em US\$ milhões)



Fonte: BNDES.

TABELA IV.8

**Desembolsos Setoriais da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame)**

(Posição de janeiro a junho de 2002 – em US\$ milhares correntes)

Programa	Finame	Finame Agrícola	Finame Leasing	BNDES-Exim.	BNDES-Autom.	Total	
Setor Comprador	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	(Valor)	(%)
(A/B) Agropecuária	35.129	423.664	638	4.035	171.748	635.214	18,19
(C) Mineração	14.094	0	1.445	185	243	15.967	0,46
(D) Indústria de Transformação	293.818	0	8.389	252.263	148.171	702.641	20,12
D15. Alimento e bebida	92.413	0	3.134	150.432	43.082	289.061	8,28
D16. Fumo	68	0	0	0	429	497	0,01
D17. Têxteis	7.269	0	72	7.373	6.491	21.205	0,61
D18. Confecção, vestuário e acessórios	350	0	32	0	2.255	2.637	0,08
D19. Couro, artefatos e calçados	2.049	0	186	22.412	2.327	26.974	0,77
D20. Madeira	6.588	0	289	3.292	2.863	13.032	0,37
D21. Celulose e papel	20.066	0	403	0	3.741	24.210	0,69
D22. Editorial e gráfica	2.733	0	0	0	3.147	5.880	0,17
D23. Coque, refino petrol., prep. combustíveis	9.310	0	104	0	3.766	13.180	0,38
D24. Química	12.015	0	441	18.831	19.098	50.385	1,44
D25. Borracha e plástico	21.757	0	1.648	306	4.335	28.046	0,80
D26. Minerais não metálicos	17.533	0	332	1.654	8.731	28.250	0,81
D27. Metalurgia básica	17.466	0	72	10.227	5.804	33.569	0,96
D28. Produtos de metal (excluídas máquinas)	12.179	0	390	728	6.368	19.665	0,56
D29. Máquinas e equipamentos	58.119	0	753	13.392	11.936	84.200	2,41
D30. Máquinas de escritório e informática	826	0	0	200	183	1.209	0,03
D31. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.130	0	53	0	5.315	7.498	0,22
D32. Mat. eletrônico e equip. de comunicação	477	0	17	17.442	1.231	19.167	0,55
D33. Equip. médicos, prec., aut. industrial	1.447	0	0	0	78	1.525	0,04
D34. Veículos, reboques e carrocerias	4.212	0	263	5.032	8.161	17.668	0,51
D35. Outros equipamentos de transporte	380	0	21	942	721	2.064	0,06
D36. Móveis e indústrias diversas	4.225	0	156	0	6.662	11.043	0,32
D37. Reciclagem	206	0	23	0	1.447	1.676	0,05
(EQ) Comércio e Serviços	372.293	0	43.942	10.364	178.114	604.713	17,32
E 40. Eletricidade, gás e água quente	15.621	0	0	0	3.723	19.344	0,55
E 41. Captação, trat. e dist. de água	227	0	0	0	0	227	0,01
F 45. Construção	56.294	0	4.682	0	1.168	62.144	1,78
G 50. Com., rep. veic. e motos e combustíveis	53.973	0	5.463	10.364	62.186	131.986	3,78
H 55. Alojamento e alimentação	194	0	48	0	16.766	17.008	0,49
I 60. Transporte terrestre passageiro	80.190	0	17.984	0	330	98.504	2,82
I 60. Transporte terrestre cargas	123.246	0	12.140	0	2.278	137.664	3,94
I 60. Transporte terrestre outros	159	0	0	0	1.236	1.395	0,04
I 61. Transporte aquaviário	15	0	0	0	0	15	0,00
I 62. Transporte aéreo	409	0	0	0	0	409	0,01
I 63. Ativ. auxiliares do transp. e agências	4.379	0	533	0	3.208	8.120	0,23
I 64. Correio e telecomunicações	302	0	7	0	0	309	0,01
J 65. Intermediação financeira	4.974	0	0	0	30.930	35.904	1,03
K 70. Atividades imobiliárias	20.893	0	2.570	0	6.361	29.824	0,86
L 75. Adm. públ., defesa e seguridade social	1.988	0	0	0	255	2.243	0,06
M 80. Educação	3.417	0	148	0	25.931	29.496	0,85
N 85. Saúde e serviços sociais	1.917	0	166	0	16.457	18.540	0,53
O. Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	4.095	0	201	0	7.285	11.581	0,33
Setor Externo	0	0	0	0	1.533.633	1.533.633	43,92
<b>Total</b>	<b>715.334</b>	<b>423.664</b>	<b>54.414</b>	<b>1.800.480</b>	<b>498.276</b>	<b>3.492.168</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNDES.



TABELA IV.9

**Balança Comercial por Seções da Nomenclatura Comum do Mercosul**

(Em US\$ milhões FOB)

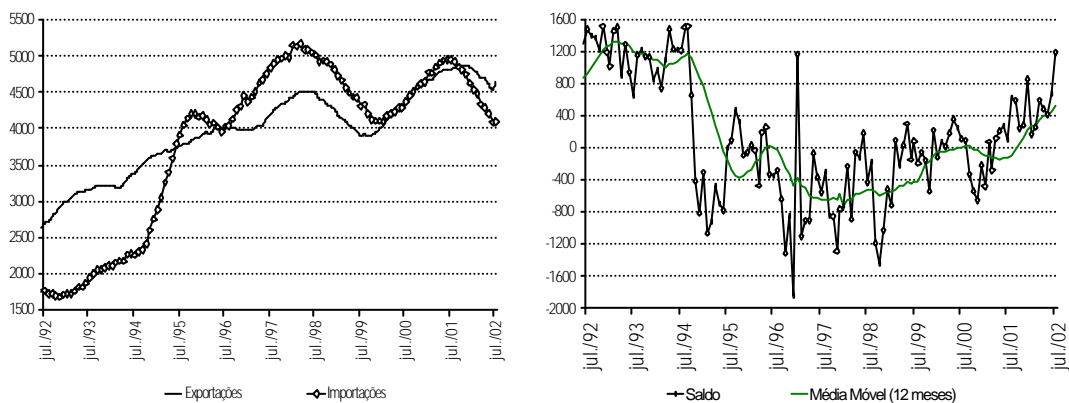
Seção da NCM	Jan./Jul. 2002			Jan./Jul. 2001		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
I Animais vivos e produtos do reino animal	1.704,0	403,2	1.300,8	1.607,8	378,1	1.229,7
II Produtos do reino vegetal	2.360,7	1.076,7	1.284,0	2.982,4	1.167,9	1.814,5
III Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais	298,6	100,4	198,2	303,3	81,3	222,0
IV Produtos alimentícios, bebidas e fumo	3.708,8	373,4	3.335,4	4.077,0	403,6	3.673,4
V Produtos minerais	3.306,5	3.977,8	-671,3	3.455,0	4.958,8	-1.503,8
VI Produtos das indústrias químicas e conexas	1.633,0	4.576,4	-2.943,4	1.685,9	4.862,1	-3.176,2
VII Plásticos e borracha e suas obras	878,9	1.590,1	-711,1	957,6	1.728,0	-770,3
VIII Peles, couros, peleteria e suas obras	571,0	107,0	464,0	538,3	143,9	394,5
IX Madeira, cortiça e suas obras	948,2	27,5	920,7	848,0	38,4	809,6
X Pastas de madeira, papel e suas obras	1.083,8	438,5	645,3	1.410,2	623,6	786,6
XI Matérias têxteis e suas obras	653,0	650,3	2,7	737,0	796,5	-59,5
XII Calçados, chapéus	906,5	37,8	868,7	1.009,1	42,1	967,0
XIII Obras de pedra, cerâmica, vidros	471,7	186,2	285,5	441,0	254,1	186,9
XIV Pérolas naturais, pedras preciosas	329,4	103,9	225,5	311,3	182,1	129,2
XV Metais comuns e suas obras	3.126,8	1.268,5	1.858,3	3.100,7	1.534,9	1.565,8
XVI Máquinas e aparelhos, material elétrico	4.013,2	9.100,0	-5.086,8	4.234,4	11.998,8	-7.764,4
XVII Material de transporte	4.012,0	2.136,1	1.875,9	4.749,0	3.167,0	1.582,0
XVIII Instrumentos e aparelhos científicos	231,3	1.140,9	-909,6	270,4	1.283,4	-1.013,0
XIX Armas e munições	76,6	4,6	71,9	31,7	6,9	24,8
XX Mercadorias e produtos diversos	376,8	164,8	212,0	365,0	201,3	163,7
XXI Objetos de arte, de coleção e antiguidades	1,0	5,6	-4,6	1,2	1,4	-0,2
XXII Transações Especiais	583,6	0,0	583,6	775,5	0,0	775,5
<b>Total</b>	<b>31.275,3</b>	<b>27.469,8</b>	<b>3.805,5</b>	<b>33.891,6</b>	<b>33.853,9</b>	<b>37,8</b>

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO IV.4

**Balança Comercial Brasileira**

(Média móvel de 12 meses, em US\$ milhões)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA IV.10

## Exportações Brasileiras por Grupo de Produtos

	Acumulado Janeiro/Julho					Julho							
	(US\$ milhões)					(US\$ milhões)				Preço médio (US\$/t.)			
	2002 (A)	Part. (%)	2001 (B)	Part. (%)	A/B	2002 (C)	Part. (%)	2001 (D)	Part. (%)	2002 C/D	2001 (E)	2001 (F)	E/F
Açúcar	900,1	2,9	973,3	2,9	-7,5	229,8	3,7	239,8	4,8	-4,1	152,7	218,0	-30,0
Cacau	57,0	0,2	57,2	0,2	-0,3	13,9	0,2	8,5	0,2	63,8	2321,5	1647,8	40,9
Café	632,5	2,0	788,4	2,3	-19,8	124,3	2,0	105,9	2,1	17,4	794,7	1070,8	-25,8
Calçados e couro	1476,3	4,7	1545,8	4,6	-4,5	243,7	3,9	226,7	4,6	7,5	8789,4	9599,2	-8,4
Carne	1630,1	5,2	1567,5	4,6	4,0	264,9	4,3	239,4	4,8	10,6	1080,5	1424,0	-24,1
Derivados de petróleo	1988,1	6,4	2094,4	6,2	-5,1	524,2	8,4	229,2	4,6	128,7	148,7	154,0	-3,4
Fumo e cigarros	624,6	2,0	591,6	1,8	5,6	133,9	2,2	159,5	3,2	-16,1	2081,3	2401,7	-13,3
Madeiras e suas manufaturas	947,4	3,0	847,5	2,5	11,8	163,0	2,6	122,9	2,5	32,6	291,1	408,3	-28,7
Máq., apar. e instrum. mecân.	1540,6	4,9	1754,4	5,2	-12,2	244,4	3,9	253,1	5,1	-3,4	4643,3	4782,5	-2,9
Material de transporte	4731,7	15,1	5636,0	16,6	-16,0	858,6	13,8	739,7	14,9	16,1	6402,3	6458,3	-0,9
Mat. elétricos e eletrônicos	1652,3	5,3	1616,2	4,8	2,2	285,7	4,6	267,1	5,4	7,0	12024,5	10959,9	9,7
Minérios metalúrgicos	1672,7	5,4	1892,4	5,6	-11,6	424,5	6,8	299,2	6,0	41,8	18,4	18,9	-2,5
Papel e celulose	1068,2	3,4	1396,6	4,1	-23,5	207,4	3,3	166,8	3,4	24,4	406,1	406,3	-0,1
Produtos químicos	2093,3	6,7	2211,0	6,5	-5,3	366,2	5,9	299,5	6,0	22,3	625,0	767,5	-18,6
Produtos metalúrgicos	2967,4	9,5	2924,5	8,6	1,5	667,4	10,7	404,0	8,1	65,2	300,3	322,8	-7,0
Produtos têxteis	653,0	2,1	736,9	2,2	-11,4	102,5	1,7	107,5	2,2	-4,6	3259,4	2820,9	15,5
Soja	2533,1	8,1	3150,4	9,3	-19,6	802,2	12,9	528,5	10,7	51,8	187,8	178,9	4,9
Suco de laranja congelado	447,4	1,4	470,9	1,4	-5,0	55,1	0,9	58,8	1,2	-6,3	820,1	658,5	24,5
Metais, pedras prec. e joalh.	329,4	1,1	311,3	0,9	5,8	51,5	0,8	51,3	1,0	0,3	20139,7	31265,9	-35,6
Ferramentas	97,0	0,3	112,9	0,3	-14,1	15,4	0,3	16,5	0,3	-6,7	6060,0	7689,1	-21,2
Produtos cerâmicos	162,9	0,5	146,5	0,4	11,2	26,3	0,4	21,8	0,4	20,7	286,1	294,4	-2,8
Frutas	172,6	0,6	168,9	0,5	2,2	25,1	0,4	26,8	0,5	-6,2	485,6	383,7	26,6
Pescados	181,8	0,6	155,8	0,5	16,7	30,1	0,5	26,1	0,5	15,6	4486,5	4648,8	-3,5
Móveis e mobiliário	303,8	1,0	292,4	0,9	3,9	51,9	0,8	44,3	0,9	17,2	1700,4	1520,8	11,8
Instrum. de óptica e precisão	228,1	0,7	265,1	0,8	-14,0	33,4	0,5	39,5	0,8	-15,4	24529,6	33009,3	-25,7
Vidro e suas obras	101,4	0,3	101,1	0,3	0,4	16,6	0,3	14,2	0,3	16,8	753,9	703,8	7,1
Bebidas (cerveja e refrig.)	11,2	0,0	25,4	0,1	-55,7	0,9	0,0	2,7	0,1	-66,4	259,0	247,3	4,7
Prod. de confeitaria, sem cacau	57,8	0,2	65,2	0,2	-11,3	8,9	0,1	10,7	0,2	-17,0	1117,0	1209,0	-7,6
Álcool etílico, não desnaturado	78,7	0,3	24,9	0,1	215,8	9,9	0,2	12,6	0,3	-21,9	286,7	328,2	-12,7
Obras de pedras e semelhantes	207,3	0,7	193,3	0,6	7,3	39,4	0,6	27,5	0,6	43,1	462,7	456,0	1,5
Chocolate e suas preparações	33,1	0,1	47,4	0,1	-30,1	5,5	0,1	6,1	0,1	-10,1	1886,3	1967,7	-4,1
Brinq., jogos e art. de diversão	12,5	0,0	13,4	0,0	-6,5	2,3	0,0	2,9	0,1	-21,8	4069,2	4323,4	-5,9
Vinho	0,8	0,0	1,6	0,0	-50,0	0,1	0,0	0,3	0,0	-65,2	428,8	510,3	-16,0
Demais produtos	1233,1	3,9	1363,1	4,0	-9,5	183,0	2,9	193,9	3,9	-5,6	363,8	151,2	140,7
Outras operações especiais	447,8	1,4	348,5	1,0	28,5	11,3	0,2	11,2	0,2	0,6	4374,3	3901,1	12,1
Total	31275,3	100,0	33891,6	100,0	-7,7	6223,4	100,0	4964,5	100,0	25,4	-	-	-

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA IV.11

**Taxa de Câmbio Efetiva Real das Exportações**

(Base: dezembro de 1998 = 100)

Período	III/00	IV/00	I/01	II/01	III/01	IV/01	I/02	II/02
Prod. Manufaturados	110,7	115,2	118,9	130,2	137,6	130,3	109,5	108,7
Geral	106,1	109,1	113,5	122,2	130,1	123,6	106,7	109,6

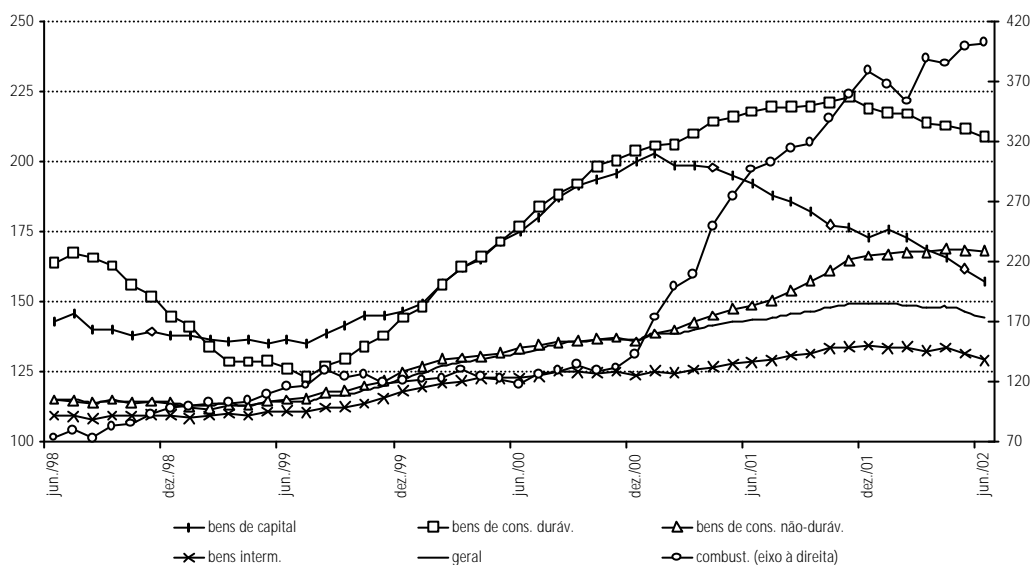
Fonte: Ipea.

Obs.: Os valores acima estão alterados em relação aos publicados no número anterior em razão das mudanças nos índices, pois estes antes eram apenas estimados.

GRÁFICO IV.5

**Quantum Exportado por Categorias de Uso**

(Média móvel últimos 12 meses – dez. 1990 = 100)

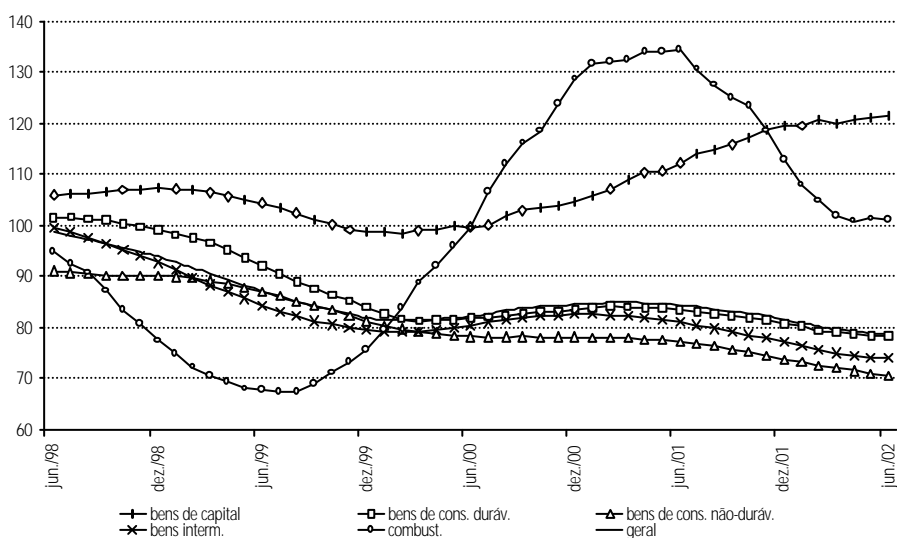


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO IV.6

**Índice de Preços das Exportações por Categorias de Uso**

(Média móvel últimos 12 meses – dez. 1990 = 100)

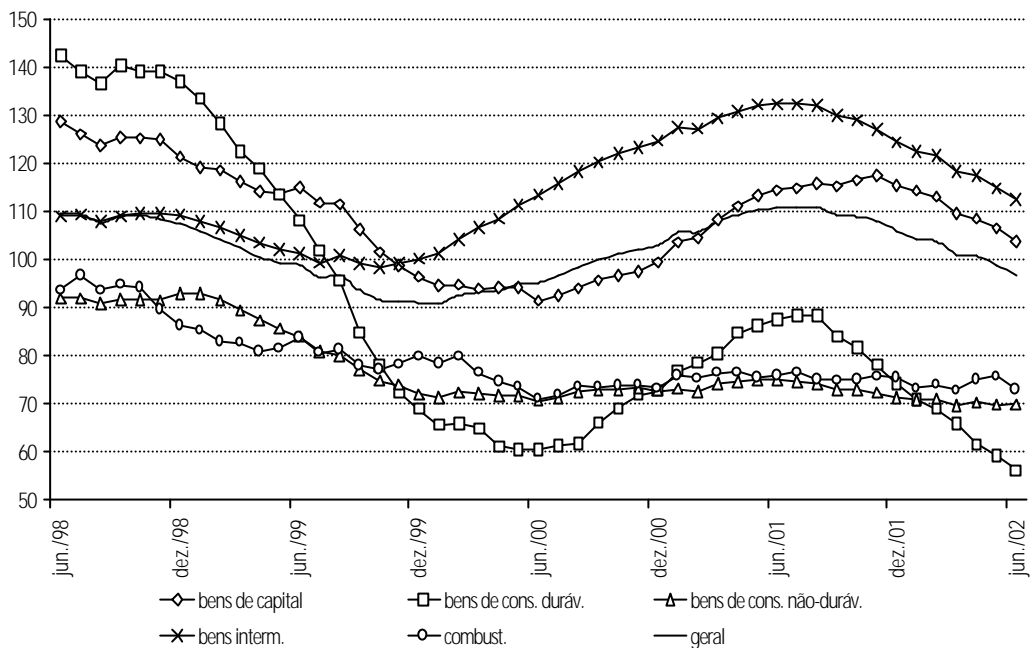


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO IV.7

### Quantum Importado por Categorias de Uso

(Média móvel últimos 12 meses – dez. 1990 = 100)

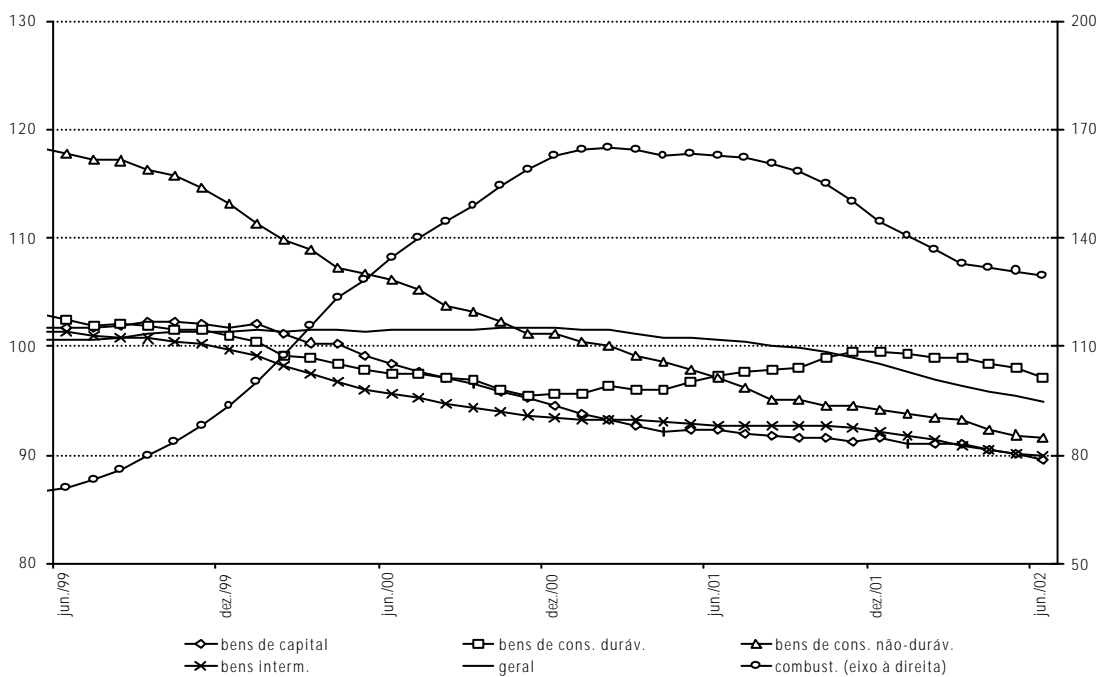


Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

GRÁFICO IV.8

### Índice de Preços das Importações por Categorias de Uso

(Média móvel últimos 12 meses – dez. 1990 = 100)



Fonte: Funcex/Ipea. Elaboração: Ipea/Diset.

TABELA IV.12

**Índice de Rentabilidade das Exportações**

(Base: agosto de 1994 = 100)

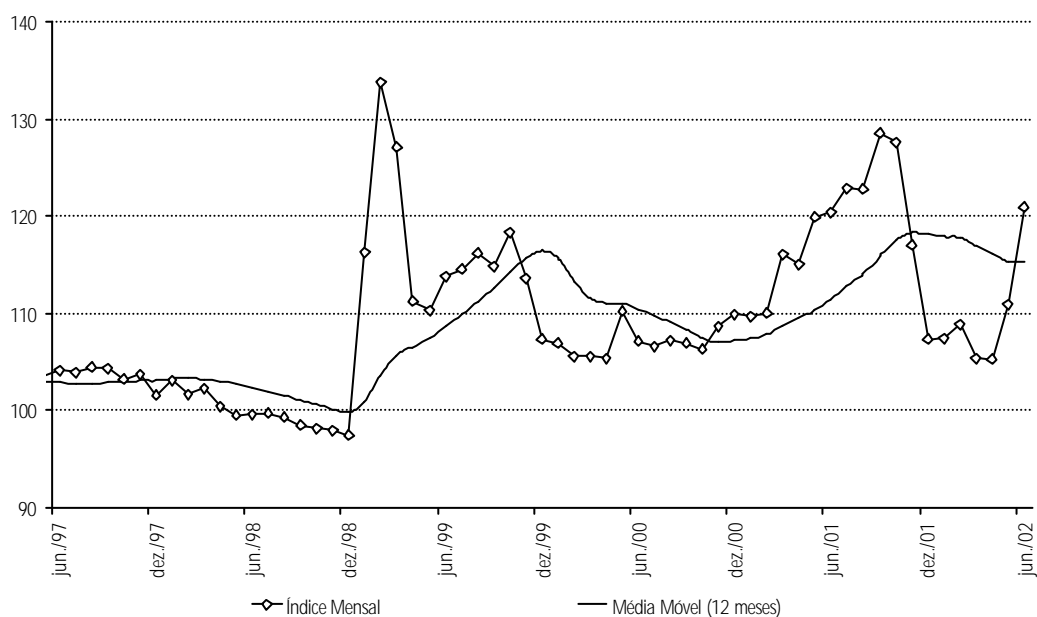
Setores	II.00	III.00	IV.00	I.01	II.01	III.01	IV.01	I.02
Agropecuária	93,1	86,7	83,0	84,8	85,5	95,0	91,1	84,0
Extrativa mineral	108,4	104,4	106,7	108,2	120,6	131,2	124,9	115,3
Minerais não metálicos	101,4	96,7	100,8	105,9	116,6	122,7	112,5	101,4
Siderurgia	107,8	107,9	101,3	98,7	108,8	111,1	105,0	93,1
Metalurgia de não ferrosos	119,6	116,2	119,2	120,8	129,0	127,8	120,4	115,1
Outros prod. metalúrgicos	105,4	107,1	116,8	114,8	129,6	132,3	128,3	112,8
Máquinas e tratores	109,1	108,1	110,8	114,3	122,8	129,4	121,4	111,8
Material elétrico	115,4	113,0	114,4	118,3	128,7	136,7	127,0	117,9
Equipamentos eletrônicos	95,9	100,2	103,5	114,4	120,6	156,5	151,5	150,1
Veículos automotores	118,1	116,6	118,7	122,8	130,6	135,8	129,7	116,7
Peças e outros veículos	142,3	146,9	152,5	181,7	185,7	191,8	181,1	169,7
Madeira e mobiliário	99,6	95,4	100,0	99,4	109,0	116,9	111,5	102,3
Celulose, papel e gráfica	120,2	121,2	124,8	121,5	106,8	103,0	103,9	93,0
Borracha	99,8	98,6	99,4	99,7	108,3	113,4	107,9	100,2
Elementos químicos	105,3	104,8	102,5	105,6	117,8	126,4	117,6	99,4
Refino de petróleo	123,3	131,3	126,9	127,5	133,8	127,2	113,9	95,3
Químicos diversos	102,5	104,1	107,8	103,8	112,4	119,5	109,6	112,8
Têxtil	104,9	105,3	109,3	109,0	115,2	123,4	116,7	104,9
Calçados	98,9	103,9	109,6	100,1	118,7	129,8	117,8	105,0
Café	76,9	74,0	70,5	60,4	62,8	52,7	46,7	43,6
Benefic. prod. vegetais	107,9	99,6	91,9	86,8	102,8	106,4	103,4	103,1
Abate de animais	80,7	72,5	79,0	84,3	91,5	93,5	87,3	80,1
Açúcar	62,5	66,5	77,0	79,8	84,8	89,2	77,8	72,7
Óleos vegetais	126,3	123,2	133,7	148,6	148,0	155,1	154,7	141,7
Outros prod. alimentares	117,7	111,9	115,5	110,6	125,9	119,6	104,2	98,4
Indústrias diversas	104,8	105,6	109,4	109,5	116,1	123,5	121,2	101,6
Total das exportações	107,5	106,9	108,3	111,9	118,4	124,7	117,3	107,2

Fonte: Funcex.

GRÁFICO IV.9

**Índice de Rentabilidade das Exportações**

(Base: agosto de 1994 = 100)



Fonte: Funcex. Elaboração: Ipea/Diset.

**Ações Antidumping, Compensatórias e de Salvaguarda Atualmente em Vigor**

Produto	País	Medida*	Direito Aplicado
Cogumelos	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 20, 2/1/1998.	US\$1,37/kg
Pneumáticos novos, de borracha, para bicicleta	Índia, China, Tailândia e Taiwan	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 19, 2/1/1998.	31,83%-119,53%, 66,57%, 37,59%-58,49% e 4,78%-94,64%, respect.
Esferas de aço forjadas para moinhos	Chile	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 11, 8/6/1998.	13,88%
Ímãs permanentes de ferrite em forma de anel	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 10, 8/6/1998.	43%
Carbonato de bário	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 14, 6/7/1998.	92%
Sacos de juta (R)	Bangladesh e Índia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 16, 24/9/1998.	64,5% e 38,9%, respect.
Tubos para coleta de sangue, de todos os tipos	EUA, exceto Bd-Usa	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 22, 16/10/1998.	64,27%-91,80%
Ferro-Cromo Alto carbono	África do Sul, Casaquistão e Rússia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 9, 21/10/1998.	7,47%-22,47%, 10,38% e 6,57%, respect.
Ferro-Cromo Alto carbono (R)	África do Sul, empresa - CMI	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 20, 21/10/1998.	8,39%
Policloreto de vinila – PVC (R)	EUA e México	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 25, 22/12/1998.	16% e 18%, respect.
Unidades de bombeio mecânico	Romênia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 26, 24/12/1998.	57,7%
Brocas Helicoidais	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 27, 24/12/1998.	135,11%
Garrafa térmica	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 7, 21/7/1999.	47%
Ampola de vidro para garrafa térmica	China	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 7, 21/7/1999.	45,8%
Resinas de policarbonato	Alemanha e EUA	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 11, 26/7/1999.	9% e 19%, respect.
Tubos de Aço sem costura	Romênia	Aplicação de direito antidumping definitivo – Portaria nº 13, 20/10/1999.	32,2%
Brinquedos (R) <sup>1</sup>	–	Prorrogação da medida de salvaguarda definitiva, a partir de 1/1/2000, por meio de adicional à TEC – Port. Interminist. nº 19, de 22/12/1999. D.O.U 29/12/1999.	Adicional ao imposto de importação vigente (20%) de: + 12% até 12/2002 + 11% até 12/2003
Hidroxietylcelulose (HEC)	EUA e Países Baixos	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 22, 17/4/2000. D.O.U 19/4/2000.	19,8% e 25,7%, respect.
Produtos planos de aço inoxidável laminados a frio	África do Sul, Espanha, França, Japão, México	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 34, 24/5/2000. D.O.U 26/5/2000.	6% - 16,4% 78,2% 30,9% 48,7%
Cimento	México, Venezuela	Aplicação de direito antidumping definitivo – Port. Interminist. nº 46, 12/7/2000 – D.O.U 27/7/2000.	44,4%, respect. 22,5% 19,4% respect.

(continua)

(continuação)

Produto	País	Medida*	Direito Aplicado
Leite em pó	União Européia	Aplicação de direito antidumping definitivo para a União Européia - exceto para a Arla Foods Ingredients ambas da Dinamarca, que homologou compromisso de preços.	14,8% Comp. de preços
	Nova Zelândia	Aplicação de direito antidumping definitivo para a Nova Zelândia.	3,9%
	Argentina Uruguai	Compromisso de preços para a Argentina e para o Uruguai.  Austrália, sem aplicação de medidas - Circular Secex nº 9- D.O.U 23/2/2001 e Resolução Camex nº 1 - D.O.U 23/2/2001 e Resolução CAMEX nº 10 - D.O.U 4/04/2001.	Comp. de preços Comp. de preços
Medicamentos contendo insulina	Dinamarca, França e EUA	Aplicação de direito antidumping definitivo para a Dinamarca. Compromisso de preços para a França e para os EUA - Circular Secex nº 5, 12/2/2001, e Resolução Camex nº 2, 6/3/2001.	76,1% Comp. de preços Comp. de preços
	Alemanha, Espanha, França e Reino Unido	Aplicação de direito antidumping definitivo - Circular Secex nº 13, 14/3/2001, e Resolução Camex nº 2, 23/3/2001.	8,1%; 11,5%; 4,9% e 5%; 8,8% e 12,3%
Fios de náilon	Coréia	Aplicação de direito antidumping definitivo - Resolução Camex nº 19; D.O.U de 28/6/2001.	5,2% (Taekwang) 52,2% (demais empresas).
Ventiladores de mesa (R)	China	Aplicação de direito antidumping definitivo - Resolução Camex nº 25, 7/8/2001.	45,24%
Papel cartão	Chile	Homologação de compromisso de preços com a suspensão da investigação de dumping - Resolução Camex nº 34, 31/10/2001.	Compromisso de preços
Cadeados (R)	China	Aplicação de direito antidumping definitivo - Resolução Camex nº 38 - D.O.U. de 4/12/2001.	60,3%
Alhos (R)	China	Aplicação de direito antidumping definitivo específico - Resolução Camex nº 41 - D.O.U. de 21/12/2001.	US\$ 0,48/kg
Lápis de mina de grafite e de cor (R)	China	O prazo de aplicação do direito venceu em 26 de fevereiro de 2002.	301,5%
		Em 21/2/2002 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 3 - D.O.U. 26/2/2002.	202,3%
Conservas de pêssego	Grécia	Aplicação de direito antidumping definitivo - Resolução Camex nº 5 - D.O.U. de 26/4/2002. - Direito antidumping suspenso - Resolução Camex nº 11 - D.O.U. de 24/5/2002.	16,4% a 26,4% (em função da empresa)
Triplifosfato de sódio de grau alimentício (R)	Reino Unido	O prazo de aplicação do direito venceu em 5 de agosto de 2002. Em 30/7/2002 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão. Resolução Camex nº 16 - D.O.U. 31/7/2002.	39,82%
Coco ralado <sup>2</sup>		Medida de salvaguarda na forma de restrição quantitativa, aplicada a partir de 1/9/2002 - Resolução Camex nº 19, de 30/7/02 - D.O.U. 31/07/2002.	Restrição quantitativa

\* Data de publicação no Diário Oficial da União (D.O.U).

Fonte: MDIC/Secex, posição em abril de 2002.

( R ) Revisão

1 Conforme portaria interministerial conhea/mf nº 19, de 29/12/99, estão excluídos da medida de salvaguarda os seguintes países em desenvolvimento: Antigua, Barbuda, Bangladesh, Bolívia, Chile, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Macau, Malásia, México, Panamá, Paquistão, Paraguai, Senegal, Sri Lanka, Uruguai e Venezuela.

2 Conforme Resolução Camex nº 19, de 30/7/02, estão isentos da aplicação da medida de salvaguarda as importações originárias de: Angola, Antigua Barbuda, Bahrein, Bangladesh, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Botsuana, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Chile, China, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Costa Rica, Cuba, Chipre, República Democrática do Congo, Djibuti, Dominica, Equador, Egito, El Salvador, Fiji, Gabão, Gâmbia, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Indonésia, Jamaica, Jordânia, Quênia, Kuwait, Lesoto, Madagascar, Malavi, Malásia, Maldivas, Mali, Malta, Maurítania, Maurício, Moldova, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nicarágua, Niger, Nigéria, Omã, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Qatar, Ruanda, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Grenadinas, Senegal, Territórios de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Tailândia, Togo, Trindade e Tobago, Tunísia, Turquia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue, bem como os Estados que fazem parte do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai).

**Investigações em Curso no Departamento de Defesa Comercial (MDIC)**

Produto	País	Situação Atual	Data de Abertura
Fenol	EUA e União Européia	Elaboração de parecer a respeito do encerramento da investigação	19/4/2001
Nitrato de amônio	Estônia, Rússia e Ucrânia	Elaboração de parecer a respeito do encerramento da investigação	23/8/2001
Glifosato	China	Audiência final agendada para o dia 9 de setembro de 2002.	30/8/2001
Conexões de ferro fundido maleável	China	Aguardando manifestação a respeito dos fatos essenciais apresentados na audiência final realizada no dia 20 de agosto.	23/10/2001
Policloreto de vinila (PVC)	Colômbia Coréia do Norte Coréia do Sul Japão Tailândia Venezuela	Audiência final agendada para o dia 16 de setembro de 2002	20/11/2001
Filmes de poliéster - Subsídios	Índia	Aguardando informações adicionais dos importadores e dos exportadores solicitadas quando da verificação in loco.	19/12/2001
Compostos de estruturas contendo ciclos de benzotiazol	Bélgica EUA	Está sendo preparado relatório da verificação in loco realizada no período de 26 a 30/8/2002, e avaliada a necessidade de verificação dos dados dos exportadores.	19/2/2002
Lápis de mina de grafite e de cor (R)	China	Audiência Final agendada para o dia 14 de outubro de 2002.	21/2/2002
Telas metálicas	China	O parecer para o encerramento da investigação está sendo elaborado.	04/6/2001
Filmes de poliéster -Dumping	Índia	Envio dos questionários às partes envolvidas em 31/7/2002. Prazo máximo para resposta: 9/10/2002.	17/7/2002
Sacos de juta (R)	Índia	Envio dos questionários às partes envolvidas em 24/7/2002. Prazo máximo para resposta: 2/9/2002.	19/7/2002
Bicarbonato de sódio	China	Envio dos questionários às partes envolvida, em 29/7/2002. Prazo máximo para resposta: 7/10/2002.	23/7/2002
Tripolifosfato de sódio de grau alimentício (R)	Reino Unido	Envio dos questionários às partes envolvida, em 6/8/2002. Prazo máximo para resposta: 14/10/2002.	3/7/2002
Acrilonitrila	EUA	Envio dos questionários às partes envolvidas em 22/8/2002. Prazo máximo para resposta: 1/10/2002.	19/8/2002

Fonte: Decom/MDIC/Secex, posição em abril de 2002.



## Ações de Defesa Comercial Promovidas pelo Brasil na OMC

País	Assunto	Características do Processo
EUA WT/DS4	Gasolina	<p><b>Implementação do relatório adotado.</b> Os EUA anunciaram a implementação da recomendação do DSB como determinado em 19/8/1997.</p> <p><b>Panel encerrado.</b> Os apelantes (Venezuela e Brasil) alegam que a regulamentação da gasolina americana lhes é discriminatória, de acordo com os artigos I e III do Gatt, artigo 2 do TBT. A conclusão do panel classificou a regulamentação de inconsistente com o artigo 3 do Gatt. Os EUA apelaram em 21/2/1996. Em 22/4/1996 o comitê de apelações enviou notificações (WT/DS2/B/R), modificando a conclusão sobre a interpretação do artigo XX(g) do Gatt, mas concluiu que o Artigo XX(g) não se aplicava a esse caso. A conclusão foi adotada pelo DSB em 20/5/1996.</p> <p><b>Fase de implementação do relatório adotado.</b> A UE e o Brasil anunciaram, no encontro do DSB, em 21/10/1998, que ambos chegaram a um acordo mútuo para a implementação. Os países concordaram em assumir mutuamente as responsabilidades da implementação das recomendações por um período de tempo, cujo início será depois de 31/3/1999.</p>
União Européia WT/DS69	Produtos derivados do frango	<p><b>Caso completo.</b> Pedido datado em 24/2/1997 diz respeito ao regime de importação de produtos derivados do frango e à implementação, pela UE, de quotas tarifárias sobre a importação desses produtos. O Brasil condena as medidas da UE, pois são inconsistentes com os artigos X e XXVII do Gatt 1994, e com os artigos 1 e 3 do Acordo de Importação para Produtos Licenciados. Em 12/6/1997, o Brasil requisitou o estabelecimento do panel. O panel considerou que o Brasil não tinha demonstrado o fato de a UE ter falhado ao implementar e ao administrar Tariff Rate Quota em linha com as suas obrigações sob os acordos citados. Em 29/4/1998, o Brasil notificou suas intenções em apelar. O Comitê de Apelação concluiu que a UE tinha agido de forma inconsistente com o artigo 5.1(b) do Acordo de Agricultura. O Comitê de Apelação conclui que UE tinha agido inconsistentemente com o artigo 5.5 do Acordo de Agricultura. Em seu encontro, em 23/7/1998, o DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação, já modificado pelo Comitê de Apelação.</p> <p><b>Fase de implementação do relatório adotado (p. 87).</b> Na reunião do Dispute Settlement Body (DSB), em 19/11/1999, o Canadá anunciou que tinha retirado, no período de 90 dias, as medidas sujeitas a controvérsias, conforme determinado pelo DSB. Em 23/11/1999, o Brasil pediu o estabelecimento de panel sobre o artigo 21.5 por julgar que o Canadá não estava cumprindo o regulamentado pelo DSB. Brasil e Canadá concordaram que o procedimento a ser aplicado estava consoante com os artigos 21 e 22 do DSU e com o artigo 4 do Acordo Subsídio. No encontro de 9/12/1999, o DSB decidiu que a situação se relaciona ao artigo 21.5 do DSU. Austrália, União Européia e EUA reservaram-se o direito à terceira parte. A situação foi reportada para os membros em 9/5/2000. O panel concluiu que as medidas implementadas pelo Canadá não foram suficientes para garantir transações futuras com o Canada Account, e tampouco assegurariam os subsídios às exportações. Em 22/5/2000, o Brasil notificou a intenção de apelar de certas interpretações do panel. O comitê concluiu que o Brasil falhou ao demonstrar que o TPC revisado era inconsistente com o artigo 3.1(a) do Acordo de Subsídios, e ao demonstrar que o Canadá não implementou as decisões do DSB. O DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação e o relatório do panel tal como modificado pelo Comitê de Apelação na sua reunião de 4/8/2000. O Canadá demonstrou a intenção de implementar as recomendações do DSB com respeito ao programa Canada Accoun.</p>
Canadá WT/DS70	Medidas que afetam as exportações de aeronaves	<p><b>Caso completo.</b> Pedido, feito em 10/3/1997, relativo ao subsídio do Canadá ou das suas províncias para suportar a exportação de aeronaves. A solicitação é feita de acordo com o artigo 4 do Acordo de Subsídio. O Brasil condena essas medidas, pois seriam inconsistentes com o artigo 3 do Acordo de Subsídio. Em 10/8/1998, o Brasil solicitou o estabelecimento do panel. O USA reservou-se o direito de terceira parte na disputa. O panel decidiu que as medidas do Canadá são inconsistentes com os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo de Subsídio, mas rejeitou a reclamação do Brasil de que assistência do EDC à indústria regional canadense constitui subsídio à exportação. Em 3/5/1999, o Canadá notificou sua intenção de apelar para certas questões de lei e de interpretações legais desenvolvidas pelo panel. O relatório do Comitê de Apelação circulou em 2/8/1999 entre os seus membros. O DSB adotou o relatório do Comitê de Apelação em 20/8/1999.</p>

(continua)

(continuação)

País	Assunto	Características do Processo
Canadá WT/DS71	Aeronaves	<b>Consulta Pendente</b> . Pedido feito em 10/3/1997, com o mesmo teor da ação WT/DS70. Mas aqui o Brasil argumenta que as medidas de subsídios adotadas pelo Canadá causam efeitos adversos, de acordo com o artigo 5 do Acordo de Subsídios.
União Européia WT/DS154 WT/DS209	Café	<b>Consulta Pendente.</b> Disputa iniciada em 7/12/1998. Relativa ao tratamento especial que o Sistema Geral de Preferência da União Européia aplica a países da Comunidade Andina e do Mercado Comum da América Central. No caso do café solúvel, esse tratamento especial, contido no Regulamento do Conselho (União Européia) nº 1.256/96, garante tarifa zero. O Brasil afirma que esse tratamento especial afeta suas exportações de café solúvel para a União Européia, e alega que tal tratamento é inconsistente com a Enabling Clause e com o artigo I do Gatt 1994.
Peru WT/DS112/1	Ônibus	<b>Consulta Pendente.</b> Esse pedido, feito em 23/12/1997, diz respeito à investigação sobre a imposição de alíquotas de importação iniciadas pelo Peru contra as importações de ônibus do Brasil. O Brasil afirma que os procedimentos seguidos pelas autoridades peruanas para iniciar essa investigação são inconsistentes com os artigos 11 e 13.1 do Acordo de Subsídios. <b>Caso completo (grupo especial inativo).</b> Requerimento feito em 11/2/2000 diz respeito às medidas tomadas pela Argentina, em 31/7/1999, para proteger o seu mercado da importação de produtos têxteis brasileiros. Na visão do Brasil, a Argentina não cumpriu suas obrigações em relação aos artigos 2.4, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.7, 6.8, 6.11, 8.9 e 8.10 do Acordo de Têxteis e Vestuários. Em 24/2/2000, o Brasil solicitou o estabelecimento do panel, o que foi ao encontro do estabelecido pelo panel do DSB em 20/3/2000. UE, Paquistão, Paraguai e EUA reservaram-se o direito da terceira parte. Em junho de 2000, as partes suspenderam a disputa. O Brasil retém o direito de retomar os procedimentos na composição do panel do ponto em que foi firmado o acordo.
Argentina WT/DS190	Têxteis	<b>Panel Ativo.</b> Essa ação, datada de 21/12/2000 diz respeito à medida de antidumping adotada pela UE no Council Regulation (UE) nº 1.784/2000, que concerne à importação de tubos maleáveis de aço fundido e de tubos de encaixe produzidos no Brasil. O Brasil considera os fatos estabelecidos pela UE não apropriados, e a avaliação dos fatos viesada e não objetiva, tanto nos estágios provisórios quanto nos definitivos. O Brasil considera que a UE tem infringido o artigo VI do Gatt, de 1994, e os artigos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12 e 15 do Acordo de Anti-dumping . No encontro de 24/7/2001, o Brasil pediu o estabelecimento do panel. Chile, Japão, EUA e México reservaram-se o direito à terceira parte. O panel foi composto em 5/9/2001.
União WT/DS219	<b>Européia Antidumping</b> – tubos maleáveis de aço fundido e de tubos de encaixe	<b>Consulta pendente.</b> Esse processo, datado de 21/12/2000, diz respeito a aspectos da aplicação de medidas compensatórias sobre certos produtos brasileiros de aço de carbono. O Brasil questiona a aplicação de medidas compensatórias para as empresas privatizadas baseadas em subsídios existentes antes do processo de privatização. O Brasil considera que três companhias foram beneficiadas pelo subsídio dado anteriormente às privatizações, com base nos artigos 1.1(b), 10, 14, 19 e 21 do Acordo SCM, e considera também que a decisão não termina com a investigação baseada no artigo 11.9 do Acordo SCM. O Brasil nota que o Departamento do Comércio fez a mesma análise de subsídio considerado inconsistente com as obrigações do WTO pelo Comitê de Apelação do caso número WT/DS138 que envolvia empresas do Reino Unido.
Estados Unidos WT/DS218	Medida compensatória – aço	<b>Consulta pendente.</b> Esse caso está relacionado ao United States Patents Code, em particular com o capítulo 18 (38). O Brasil detecta muitos atos discriminatórios no código de patentes americanos, incluindo-se aí, mas não se limitando a eles, os seguintes exemplos: (1) estipula que nenhuma empresa de pequeno porte ou organização não lucrativa que conceda título para qualquer invenção tenha o direito exclusivo de uso ou de venda da idéia ou da invenção nos EUA, a não ser que o mesmo concorde que o produto relacionado com a invenção será produzido em sua maior parte nos EUA; (2) as restrições que limitam o direito de uso ou da venda de qualquer invenção americana somente no caso de ela ter sido produzida substancialmente nos EUA. O Brasil requer consulta com os EUA para tratar desse e de outros assuntos relacionados a US Patents Code para “entender como os EUA justificam a consistência dessas medidas em relação às obrigações do Acordo Trips, especialmente aos artigos 27 e 28; do Acordo Trims, artigo 2 em particular; artigo III e XI do Gatt 1994”.
Estados Unidos WT/DS224	Código de Patentes	

(continua)

(continuação)

País	Assunto	Características do Processo
<b>México</b> WT/DS216	<b>Antidumping</b> – transformadores elétricos	<p><b>Consulta pendente.</b> Refere-se a medidas de antidumping relativas à importação de transformadores elétricos, cuja capacidade seja superior a 10 mil kVA, classificados sob o código 8 504 23 21 da NCM do Brasil. O Brasil considera as medidas tomadas inconsistentes com as obrigações do México com base no Acordo AD do Gatt 1994, em particular com os artigos 5.2, 5.3 e 5.8, 6.8 (Anexo II) e 7.1(i), 7.1(ii).</p> <p><b>Consulta pendente.</b> Esse pedido data de 9/10/2000 e diz respeito ao antidumping em aço e em utensílios de tubo de ferro imposto ao Brasil pelo comunicado nº 2.000/3 (publicado no Diário Oficial da Turquia em 26/4/2000). O Brasil assegura que a Turquia falhou ao considerar notificações próprias neste caso, que o estabelecimento dos fatos não era próprio, e que a evolução desses fatos está particularmente relacionada: (1) à iniciação da investigação; (2) à conduta da investigação, incluindo-se aí a evolução, a descoberta e a determinação dos danos do dumping; (3) à evolução, a descoberta e à determinação do elo entre o dumping e os seus danos; (4) à imposição do antidumping. O Brasil considera que a Turquia tem sido inconsistente com as seguintes provisões: artigo VI do Gatt 1994; artigos 2 (inclusive os parágrafos 2.1, 2.2, 2.4 e 2.6), 3 (inclusive os parágrafos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7), 5 (inclusive os parágrafos 5.2, 5.3, 5.5, 5.7 e 5.8), 6 (inclusive os parágrafos 6.1, 6.2, 6.4 6.6, 6.9, 6.10), 12 (inclusive os parágrafos 12.1, 12.2) e 15 do Acordo Antidumping .</p>
<b>Turquia</b> WT/DS208	<b>Antidumping</b> em aço e utensílios de tudo de ferro	<p><b>Consulta pendente.</b> Em 17/9/2001, o Brasil requisitou consulta com os EUA. O pedido diz respeito: (1) aos deveres do antidumping imposto pelos EUA na importação de metais silícios; (2) à Seção 351.106(c) do Departamento de Regulação do Comércio dos EUA, que estabeleceu uma taxa marginal mínima de 0,5% aplicada na revisão administrativa; (3) a metodologia "zeroing" adotada pelos EUA, a qual estabelece, marginalmente, um dumping refletido no cap. 6 do Manual do Departamento de Antidumping e nas seções 771(35), bem como na Tariff Act de 1930. Em 28/9/2001, a Tailândia requisitou fazer parte dessa consulta por ter interesse substancial no comércio dessa matéria. Em 19/11/01, a Comunidade Européia requereu direitos de terceira parte.</p>
<b>Estados Unidos</b> WT/DS239	<b>Antidumping</b> em metais de silício	<p><b>Panel Ativo.</b> Ação de 22/1/2001. De acordo com o Brasil, o Canadá tem concedido créditos de exportações, com o significado do item (k) do Anexo I do Acordo SCM, à sua indústria de aviões regionais, por meio da Export Development Corporation (EDC) e da Canada Account. O Brasil também enfatiza que garantias de empréstimos com o significado do item (j) do Anexo I do Acordo SCM têm sido concedidas pela EDC, pela Canada Industry e pela Província de Quebec para incentivar a exportação da indústria de aviões regionais. O Brasil acredita que os casos mencionados são subsídios no significado do artigo I do Acordo SCM, uma vez que são contribuições financeiras que conferem um benefício. De acordo com o Brasil, isso constitui violação do artigo 3 do Acordo SCM. Em 1/3/2001, o Brasil requisitou o estabelecimento do panel. Na reunião de 12/3/2001, a DSB estabeleceu o panel. Austrália, UE, Índia e EUA reservaram-se o direito de terceiras partes. Em 7/5/2001, o Brasil pediu ao diretor-geral a determinação da composição do panel. Em 11/5/2001, o panel foi composto. Em 9/8/2001, o panel informou ao DSB que não seria possível completar seu trabalho em menos de três meses. O panel espera que o trabalho termine em outubro de 2001.</p>
<b>Canadá</b> WT/DS222	Créditos de Exportação e Garantia de Empréstimos para a Produção de Aeronaves regionais	<p>Em 07/11/2001, o Brasil requereu consulta à Argentina em relação à medida de antidumping imposta pela Argentina sobre as exportações brasileiras de frango classificadas nas linhas tarifárias 0207.11.00 e 0207.12.00 da NCM. O Brasil considera que a medida de antidumping e a investigação conduzida pelas autoridades argentinas podem ter sido falhas e, portanto, estão inconsistentes com as obrigações argentinas relativas ao Acordo de Antidumping do Gatt 1994 e do Acordo de Valoração em Aduana. O encontro do DSB estabeleceu o Panel em 17/4/2002. O Panel foi composto em 27/7/2002.</p>
<b>Argentina</b> WT/DS241	<b>Antidumping</b> sobre produtos de frango	
<b>Estados Unidos</b> WT/DS250	"Equalizing Excise Tax" imposto pela Flórida sobre produtos processados de laranja e uva	<p>Consulta pendente. Em 20/3/2002, Brasil pediu consultas aos Estados Unidos a respeito do "Equalizing Excise Tax" imposto pelo estado da Flórida nos produtos processados da laranja e uva (Section 601.155 Florida Statutes). Na visão do Brasil, o imposto incidente constitui uma violação aos artigos II:1(a), III.1 e III:2 do Gatt 1994.</p>
<b>Estados Unidos</b> WT/DS259	Medidas definitivas de salvaguarda em importações de determinados produtos de aço	<p>Em 21/5/2002, Brasil (WT/DS259) pediu consulta aos Estados Unidos no que diz respeito às mesmas medidas definitivas da salvaguarda impostas pelos EUA em importações de determinados produtos de aço. Em 29/07/2002, Brasil reivindicou que as medidas dos EUA viola os artigos 2.1, 2.2, 3.1, 4 e 5 do acordo de Salvaguardas e os artigos I:1, o X:3 e o XIX:1 do Gatt 1994.</p>

Fonte: Organização Mundial do Comércio, novembro de 2001.

## Ações de Defesa Comercial Promovidas contra o Brasil na OMC

País Reclamante	Assunto	Características do Processo
Filipinas WT/DS22	Medidas que afetam a exportação do coco seco	<p><b>Fase de implementação do relatório adotado.</b> Nenhuma implementação foi publicada em vista do resultado.</p> <p><b>Caso completo.</b> Filipinas reclama que a taxa imposta, pelo Brasil, de medidas compensatórias na exportação de coco seco é inconsistente com as regras do Gatt e do WTO. Em 16/12/1996, as Filipinas notificaram sua intenção de apelar novamente. O Comitê de Apelação manteve a sua decisão. O relatório do Comitê de Apelação e o relatório do panel, modificados pelo Comitê de Apelação, foram adotados pelo DSB em 20/3/1997.</p>
Sri Lanka WT/DS30	Coco	<p><b>Consulta pendente.</b> Nessa ação, datada de 23/12/1996, Sri Lanka reclama da imposição brasileira de medidas compensatórias ao coco seco de Sri Lanka e do leite de coco que é inconsistente com os artigos I, II e VI, do Gatt, e com o artigo 13(a) do Acordo de Agricultura (ver WT/DS22).</p>
Canadá WT/DS46	Programa de financiamento de exportação para aeronaves	<p><b>Fase de implementação do relatório adotado (p. 84).</b> No encontro do Dispute Settlement Body (DSB), em 19/11/1999, o Brasil anunciou a retirada, no período de 90 dias, das medidas sujeitas a controvérsias, conforme decisão do DSB. Em 23/11/1999, pediu o estabelecimento do panel, com base no artigo 21.5. Canadá e Brasil concordaram em aplicar os procedimentos dos artigos 21 e 22 do DSU e os do artigo 4 do Acordo de Subsídios. No encontro de 9/12/1999, o DSB reuniu o panel original conforme o artigo 21.5 do DSU. O panel circulou entre os seus membros em 9/5/2001. Em 10/5/2000, o Canadá pediu uma autorização do DSB para suspender a aplicação das concessões para o Brasil ou outras obrigações relacionadas no Gatt, no Acordo Têxtil e no Acordo de Licença para Importação, conforme o artigo 4 do Acordo de Subsídio e o artigo 22.2 do DSU, no valor de \$700 milhões por ano. Em 22/5/2000, o Brasil notificou a intenção de apelar, e invocou o artigo 22.6 do DSU e o artigo 4.11 do Acordo de Subsídio para determinar se as medidas compensatórias do Canadá eram ou não adequadas. O relatório do Comitê de Apelação circulou no dia 9/5/2000. Concluiu-se que o Brasil tinha falhado na implementação das recomendações do DSB e determinou-se a modificação do, Proex que era proibida pelo artigo 3 do Acordo de Subsídio e não justificada com item (k) da lista ilustrativa do Acordo de Subsídios. O panel decidiu que as medidas adotadas pelo Brasil para seguir as recomendações do DSB ou não existem ou foram inconsistentes com o Acordo sobre Subsídios. Com essa conclusão, o panel rejeitou a defesa do Brasil de que o Proex era permitido de acordo com o item (k) do Anexo I do Acordo de Subsídio. O DSB adaptou o relatório do Comitê de Apelação no encontro do dia 4/8/2000. O Brasil declarou suas intenções de no futuro adotar as recomendações do DSB relativas ao Proex. Os árbitros acham que talvez o Canadá possa requisitar autorização do DSB para suspender tarifas de concessões ou outras obrigações sob o Gatt 1994, no Acordo Têxtil e no Acordo de Licença para Importação. No encontro do DSB em 12/12/2000, o Canadá recebeu, de acordo com os artigos 22.7 do DSU e 4.10 do Acordo SCM, autorização do DSB para suspender a aplicação de concessões tarifárias ao Brasil ou outras obrigações do Gatt 1994, do Acordo de Têxteis e do Acordo de Licença para Importação no valor máximo de C\$344.2 milhões por ano. Em 12/12/2000, o Brasil notificou ao DSB o fato de ter promovido alterações no Proex de acordo com as obrigações do país em relação ao Acordo SCM. Segundo o Canadá, há um desacordo entre os dois países a respeito das medidas tomadas pelo Brasil, no período de 22/8/1999 e 4/8/2000, no acatamento das recomendações da DSB. Em 22/1/2001, o Canadá recorreu novamente ao DSB, com base no artigo 21.5 da DSU. No encontro de 16/2/2001, o DSB referenciou-se nos temas originais do panel. Austrália, UE e Coréia reservaram-se o direito às terceiras partes. Em 26/7/2001 o panel circulou. No encontro de 23/8/2001, o DSB adotou o relatório segundo o artigo 21.5 do DSU.</p>
Japão WT/DS51	Setor automotivo	<p><b>Consulta pendente.</b> Pedido de 30/7/1996, violação do artigo 2 do Acordo Trims; artigos I:1, III:4 e XI:1 e artigos 3, 27.2 e 27.4 do Acordo de Subsídios, e pedido de não violação com base no artigo XXIII: 1(b) do Gatt.</p>

(continua)

(continuação)

Pais Reclamante	Assunto	Características do Processo
Índia WT/DS229	Antidumping Duties nos sacos de juta	<b>Consulta pendente.</b> Em 9/4/2001, a Índia requisitou consulta ao Brasil relativa a: determinação do governo brasileiro de continuar a imposição do antidumping nos sacos de juta, baseando-se na alegação de um documento forjado a respeito do dumping; sua recusa em considerar a decisão e continuar deveres de antidumping em produtos da Índia apesar do fato da não existência dessa companhia ter sido trazido à observação as autoridades; prática geral do Brasil a respeito da imposição de antidumping e das leis brasileiras de antidumping e de seus regulamentos, incluindo, mas não se limitando ao artigo 58 do Decreto nº 1.602 de 1995. De acordo com a Índia, as provisões determinadas legalmente estão inconsistentes, mas não se limitam aos artigos VI e X do Gatt 1994, artigos 1, 2, 3, 5, 6 (especialmente 6.6, 6.7, 6.8 e Anexo II, 6.9, 6.10), 11, 12, 17.6(f), 18.4 e artigo XVI do Acordo WTO. E mais: a determinação alegada para a continuação do antidumping anula e danifica os benefícios da Índia que a rebaixariam ou impediriam de outra maneira a realização dos objetivos, de acordo com o que já foi citado.
EUA WT/DS52	Setor automotivo	<b>Consulta pendente.</b> Pedido datado de 9/8/1996, violação do Artigo 2 do Acordo Trims; artigos I:1, III:4 e artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios. Pedido de não violação com base no artigo XXIII: 1(b) do Gatt 1994.
EUA WT/DS65	Setor automotivo	<b>Consulta pendente (p. 23).</b> Pedido feito em 10/1/1997, com aproximadamente o mesmo teor da ação anterior. No entanto, tal pedido inclui ainda questionamento sobre medidas adotadas pelo Brasil, as quais beneficiam certas companhias localizadas no Japão, na Coreia e na União Européia. Os EUA alegam violação aos artigos I:1, III:4 e XXIII:1(b) do Gatt, ao artigo 2 do Acordo Trims e aos artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios. Os Estados Unidos reivindicaram os benefícios do artigo XXIII: 1 (b) do Gatt 1994.
União Européia WT/DS81	Setor automotivo	<b>Consulta pendente (p. 23).</b> Requerimento feito em 7/5/1997 a respeito de certas medidas de comércio e de investimento implementadas pelo Brasil, incluindo-se aí particularmente as Leis nº 9.440 e nº 9.449 de 14/3/1997 e o Decreto nº 1.987 de 20/8/1996. A União Européia argumenta que essas medidas do Brasil violam os artigos I:1 e III:4 do Gatt 1994, os artigos 3, 5 e 27.4 do Acordo de Subsídios, e o artigo 2 do Acordo Trims. Os Estados Unidos fizeram uma reivindicação dos benefícios do Gatt 1994 e do Acordo dos Subsídios. Ver também DS51, 52 e 65.
União Européia WT/DS116	Regras para pagamento das importações	<b>Consulta pendente (p. 21).</b> Esse pedido, de 9/1/1998, refere-se às medidas que afetam os termos de pagamento das importações introduzidas pelo Banco Central do Brasil. A União Européia alega violação dos artigos 3 e 5 do Agreement on Import Licensing Procedures.
EUA WT/DS/197	Medidas de preço mínimo para importação	<b>Consulta pendente (p. 12).</b> Essa questão data de 30/5/2000 e diz respeito ao fato de o Brasil usar preços mínimos de importação para produtos variados. Para verificar o que foi estabelecido pelo sistema na declaração dos valores das mercadorias a importar, a medida a ser utilizada será o Decreto nº 2.498/1998 e o relatório de status e de regulamentações. Os EUA consideram as medidas brasileiras inconsistentes com as suas obrigações de acordo com os artigos 1 a 7, e o 12, do CVA; as notas principais 1, 2 e 4 no anexo 1 do CVA; os artigos 2 e 11 do Gatt 1994; os artigos 1 e 3 Ailp; os artigos 2 e 7 do ATC; e o artigo 4.2 do Acordo de Agricultura.
EUA WT/DS199	Efeitos da medida de proteção de patentes	<b>Caso inativo (p. 101).</b> Essa questão data de 30/5/2000 e diz respeito às provisões do Brasil, em 1996, sobre a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14/5/1997) e a outra medida relacionada estabelece um "local de trabalho" e requer um uso exclusivo de patente. Mais especificamente, os EUA destacam que o requerimento do "local de trabalho brasileiro" estipula que a patente seria objeto de licenciamento compulsório se o objeto de matéria das patentes não for produzido em território brasileiro. Os EUA consideram o requerimento inconsistente com os artigos 27 e 28 do Acordo Trips e com o artigo 3 do Gatt 1994. Em 8/1/2001, os EUA requisitaram o estabelecimento do panel. Cuba, República Dominicana, Honduras, Índia e Japão reservaram-se o direito à terceira parte. Em 5/7/2001, as partes na disputa notificaram ao DSB a solução da matéria.
União Européia WT/DS183	Licença de importação e preço mínimo de importação,	<b>Consulta pendente (p. 13).</b> Requerimento de 14/10/1999 sobre o número de medidas tomadas pelo Brasil no sistema de licença não automática e na prática de preço mínimo. A União Européia argumenta que o Brasil violou os artigos II, VIII, X e XI do Gatt 1994; o artigo 4.2 do Acordo de Agricultura; os artigos 1, 3, 5 e 8 do Acordo de Licença para a Importação de Produtos; e os artigos 1 a 7 do Acordo da Implementação do Artigo VII do Gatt 1994.

Fonte: Organização Mundial do Comércio, novembro de 2001.



## **EDITORIAL**

Coordenação  
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

### **Produção**

Supervisão  
Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão  
Marco Aurélio Dias Pires  
Luciana Soares Sargio  
Renata Frassetto de Almeida  
Cidália Gomes Sant'Ana (estagiária)  
Lilian Afonso Pereira (estagiária)

Editoração  
Aeromilson Mesquita  
Elidiane Bezerra Borges  
Iranilde Rego

Reprodução Gráfica  
Antônio Lucena de Oliveira  
Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo  
Tânia Oliveira de Freitas  
Wagner da Silva Oliveira  
Rômulo Sófocles de Almeida Panza (estagiário)

### **Divulgação**

Supervisão  
Dóris Magda Tavares Guerra

Equipe  
Edineide Ramos  
Geraldo Nogueira Luiz  
Mauro Ferreira  
Marcos Cristóvão  
José Carlos Tofetti  
Janaína Maria do Nascimento (estagiária)

Brasília  
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 315-5336  
Fax: (61) 315-5314  
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro  
Av. Presidente Antônio Carlos, 51,  
14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: (21) 3804-8118  
Fax: (21) 2220-5533  
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Tiragem: 500 exemplares





---

COMPOSTO EM AGARAMOND 11,5/14,5 (TEXTOS)  
FRUTIGER 47 LIGHT (TÍTULOS E TABELAS)  
IMPRESSO EM A4 (MIOLO)  
CARTÃO SUPREMO 205/M<sup>2</sup> (CAPA)  
EM BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL

---